

AREALVA REGENERAÇÃO DE UM TERRITÓRIO ABANDONADO POR DUAS CIDADES

AREALVA REGENERAÇÃO DE UM TERRITÓRIO ABANDONADO POR DUAS CIDADES

DISSERTAÇÃO DE Mestrado Integrado em Arquitectura
Universidade Autónoma de Lisboa
Departamento de Arquitectura . Ano 2014

Mestrando . Mariana de Caetano Teixeira Homem Brederode
Orientadores . Inês Lobo . João Vaz . Joaquim Moreno

Texto segundo o Antigo Acordo Ortográfico



AGRADECIMENTOS

À minha mãe,
À minha família,
Aos meus amigos,
Aos meus professores,
Ao Professor Arquitecto João Santa-Rita,
Ao Professor Arquitecto Telmo Cruz,
Ao Tio Zé,
À Tia Sofia Águas.

Ao meu avô.

PT . Almada e Lisboa, juntamente com o estuário do Rio Tejo, formaram uma porta de entrada ímpar no nosso território, logo desde as primeiras ocupações. Com base numa relação especular, tendo por princípio a complementaridade, elas foram construindo e solidificando relações comerciais e de defesa militar entre as duas margens. Com a consolidação de Lisboa como capital de Portugal, Almada assumiu um papel secundário e de ponto de ligação da capital com o sul do país.

Com o desenvolvimento crescente de Lisboa, e consequentemente de Almada, surge a necessidade de aumentar o território em ambas as margens. Estes aterros, que visavam o fortalecimento da ligação comercial entre as duas cidades, acabaram por cimentar uma barreira física repleta de armazéns e indústria que quebrou o diálogo entre a cidade e o rio, e consequentemente, entre as duas cidades. O deslocamento da indústria durante o último século tornou estes territórios-barreira em territórios obsoletos.

No caso da frente ribeirinha de Almada, encontramos actualmente apenas uma linha de edifícios industriais em ruína que contam a história daquele território. Tal contribui fortemente para a falta de diálogo de Almada com a sua zona ribeirinha, mas também com Lisboa. Assim se formou um território abandonado por duas cidades.

Deste modo, a presente dissertação propõe, após uma análise histórica do desenvolvimento deste território, pensar uma solução para a sua regeneração a uma escala urbana (masterplan), da qual fará parte a inserção do Centro de Investigação da Paisagem e do Território Portugêus.

A reactivação do corredor ribeirinho de Almada, através de um conjunto de programas que contribuem para o (re)conhecimento do nosso território, visa transformar uma zona subaproveitada e desligada num ponto de confluência físico e simbólico, potencializador de novas dinâmicas. Esta permite (re)ligar a zona ribeirinha a Almada, assim como (re)

estabelecer o diálogo entre Almada e Lisboa. O objectivo é (re)instituir a relação especular, onde o Rio deixe de ser um obstáculo físico para voltar a representar um ponto de união, espelho de um diálogo outrora interrompido, mas agora renovado. Retoma do diálogo passado mas com a vista no futuro, assente numa relação expansiva e criadora, de complementaridade não saturada, que é o cadinho próprio de toda a vera criação.

Palavras-chave: Cidade/Rio . Territórios-barreira . Regeneração . Diálogo.

EN. Almada and Lisbon, along with the estuary of the Tagus River , formed a unique gateway into our territory , right from the first occupations . Based on a specular relation , with the principle of complementarity, they were building and solidifying commercial and military defense relations between the two sides . With the consolidation of Lisbon as the capital of Portugal , Almada took a secondary role and the capital point of attachment to the south

With the increasing development of Lisbon and Almada consequently , the need arises to increase the territory on both sides . These landfills , aimed at strengthening trade links between the two cities ultimately cement a physical barrier full of warehouses and industry that broke the dialogue between the city and the river , and consequently between the two cities . The industry's shift over the last century has made these territories - barrier obsolete territories.

In the case of riverfront Almada , currently found only one line of industrial buildings in ruin that tell the story of that territory. This contributes greatly to the lack of Almada dialogue with its waterfront , but also with Lisbon. Thus arose a territory abandoned by both cities.

Thus , this thesis proposes , after a historical analysis of this territory , think a solution to their regeneration on an urban scale (masterplan) , which will be part of the insertion of the Landscape Research Centre and the Portuguese territory

Reactivation of the coastal corridor of Almada, through a set of programs that contribute to the (re) knowledge of our territory , aims to transform an under-utilized area on and off at a point of physical and symbolic confluence of new dynamic enhancer . This allows (re) connect the waterfront to Almada , and (re) establishing a dialogue between Almada and Lisbon. The aim is to (re) establish the relationship speculate, where the river is no longer a physical obstacle to return to represent a point of union , a mirror once interrupted dialogue, but now renovated . Returning the last dialogue but the view in the future , based on creative and expansive ratio of unsaturated complementarity , which is the crucible vera whole own creation.

Keywords: City / River . Territories barrier . Regeneration . Dialogue.

ÍNDICE

005 Resumo

009 Introdução

013 História do Abandono
 ALMADA

015 Territorial

017 Industrial

025 Reacção ao Abandono
 GINJAL

029 Europan 6 “In between cities”

029 Perspectivas

031 Cais do Ginjal

033 Conclusão

035 RE . Acção ao Abandono
 OLHO DE BOI E AREALVA

037 Núcleo Cultural

041 Realidade

041 Nova Realidade

043 Acessos

045 Pavimentação

047 Iluminação

049 Pré-existências Ambientais

053 Acção
 AREALVA

055 Centro de Investigação da Paisagem e do Território Português

065 Produção

077 Exposição

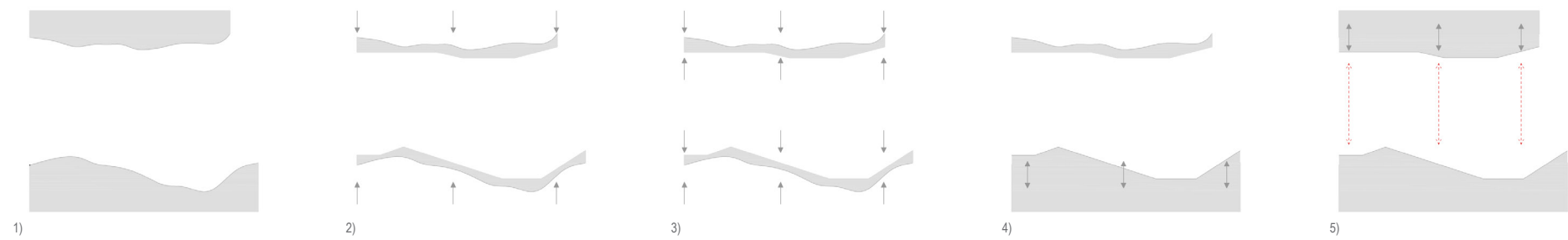
091 Contemplação

107 Paisagem

111 Conclusão

112 Índice de Imagens

115 Bibliografia



Img 001 . Esquema da evolução do território, formação dos aterros - territórios-barreira - e das suas consequências territoriais, sociais e económicas. Tal, tornou-se numa problemática a nível mundial. Actualmente, assistimos a uma tentativa de regenerar estes territórios industriais obsoletos, trabalhando em diálogo constante com a cidade que os envolve. No caso concreto das duas margens que delimitam o estuário do Rio Tejo :

- 1) O limite físico inicial das duas margens, até à construção de aterros, bastante orgânico e natural.
- 2) A construção dos aterros com fins industriais/comerciais veio definir uma nova linha de costa, desta vez, mais formal e rectilíneo.
- 3) Consequentemente, formaram uma barreira física entre a cidade e o rio. Com o passar do tempo, e com a transposição das indústrias para a periferia, esta barreira tornou-se num território obsoleto e subaproveitado.
- 4) Actualmente, na margem norte do rio - Lisboa -, há um investimento em re-integrar este espaço ribeirinho na cidade, quebrando a barreira existente. O mesmo não se verifica na margem sul - Ginjal.
- 5) O presente trabalho propõe trabalhar num território abandonado pelas duas cidades envolventes - Lisboa e Almada. Regenerar o corredor ribeirinho da margem sul do Tejo vai contribuir para uma nova centralidade do rio e, para um retorno de uma relação intensa com as duas margens.
- De cidade /rio e rio/cidade para cidade/rio/cidade.

INTRODUÇÃO

Apesar das suas características morfológicas bastante distintas e de estarem separadas pela foz do rio mais longo da Península Ibérica – Rio Tejo –, as cidades de Almada e Lisboa foram-se construindo historicamente sob o jugo de um diálogo permanente, formando deste modo a mais importante porta de entrada no território português. As suas localizações geográficas privilegiadas, assim como as suas relações directas com o rio, permitiram-lhes desde o início um desenvolvimento sustentado nas actividades portuárias e agrícolas.

A partir do desenvolvimento destas actividades, Lisboa ascendeu posteriormente a uma posição de referência ao nível do comércio internacional, consolidando-se como um ponto de ligação e transição de produtos entre a Europa e o mundo. Paralelamente, e de forma complementar, Almada assume um papel de outra importância: “casa das máquinas”, a margem sul do rio passou a ser um ponto de produção, armazenamento e distribuição de produtos oriundos do sul do país para a margem norte e, por extensão, para o resto do mundo.

De maneira a responder e a acompanhar este crescimento económico-social, foi primordial a conquista progressiva de um território ao rio – aterros –, realizada em ambas as margens do estuário do Tejo, a fim de proporcionar a instalação das indústrias portuárias emergentes. Paradoxalmente, estes territórios que visavam o desenvolvimento e a solidificação da ligação comercial entre estas duas cidades, alicerçaram o início de uma barreira física entre a cidade e o rio.

Mais tarde, tal veio a resultar no consumir da quebra comunicativa entre a capital e a “outra banda”, onde os territórios-barreira repletos de armazéns e de infra-estruturas portuárias danificaram não só o diálogo entre a cidade e o rio – e, por consequência, entre as duas cidades – como também, a própria paisagem ribeirinha.

Contudo, a gradual transposição das indústrias para outros locais, contribuiu para a desertificação parcial destas nas margens do rio, o que originou territórios obsoletos, esquecidos e desaproveitados. Ora, nas últimas décadas temos vindo a assistir a uma consciencialização mundial sobre este tipo de problemática, com o intuito de restabelecer o contacto entre a cidade/rio – cidade/indústria/economia, e procurar reactivar estas zonas: tal é também o caso de Lisboa. Todavia, o mesmo não se verifica na margem sul, mais concretamente na zona do Ginjal até à Arealva, cujo estado de degradação avançado tem vindo a aumentar de ano para ano.

A presente dissertação propõe uma reflexão sobre estes territórios-barreira e nas oportunidades de se regenerarem, bem como nas repercussões destes na actual e futura sociedade, focando-se desta vez no caso da margem sul do Rio Tejo. Analisaremos as suas origens, a sua ocupação territorial, as suas infra-estruturas, assim como o desenvolvimento do seu estado de obsolescência e abandono, em busca de um maior entendimento de como se pode reactivar a ligação entre cidade/rio, ao tornar um espaço industrial num espaço dinamizador e impulsionador de actividades culturais e sociais, pensado enquanto de todos, e para todos.

Deste modo, pretende-se que este estudo possa lançar um novo olhar sobre estes territórios-barreira, como também nas consequentes hipóteses de regeneração a partir de estratégias urbanísticas e sociais. Procuraremos, analogamente, alcançar um maior entendimento sobre como a cultura e as artes contribuem para a revitalização de um território ribeirinho obsoleto, tentando compreender as suas consequências económicas e sociais a médio e longo prazo.

Quebrar as “barreiras” entre a cidade e o rio, tanto em Lisboa quanto em Almada, irá permitir reactivar a comunicação entre as duas cidades, voltando o Rio Tejo a confluir o que outrora fora ligado e agora desligado, constituindo na sua foz e no encontro com o

mar um ponto de confluência entre as várias actividades e espaços de que são formados suas margens. Deste modo, pretende-se que o rio gere centralidade e passe a ter uma relação com as duas cidades, servindo de ponte à relação entre elas.

De cidade/rio e rio/cidade, para cidade/rio/cidade – eis o novo paradigma do qual se insere o projecto.



Img 002 . Vista panorâmica "cidade/rio/cidade" . Mariana Brederode . 2013





1 . Produtos como o trigo, a carne, o azeite, o peixe, o mel, a cera, a lã, os cereais, as frutas, o vinho, a lenha, e o ouro.

2 . O terramoto de 1 de Novembro de 1755 veio destruir todas as memórias que tinham sido escritas recentemente sobre o reino de Portugal e sua formação, e veio arrasar com vários edifícios civis e religiosos: arruinou as torres do Castelo, destruiu quase por completo várias igrejas como as Igrejas Santa Maria e Santiago, causar danos em todas as habitações e, inevitavelmente, a morte a várias vítimas (principalmente na zona das praias da Caparica). Em resposta, houve uma preocupação por parte do reino e da população em refazer as memórias de cada Concelho (guardadas na Torre do Combo), e tratar de todos os danos causados pelo incidente (Flores,1994).

3 . A título de exemplo, evocamos a construção do primeiro hospital da zona – Hospital de Santa Maria em 1490, actual sede da Casa da Misericórdia de Almada –; a edificação da “Torre Velha” ou Torre de São Sebastião que constituía o primeiro elemento de defesa militar da Foz do Tejo; o erigir, em 1490, da fortificação no Monte da Caparica que, juntamente com a Torre de Santo António de Cascais de 1498 e a Torre de São Vicente de Belém de 1514, constituíam um triângulo de defesa da foz do Tejo; a construção de vários Conventos; a edificação do Lazareto da Trafaria em 1565; o erigir dos Fortes da Trafaria e da Fonte da Pipa em 1668; e, mais tarde, a construção do fontenário da Fonte da Pipa em 1736 (Pereira Sousa, 1985).

Img 003 . Vista panorâmica do Castelo de Almada e da vista para Lisboa anterior ao terramoto de 1755.

TERRITORIAL

A fim de podermos elaborar melhores respostas relativas à questão emergente, e antes de nos debruçarmos sobre as intervenções relativas ao abandono territorial de zona ribeirinha da margem sul do Rio Tejo – e das suas problemáticas subjacentes –, torna-se relevante determo-nos por hora sobre as dinâmicas históricas de Almada.

A localização geográfica e as condições climatéricas e ambientais de Almada foram, desde os seus primórdios, factores importantes na ocupação do seu território. As intervenções arqueológicas realizadas recentemente, permitem-nos afirmar que as marcas deixadas pelos vários povos que por ela foram passando remontam a tempos tão longínquos quanto o Paleolítico Médio, o Epipaleolítico, e o Neolítico - há cinco mil anos atrás (Flores, 1994).

A mais antiga referência escrita sobre este território data de 1140 e é pertencente a um geógrafo árabe, sendo relativa ao Castelo de Almada (“Al Madan”), que é por ele denominado de “Fortaleza da Mina” (“Hosnel Madan”) devido à forte exploração na época de ouro no Rio Tejo (Pereira Sousa, 1985). De facto, estando de frente para Lisboa, o território de Almada sempre teve um lugar de relevo na constituição das defesas militares marítimas. Outros factores naturais, como o seu traçado da linha de costa, a sua proximidade com Lisboa, e a partilha de um mesmo rio, proporcionaram condições favoráveis e determinantes para que o desenvolvimento de Almada fosse efectuado em torno das actividades agrícolas e piscatórias.

É já no final do século XII, e após a reconquista de Lisboa (1190), que o rei D.Sancho I concede a Almada o seu primeira Carta Foral: um documento real português que concedia ao território o estatuto de Concelho e regularizava toda sua administração. Com este reconhecimento, o Concelho de Almada atingiu a autonomia socio-económica, passando a ser dirigido por um oficial do rei (o alcaide) e regendo-se pelas leis do país. (Flores, 1994). Este funcionava como uma pequena democracia onde os habitantes de diferentes

credos (cristãos, muçulmanos e judeus), eram ouvidos e contribuíam activamente para o bom funcionamento do território (Flores, 1996).

De frisar que não foi concretizada uma delimitação criteriosa do território durante o período deste primeiro Foral, sabendo-se apenas que o Concelho de Almada abrangia os vastos terrenos agrícolas e pinhais – pertencentes à península da Arrábida (Pereira Sousa, 1985). Na mesma região situavam-se também Sesimbra e Palmela que, conjuntamente com Almada, formavam um triângulo de defesa militar. Só mais tarde, durante o reinado de D.Dinis (1297), é executada a primeira delimitação territorial – abrangendo a área dos concelhos actuais de Almada e Seixal –, e é dado o primeiro reconhecimento de liberdade aos seus habitantes, com direitos e deveres idênticos aos dos lisboetas (Flores,1994).

Com a intensiva movimentação de pessoas e mercadorias, a «vila» torna-se o centro administrativo de serviços, produção e comércio do Concelho. O mercado tradicional foi crescendo, como já referido, com o desenvolvimento da agricultura e da pesca, mas também com a introdução de oficinas (tendas de ferreiros, sapateiros, alfaiates, etc.). Deste modo, os produtos passaram a ser fabricados e vendidos para os habitantes da «vila» e “extra-muros” (Flores, 1994).

Progressivamente, o núcleo urbano da «vila» foi-se desenvolvendo e organizando a partir das vias de ligação entre as várias habitações e núcleos urbanos envoltantes (situados maioritariamente perto do rio). O intercâmbio de produtos entre Almada e Lisboa contribuiu para este ligeiro aumento demográfico da zona, pois os produtos oriundos do Sul do país ¹ (Flores, 1996) eram exportados para a capital do Reino a partir dos portos da região (principalmente do Porto de Cacilhas). Com o aumento de fluxo no Rio Tejo no início do século XIV, foi consumado um acordo entre as duas cidades onde as travessias eram cobradas consoante o número de pessoas, e conforme a quantidade e qualidade

da mercadoria: animais, alimentação, escravos, etc. (Flores,1996).

Desde então – período histórico em que se acredita que a «vila» já era constituída pelo espaço fortificado que continha o Castelo, a Igreja de Santa Maria e algumas habitações – e até ao terramoto de 1755 ² assistimos a um enorme desenvolvimento demográfico (a população do Concelho passou de dois mil habitantes para mais de cinco mil) e territorial em Almada. A situação socio-económica em que se encontrava cativou o interesse dos vários investidores que por lá passaram, o que contribuiu para a construção das diversas quintas e edifícios que pertencem até hoje ao seu património ³ (Pereira Sousa, 1985).



4 . O território de Almada foi separado de Lisboa a partir de uma ruptura provocada pelo movimento de placas tectónicas, formando assim a arriba existente entre a cidade e a zona ribeirinha da margem sul. Foi a partir da queda contínua de fragmentos e materiais libertados da arriba que se foi construindo o território junto ao rio – Fajã. Este processo geológico permitiu estabelecer um contacto entre a cidade e o rio, possibilitando o desenvolvimento de actividades em torno da pesca e da agricultura. Com o passar dos anos, este território foi aumentando naturalmente a sua dimensão. Contudo, verificou-se não ser extenso o suficiente face às necessidades comerciais. Deste modo, foi necessário nivelar o terreno, aumentá-lo, e desenhar uma nova linha de costa condicionada pelas indústrias e actividades instaladas. Tal processo foi concretizado pelo Porto de Lisboa

5 . Exemplo disso eram as grandes fábricas de cortiça, de fição e de tecelagem, mas também de conserva de peixe e de óleo de bacalhau que, conjuntamente com os armazéns de isco e frigorífico, forneciam apoio aos navios de pesca de alto-mar (Flores, 1994).

6 . O jornal O Corticeiro, que reflectia a mentalidade operária almadense e a Sociedade Filarmónicas Incrível Almadense fundada em 1848 foram exemplos remanescentes desta nova realidade (Flores, 1994).

Img 004 . Vista panorâmica de Almada por volta do ano de 1830.

No século XVIII, o Concelho de Almada contava já com inúmeros núcleos urbanos com alguma importância, e com uma dinâmica social, económica, administrativa e religiosa bastante consolidada (Flores, 1994). De maneira a responder a este crescimento, foi essencial conquistar território ao rio – aterro ⁴ –, a fim de instalar algumas indústrias portuárias emergentes, destinadas ao armazenamento e distribuição de produtos que vinham do sul do país. Almada reforça, deste modo, a sua posição no mercado nacional e internacional.

Consequentemente, a sua paisagem urbana (principalmente a ribeirinha) e rural foi sofrendo alterações progressivas devido à separação e junção de freguesias ao Concelho. No entanto, existiu sempre uma distinção entre o litoral (praias e os portos piscatórios) e o interior (com casas isoladas, quintas senhoriais e azinhagas). A área rural sobrepunha-se à área urbana no início do século XIX, mas com o declínio da vinicultura, as terras que caracterizavam a paisagem rural de Almada (repletas de pinhais, vinhas e figueiras) vieram dar lugar aos produtos agrícolas (Flores, 1994).

Este sector primário que formava a estrutura económica do concelho (agricultura, silvicultura, pecuária e pesca) – baseada até então numa actividade de manufactura –, foi substituído, a partir da revolução industrial) pela maquinofactura. Paralelamente às grandes alterações das actividades laborais, assistimos de forma paradoxal ao fortalecimento do comércio de exportação (vinho para o Brasil e África), ao desenvolvimento de algumas oficinas (como a dos tanoeiros) e ao crescimento de armazéns (vinho, vinagre e azeite) que continuavam ligados ao comércio agrícola da região (Flores, 1996).

O processo de industrialização marcou o início de uma nova fase deste território. Os armazéns e as oficinas de diversas especialidades que se foram instalando junto à margem do rio – em Cacilhas, Ginjal, Olho de Boi e Arealva – contribuíram para uma nova dinâmica no desenvolvimento de Almada. Com estas, e com a introdução da máquina

a vapor, registou-se um crescimento demográfico e urbano do Concelho, constituído principalmente por operários advindos de todo país:

“O fenómeno da industrialização, a configuração geográfica do concelho, a sua topografia, a localização próxima de Lisboa, ligada/separada pelo rio Tejo, possibilitaram condições propícias à fixação de populações oriundas de outras regiões do país, das Beiras, do Algarve e do Alentejo” (Flores, 1994)

Na segunda metade do século XIX, Almada era já um dos centros industriais mais importantes do país, com a maioria das suas indústrias estrategicamente colocadas na sua zona ribeirinha ⁵. Toda esta rede industrial, dos quais os estaleiros navais faziam parte, contribuía de forma significativa para o comércio interno e externo. Foi deste modo que a paisagem do Concelho de Almada deixou gradualmente de ser dominada por campos rurais, estes últimos substituídos por núcleos industriais (sobretudo após a partir da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX) e urbanos. Estando perto do rio, e assumindo-se como uma zona estratégica no que diz respeito à distribuição e escoamento dos produtos, houve necessidade de instalar cais próprios – formalizando e definindo um novo desenho da linha de costa da margem sul.

A indústria naval passa assim a conformar a paisagem ribeirinha desta zona. Paralelamente, a margem norte do Tejo estava sendo definida e desenhada pelo Porto de Lisboa e por todas as indústrias constituintes, o que contribuiu para um forte desenvolvimento económico e para uma ligação comercial entre as duas cidades. Contudo, estes territórios portuários – aterros – marcaram o início da barreira física entre a cidade e o rio e, consequentemente, entre as duas cidades.

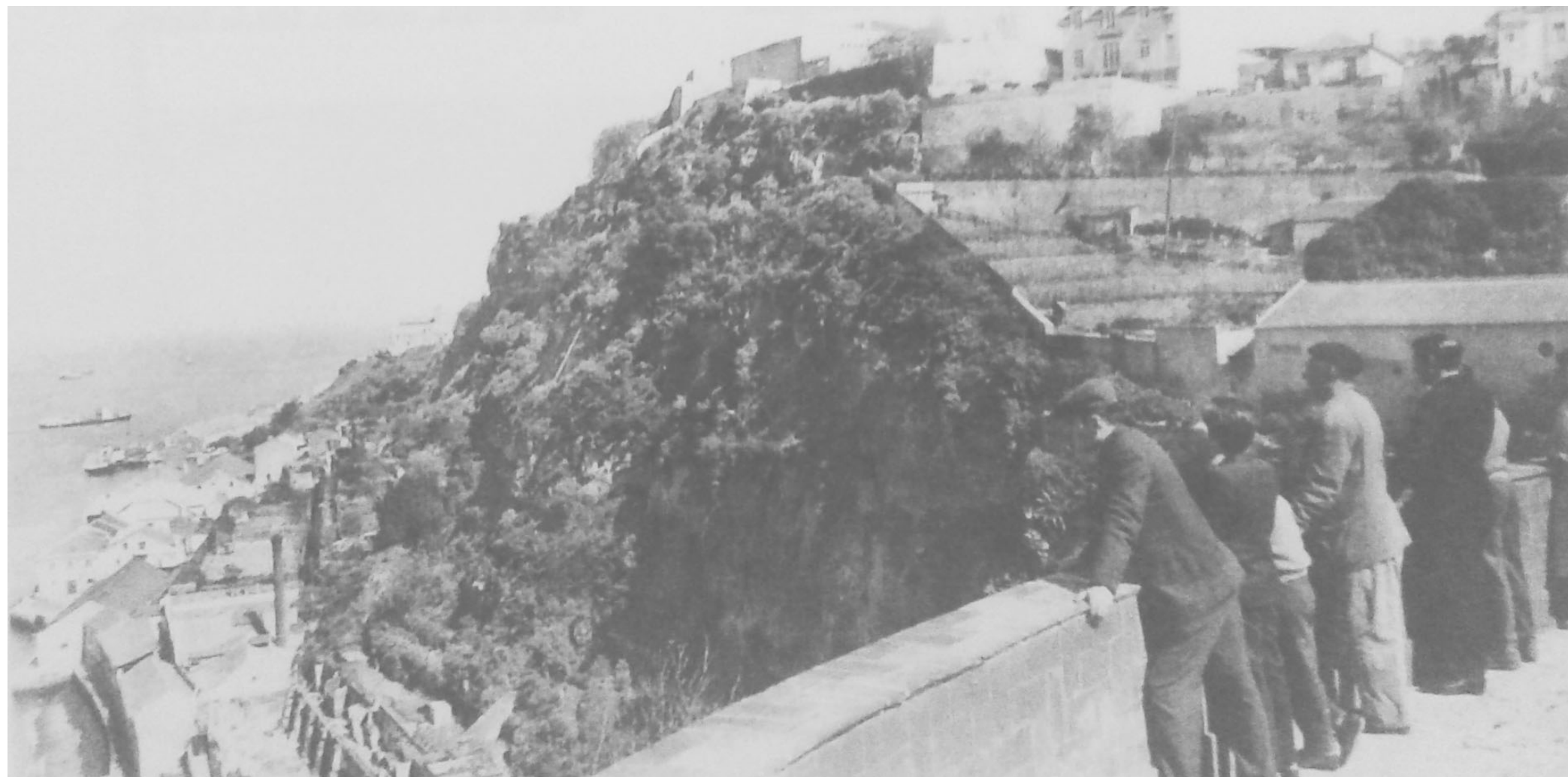
Chegados ao início do século XX, a zona ribeirinha de Almada estava repleta de indústrias portuguesas, e representava uma alavanca fortíssima para a economia do nosso

país, designadamente no que respeita aos índices de empregabilidade que proporcionava (Flores, 1994). A enorme oferta de trabalho, que trouxe para Almada pessoas provenientes de todo o país (muitas familiarizadas com a transformação industrial da cortiça), proporcionou o confronto com uma nova cultura e novos valores. À procura de reconhecimento social e influenciada pelas correntes liberais da época, a classe operária emergente desenvolveu actividades sociais que deixaram as suas marcas, como a criação de sociedades de cultura e de recreio ⁶.

O espírito cooperativista e de solidariedade imperavam nesta comunidade, onde as actividades sociais se desenvolviam à volta da música, do teatro (e.g. os espectáculos cinematográficos em 1907), da dança, das festas, e dos jogos tradicionais. Pelo ênfase operário dado na educação e na cultura, registou-se uma contribuição para o desenvolvimento de Almada enquanto “capital do associativismo popular”.

Em 1926, Almada (com uma população de dezoito mil habitantes, e tendo já abastecimento de água e electricidade) e outros concelhos foram separados administrativamente do Distrito de Lisboa, passando a pertencer ao Distrito de Setúbal (Pereira Sousa, 1985). Segundo Flores (1996), este acontecimento veio reforçar metaforicamente a fronteira natural que representava o Rio Tejo e danificar o diálogo entre as duas cidades.

Nesta mesma altura, a indústria corticeira (bastante dependente da exportação) entrou em crise. Contudo, foram aí ainda instalados importantes núcleos industriais que marcaram o território e lhe deram outra visibilidade, como a Companhia Portuguesa da Pesca no Olho de Boi (uma das maiores da Europa) e a implantação do Arsenal do Alfeite.



Img 005 . Vista do Castelo de Almada e da sua zona ribeirinha no século XX.

Img 006 . (Pág. seguinte) Esquema dos edifícios abandonados no corredor ribeirinho de Almada. Esc . 1 . 7 000

A introdução destas grandes indústrias e de outras mais pequenas, assim como a boa acessibilidade a Lisboa, contribuíram – entre as décadas de 40-60 – para a ocupação urbana das vastas áreas territoriais disponíveis. Marcos como a construção da Ponte 25 de Abril (em 1966) e da Lisnave (em 1967), contribuíram para que Almada atingisse um lugar de renome mundial na indústria naval. De forma concomitante, assistimos a um crescimento descontrolado da população (ascende a mais de cem mil habitantes), chegando mesmo a ultrapassar o número de pessoas residentes na Área Metropolitana de Lisboa – Norte e Sul (Pereira Sousa, 1985). Tal veio a traduzir-se em importantes problemas ao nível dos transportes e de urbanismo.

A partir desta época, e à semelhança da realidade emergente em muitas outras regiões do país, Almada foi deixando de se especializar no sector primário e secundário, para se focar no sector terciário (deslocamento da indústria para territórios nacionais e internacionais, motivado pela concorrência). É deste modo que a “outra banda” perde a sua força como motor industrial do estuário do Tejo, e que a sua zona ribeirinha vai sendo progressivamente desocupada até ao início da década de 90 (sendo que a última indústria situava-se na Arealva). Tal traduziu-se na desertificação da zona em questão, originando territórios ribeirinhos obsoletos, esquecidos e desaproveitados.

Em 1973, são reunidas todas as condições para Almada ser elevada a Cidade. Desde então, a sua estratégia de desenvolvimento focou-se no abastecimento de água e saneamento, em novas redes de transporte (metro à superfície em 2008), na criação de várias escolas e na expansão da rede universitária, na construção de hospitais, de espaços culturais e desportivos, na reabilitação e preservação das zonas históricas e dos espaços públicos.

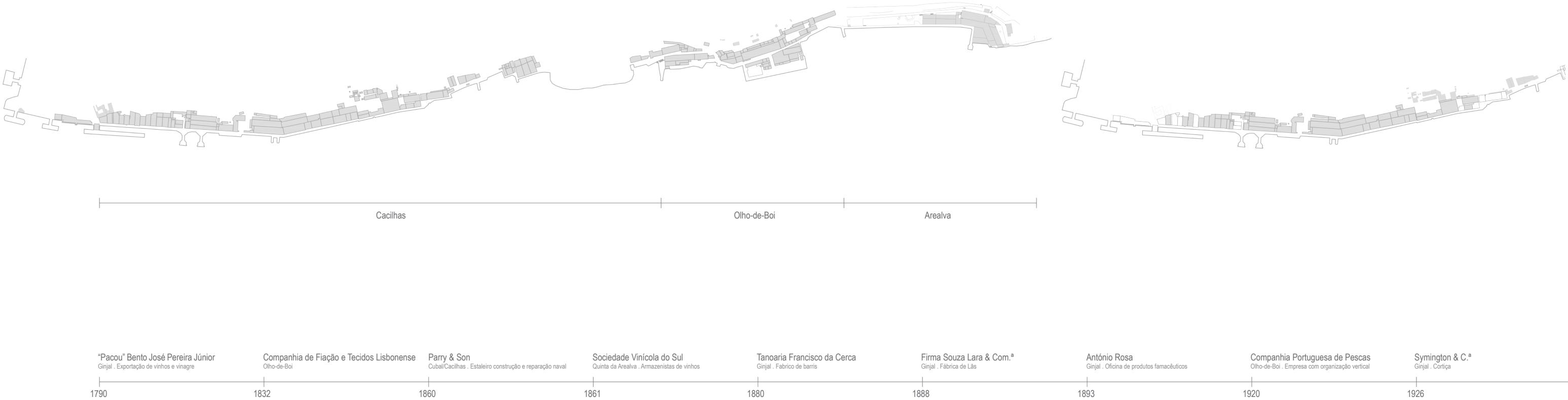
Actualmente, o concelho de Almada é composto por cinco freguesias, sendo a sua sede a sexta cidade mais populosa do país, com cerca de 180 mil habitantes. Quanto à sua

zona ribeirinha, quase apenas restam ruínas, testemunhos de uma história há muito esquecida. Só a restauração sobreviveu. Este processo gradual de declínio passado, configura uma situação de abandono presente, que urge ser pensado e transformado no futuro.

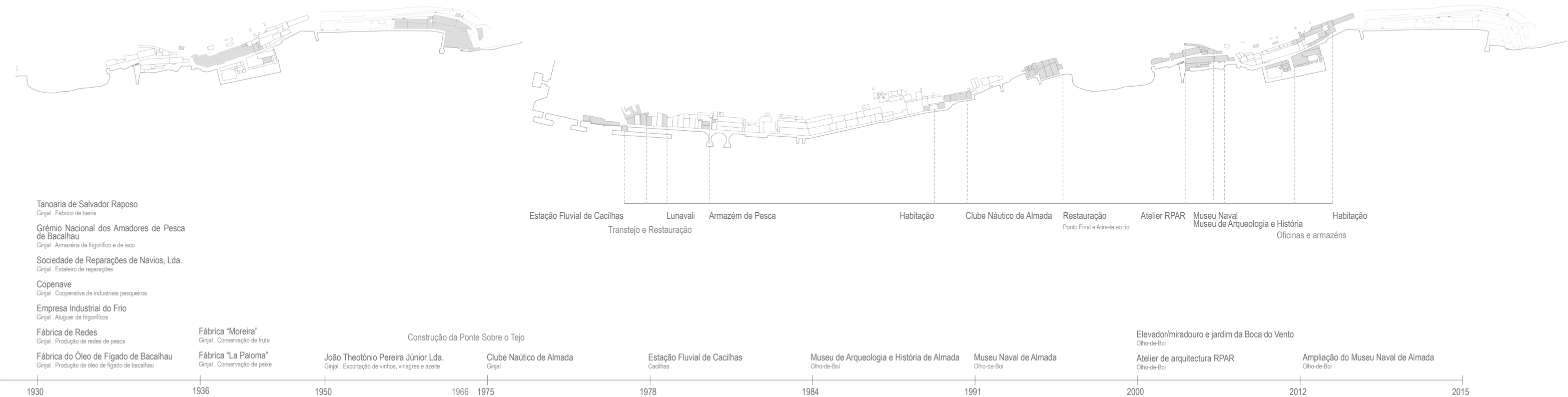
Feito este exercício histórico, podemos constatar que não seria totalmente desadequado afirmar que o aterro foi construído em função das necessidades da capital, perfazendo de Almada uma “cidade dormitório”, e da sua zona ribeirinha a “casa das máquinas” de Lisboa. Percebemos também como o corredor ribeirinho da margem sul se tornou actualmente num território desconectado e despegado, tanto de Almada quanto de Lisboa, não pertencendo a nenhuma destas cidades.

Sendo esquecido por ambas, será que este se constituiu enquanto um terceiro território? Será que estes territórios-barreira que formam as margens do estuário pertencem ao rio? E, se reconectarmos Almada à sua zona ribeirinha, tal como o que está a ser desenvolvido em Lisboa, poderíamos por extensão e pelo efeito de espelho do rio, restabelecer o diálogo entre as duas cidades?

Inúmeros são os desafios (e oportunidades) que nos coloca, mas o primeiro passo, que consiste em perceber a origem do problema, foi aqui elaborado. É a consciência do passado que nos ajuda a projectar o futuro.



Img 006 . Esquema do estado de abandono do corredor ribeirinho de Almada . 1 Corredor ribeirinho de Almada . 2 Edifícios abandonados e/ou em ruína . 3 Edifícios em uso . Mariana Brederode . 2013





Img 007 . Vista panorâmica do estado de abandono de parte do corredor ribeir-
inho de Almada . Cacilhas . . Mariana Brederode . 2013



REACÇÃO AO ABANDONO



Img 008 . Estado de obsolescência do corredor ribeirinho da margem sul do Tejo - Ginjal. Mariana Brederode . 2013



Img 009 . Estado de degradação dos pontões e o seu uso actual
- Ginjal, Mariana Brederode . 2013



Img 010 . Planta da área total de intervenção da proposta do
atelier PPST Arquitectura Lda . Esc . 1 . 12 500

EUROPAN 6 “IN BETWEEN CITIES”

Historicamente, e como supracitado, a ocupação do território de Almada desenvolveu-se de uma maneira bastante gradual, e gravitando sempre em torno das actividades portuárias. As indústrias que se apoderaram da margem sul do Rio Tejo – conduzindo a uma expansão da malha urbana descontrolada – foram progressivamente transpostas para outros locais, sendo que em meados do século XX estas deram lugar a um território ribeirinho obsoleto, abandonado, subaproveitado e desconectado da zona histórica e do resto da cidade.

Almada Velha e o corredor ribeirinho, territórios marcados pela memória e pela sua potencialidade, carecem deste modo de uma enorme necessidade de intervenção que propicie tanto a reabilitação quanto a reinserção urbana. Esta problemática tem sido debatida pela Câmara Municipal de Almada e pelos seus habitantes, tendo gerado diversas discussões relativas ao seu uso futuro. Reabilitação ou Renovação? Que tipo de uso? Quais os programas mais adequados? Eis as questões que têm surgido neste debate.

Na tentativa de responder da melhor forma a estas questões, foi lançado em 2000-2001 um concurso pela European (federação europeia dedicada às questões urbanas e arquitectónicas, na perspectiva do intercâmbio para jovens profissionais na Europa). O projecto eleito pertence ao atelier PPST Arquitectura Lda. do arquitecto Samuel Torres de Carvalho, tendo inclusive já sido aprovado pela Câmara Municipal de Almada. Contudo, questões burocráticas impedem que esta proposta de intervenção realize o salto da ideia para a concretização, pois os proprietários de 5% dos terrenos ribeirinhos privados não concedem a venda dos mesmos.

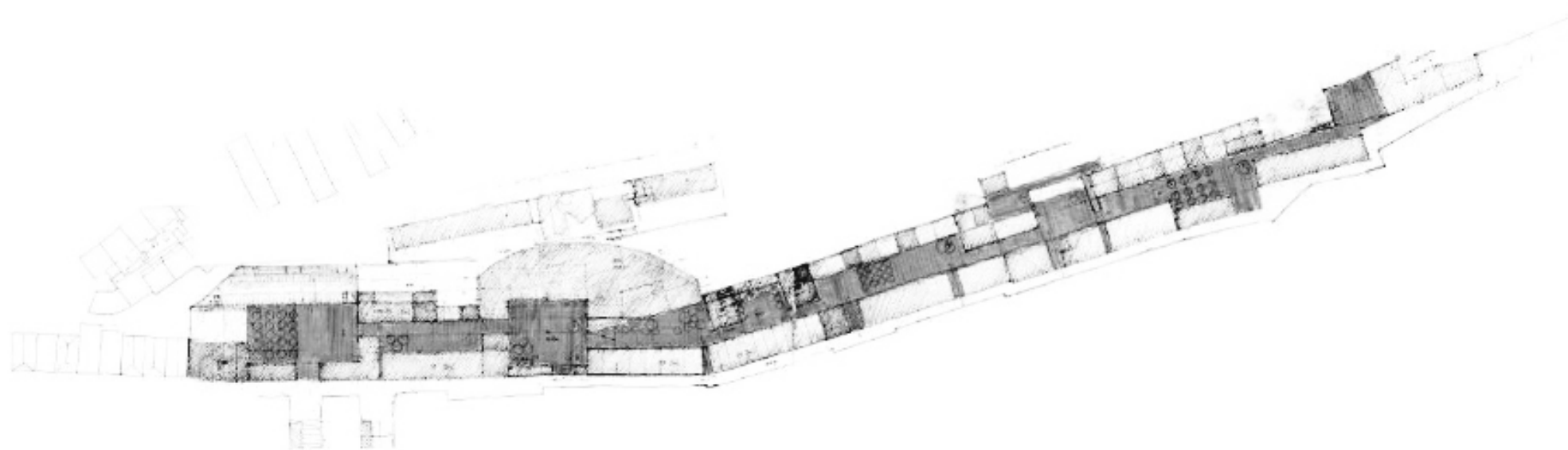
PERSPECTIVAS

Este concurso europeu de âmbito nacional tinha por objectivo reactivar a zona do Ginjal, freguesia de Cacilhas, Almada. O desafio a nível programático lançado no concurso era a criação de habitação colectiva destinada a jovens favorecendo o núcleo arqueológico/museológico da zona. Tal traduziu-se numa estratégia de reactivação e de ligação de três pontos históricos de Almada – Quinta do Almaraz, Cais do Ginjal e a zona do Castelo de Almada Velha (Img 009), com vista a criar uma identidade única e inovadora no contexto da Área Metropolitana de Lisboa. Já com o propósito de manter uma harmonia espacial e funcional na zona, o arquitecto Samuel Torres de Carvalho definiu os usos que gerem a dinâmica principal, e usos a eles associados para cada ponto de intervenção (usos que, em conjunto com os primários, são compatíveis e complementares, tomando a área consolidada).

No primeiro dos três pontos de intervenção, relativo à Quinta do Almaraz, a ideia passa pela criação de um Centro de Interpretação do Sítio Arqueológico, favorecendo assim a reabilitação do espaço público e do património arqueológico, e mantendo uma ligação estratégica à casa existente na quinta. Associados ao uso gerador da dinâmica principal, encontramos um centro de dia da 3ª idade, espaços destinados a serviços e comércio, assim como habitações para jovens com o objectivo de propiciar a regeneração social premente e o combate ao envelhecimento da cidade. Paralelamente, existirá um tratamento do espaço público a nível de praças, espaço verde e de estacionamento.

Já num segundo ponto, o Castelo de Almada e a zona envolvente destinam-se a receber programas de hotelaria que maximizam a privilegiada localização geográfica sobre a cidade de Lisboa. A construção de apartamentos turísticos/residências, de espaços para a habitação e de comércio/restauração, vêm complementar e fortalecer a revitalização da zona histórica da cidade de Almada. Importa realçar que estes programas, agregados a outros situados a uma cota inferior (Cais do Ginjal), têm o intuito de favorecer a ligação entre as duas cotas.

Por último, a zona que se encontra na cota inferior e junto à margem sul do Rio Tejo – Ginjal, requer um maior investimento e cuidado devido ao seu estado de abandono e degradação avançada. O programa alavanca para a revitalização desta zona e a reutilização do património industrial edificado são as indústrias criativas. Associadas a estas, estão outros programas como a habitação, a hotelaria, os apartamentos turísticos/residências e equipamentos (centro paroquial, casa da juventude, centro de estudos da arriba, silo automóvel). Este terceiro ponto de intervenção procura proporcionar a vivência de um espaço público privilegiado, direccionado para a multiplitude de usos e de pessoas, nunca esquecendo o património histórico da zona (preservação da memória do que outrora fora o Ginjal) e obedecendo às suas condicionantes físicas e morfológicas – proximidade da arriba e do rio. Procura-se que o Ginjal se torne num ponto actual e de referência, com uma “vivência ímpar” a nível metropolitano (cit. por Torres de Carvalho, 2012).



7 . Referimo-nos a espaços de exposições, a ateliers, a galerias, a open studios, a um mercado e a uma escola de artes, a oficinas, a espaços de incubadoras de empresas e a projectos empresariais, a espaços de estudos multimédia, a equipamentos e a espaços multifuncionais para cinema, teatro e exposições, e a residências de artistas.

Img 011 . Primeiro esboço da proposta do atelier Samuel Torres de Carvalho para o Cais do Ginjal . Sem escala . Plano Pormenor do Cais do Ginjal . Dezembro 2012

O Cais do Ginjal é, de entre os três pontos da intervenção de Samuel Torres de Carvalho, aquele que apresenta maiores fragilidades, exigindo por conseguinte um plano mais detalhado. Como salientado no capítulo precedente (conf. História do Abandono), a sua proximidade com o Rio Tejo, fonte de recursos e meio de comunicação, constituiu desde cedo um factor primordial no desenvolvimento da ocupação do território. Este facto justifica igualmente o consequente aparecimento das diversas indústrias relacionadas com a pesca (fábricas de conserva de peixe, armazéns de iscos e frigoríficos, oficinas e armazéns de aprestos navais, uma fábrica de óleo de fígado de bacalhau e estaleiros), com o vinho e com o azeite.

Também como referido anteriormente na descrição do abandono, estas actividades comerciais foram progressivamente sendo desactivadas até meados do século XX, originando um território obsoleto, degradado, esquecido e até mesmo inseguro. Não obstante a sua situação urbanística actual, este território possui uma riqueza espacial única, com grandes potencialidades de desenvolvimento urbano de qualidade, e detém uma localização privilegiada e central no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

Após o estudo intensivo sobre o território em questão elaborado pelo atelier PPST, as Indústrias Criativas pareceram ser o programa primário mais apropriado para a reabilitação e revitalização do Cais do Ginjal. Segundo o arquitecto, tal é fundamentado pela forte raiz artística e cultural da zona, pelo reconhecido potencial de crescimento e de geração de riqueza e emprego qualificado, contribuindo desta forma para uma renovação da competitividade urbana nas cidades (2012).

Dado o melhoramento das questões de mobilidade (e consequente factor distância/tempo), foi possível uma ancoragem das diversas actividades criativas e culturais à escola internacional de Artes como a St. Martin’s School em Almada, ao polo universitário da Universidade Nova, e até mesmo aos Campus Universitários de Lisboa.

Neste projecto, a concentração é a palavra-chave no contexto das Indústrias Criativas, traduzindo-se ao nível de desenho numa implantação da malha urbana condicionada pela topografia do terreno, que procura garantir a segurança da arriba e melhorar qualitativamente o acesso ao local. Simultaneamente, a mesma concentração trabalha a criação de espaços e condições de estadia convidativos, destinados a atrair e agregar a classe criativa ⁷. De forma análoga, o arquitecto considera imprescindível a necessidade de trabalhar na promoção de eventos culturais programados (distribuídos ao longo de todo o ano), a fim de atrair estrangeiros e pessoas de toda a área metropolitana. Deste modo, é proporcionado tanto o reforço dos laços de sociabilização entre as pessoas, quanto a aproximação das mesmas à cultura.

A resposta de Samuel Torres de Carvalho à problemática apresentada pelo Plano Director Municipal de Almada relativamente às acessibilidades, traduz-se numa estratégia de reabilitação ao nível da linha de costa, aumentando a largura do cais. Esta reformulação (com custos iniciais elevados mas custos de manutenção relativamente baixos) permitirá não só o retorno de veículos em segurança, como também fomentará a prioritária circulação de peões, tal como é constatado na margem norte. Acresce que a proposta propõe manter alguns elementos pertencentes ao local (e.g. objectos ferrugentos de apoio ao cais), com o propósito de preservar e respeitar a memória do mesmo. Já a construção de um silo automóvel de ligação às duas cotas – com capacidade para 600 lugares, fornece uma resposta à procura de lugares de estacionamento obrigatórios para o desenvolvimento estratégico do Ginjal.

Em relação ao edificado, existente e proposto, a ideia do arquitecto é bastante clara: seguir as condicionantes do local – o relevo natural da arriba e a falta de exposição solar –, respeitar as linhas de origem do local mantendo a primeira linha de fachadas (bem como o número de pisos) – com interrupções pontuais que permitem a relação visual única com os espaços interiores e com o cais/Lisboa –, e uma segunda linha de fachadas

mais recuada e condicionada pela presença da arriba (Img 011). O espaço que se forma entre ambas as linhas de edificado permite a criação de espaços de convívio e de lazer, relacionados directamente com os restantes programas, como a habitação e o comércio. Este torna-se assim num espaço de confluência e de atravessamentos que procura ser experienciado de forma confortável, vivida, versátil e com qualidade. A nova mobilidade é pensada como um elemento que reduz o isolamento deste território, sendo igualmente promotor de ligações com a envolvente e com Lisboa.



Img 012 . Apontamento perspectivo das Praças do Ginjal . Estudo de Enquadramento Estratégico e Subsequente Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz - Conclusões . Julho 2007

CONCLUSÃO

Apesar desta proposta nos parecer bastante pertinente – sendo que a implementação da visão estratégica do atelier PPST para Almada (e em particular para o Cais do Ginjal) ainda não ter sido concretizada devido a problemas burocráticos –, subsistem alguns aspectos mediante os quais levantamos algumas reservas.

Consideramos que as questões levantadas pelo arquitecto são bastante relevantes, sendo que a sua visão faculta elementos que procuram responder às necessidades deste território abandonado e obsoleto. A nível conceptual, a re-conexão entre as duas cotas permite que estas voltem a dialogar de forma directa, re-posicionando Almada como um território voltado para o rio (e consequentemente para Lisboa), e não de costas voltadas para o mesmo – permitindo deste modo que Almada volte a usufruir da sua zona ribeirinha. Este voltar ao passado não se limita a uma conexão física entre as duas cotas, visto que estabelece de igual modo uma conexão temporal: ao ter em conta as zonas históricas pela reactivação das mesmas, o projecto respeita o vasto património que as constituiu e constitui, respeitando a continuidade temporal. O diálogo não interrompido entre o passado, o presente e o futuro é também extensível a nível programático: visto Almada ter por cultura práticas relacionadas com a Arte, a proposta tem por eixo central as indústrias criativas.

Já a nível do projecto, consideramos pertinente que seja mantida a primeira linha de fachadas, pois permite manter o lugar e a experiência – marcante porque paradoxal – de nos encontrarmos encurralados num corredor ao ar livre, entre o rio e edifícios, entre o natural e o artificial. A criação de uma segunda nova linha de fachadas, mais recuada, resulta num espaço que permite a continuidade desta experiência, agora entre edifícios: aqui, a presença asfixiante (reforçada pela arriba) é quebrada de forma pontual pelas aberturas para o rio e para Lisboa na primeira linha de fachadas. A presença ocasional do rio, permitindo este escape experiencial, valoriza a presença e a proximidade do próprio. Acresce que a concepção deste espaço intermédio oferece a particularidade de

um mesmo corredor ribeirinho ser constituído por outros tipos de corredores, proporcionando várias formas de percorrer o território. Trata-se de um bom aproveitamento das condicionantes morfológicas da zona.

A conglomeração e diversidade programática, que têm por intuito responderem a todo o tipo de necessidades, propicia um equilíbrio da pendularidade ao criar um ambiente urbano que permite tanto trabalhar em Lisboa e viver na “outra banda”, quanto trabalhar na “outra banda” e viver e Lisboa.

Todavia, algumas dúvidas podem ser suscitadas após uma análise cuidada da intervenção em causa. A natureza ampla e ambiciosa da proposta (procura cobrir diversas necessidades) corre o risco de inviabilizar ao nível do masterplan o intuito e esforços efectuados para preservar a memória local, ao porventura sobrecarregar um território que já é detentor por si mesmo de uma forte identidade. Admitindo que a identidade de um local é construída e evolui ao longo do tempo (sendo constituída por diversos layers de espaços e tempos), torna-se pertinente colocar as questões: será que um território possuidor de uma tão forte identidade industrial resiste a uma intervenção de cariz cultural, ela mesma tão impactante? Será que se deve manter a memória industrial, se sim, de que forma? Será que o território aceita e sobrevive com esta nova identidade? Se identidade também é memória, não seria aconselhável uma intervenção mais subtil, que pudesse respeitar a memória e consequente identidade industrial?

Tal pergunta, ganha maior pertinência pelo risco de que uma tão grande proposta de intervenção, quanto esta, possa alterar de forma significativa os costumes e os actuais habitantes, dando lugar a novos. Ora, se considerarmos que a identidade de um território é formada também das e pelas pessoas que o ocupam – e não somente para estas –, uma mudança desta dimensão na demografia do mesmo iria descaracterizar o território em questão. De tal modo que poderíamos pôr em causa a dimensão desta proposta a

fim de preservar as identidades e consecutiva identidade do local. Não obstante esta observação, importa salientar que não se trata de impedir a renovação social necessária para a zona, mas antes de a realizar numa lógica equilibrada de continuidade e complementaridade. Trata-se de uma diferença de grau e não de género, i.e., uma intervenção da mesma natureza, mas doseada na identidade que procura instalar.

Outro ponto que merece atenta reflexão refere-se à delimitação da área de intervenção, que se encontra circunscrita do Cais do Ginjal até ao Elevador da Boca do Vento. Assim, a área mais a poente deste troço da margem sul do Rio Tejo – onde se inserem o Olho de Boi e Arealva –, não é sujeita a qualquer tipo de proposta de intervenção. Apesar de tal negligência ser devida a questões camarárias e não da responsabilidade do arquitecto, este facto desfavorece o projecto na sua globalidade, ao não ser contemplada uma zona de relevo na continuação deste corredor ribeirinho.

Por último, não podemos deixar de referir que este facto impede o aproveitamento e agregação dos museus existentes no Olho de Boi, situação não maximizante visto as indústrias criativas serem o uso primário proposto. Dada a surpreendente descontinuidade programática, surge a oportunidade de contrapor um programa que não se posiciona na sua complementaridade – e muito menos na sua dependência –, mas antes de forma desvinculada, e que deposite um novo olhar sobre a problemática levantada – como regenerar um território ribeirinho industrial obsoleto –, a fim de voltar a gerar cidade neste território ribeirinho. Ainda que esta nossa proposta, que iremos abordar de seguida, se posicione como independente, colocados lado a lado ambos os projectos não se prejudicam, mas antes dão lugar a uma continuidade programática, que tem como fim comum e último: devolver vida, – uma nova – ao território.

RE . ACÇÃO AO ABANDONO



8 . Passando a ser constituído por "oficinas, estaleiros, armazéns, elevadores de gelo, instalações frigoríficas, depósitos para combustível, gerador próprio, máquinas de trituração de gelo, fundição, oficinas de rede e Poliano" (www.m-almada.pt/portal/page/portal/MUSEUS/DESTAQUES/DETALHE/?mus_destaquas_detalle=43367679&cboui=43367679).

9 . Actualmente, o museu é composto por uma sala de exposições temporárias, um centro de documentação e informação, um centro de reservas e pré-reservas, um apoio administrativo, um posto de vendas e de acolhimento ao público (www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2&xpgid=genericPage&genericContentPage_qry=BOUI=5263990).

10 . «(...) do hospital inglez, donde voltei, rio acima, para casa de um irlandez que negocioia em vinhos por grosso, esperando induzil-o, com dinheiro ou com boas palavras, a dar-me algum por miúdo, tendo com effeito tanta necessidade d'elle como os meus catraeiros. E foi uma felicidade que aquelle senhor negociante de vinhos, que se chama O'Neal usasse para commigo de tanta cortezia (...) o qual apenas quiz consentir que eu depenicasse um cacho das suas vinhas, que todavia estavam carregadissimas d'elles. Deu-me com liberalidade o sr. O'Neal a beber quanto eu quiz, e fez-me provar mais qualidades de vinhos muito estimados, e aos meus suados barqueiros deu também um garrafão, pondo ainda difficuldade em deixar metter algum dinheiro no bolso de um seu pequeno. Aquelle cavalheiro tem a sua casa protegida do rio por uma espécie de molhe construido de grossos penedos». Cartas Familiares (XV a XXXVIII) de José Baretti.

Img 013 . Planta da área de intervenção. Esc . 1 . 12 500

NÚCLEO CULTURAL . HISTÓRIA

Decorrente da continuidade programática pretendida, a presente intervenção vai debruçar-se no restante corredor ribeirinho – zona constituída pelo Olho de Boi e Arealva. Esta contém actualmente programas culturais, como o Museu de Arqueologia e História de Almada e o Museu Naval de Almada, que se instalaram em parte dos edifícios pertencentes à antiga Companhia Portuguesa de Pesca (C.P.P.). Em conjugação com os programas já existentes, é proposto um Centro de Investigação da Paisagem e do Território Português – Quinta da Arealva –, de forma a criar um novo núcleo cultural. Este irá reactivar e estimular uma ligação, há muito perdida, com a zona histórica da cidade devido à discrepância de cotas, ao acesso limitado e à falta de relação programática entre elas. Deste modo, torna-se essencial analisar criteriosamente o processo de desenvolvimento histórico da área de intervenção em questão.

A CPP, que em 1920 ocupou as antigas instalações da Fábrica de Algodão da Companhia Lisbonense (antigo Convento de São Paulo) é um marco na paisagem ribeirinha do Olho de Boi, apesar de se encontrar parcialmente abandonada. De maneira a responder às necessidades espaciais da Companhia, foi necessário fazer uma remodelação e acrescentos ao edificado existente ⁸. O crescimento emergente da empresa, das suas frotas pesqueiras e do seu número de trabalhadores, fez com que fosse inevitável a sua expansão territorial. A construção de um Bairro Social no Olho de Boi para os operários (actualmente ainda habitado) e a exploração de um cais em Alcântara, surgiram como respostas a esta nova exigência, e dividiu as áreas de produção pelas duas margens.

Já na década de 50 – época áurea da Companhia –, foi necessário fazer um novo aumento, desta feita no cais da margem sul, de maneira a facilitar o processo de cargas e descargas e a criação de outros espaços como um refeitório. Nos anos 70, a C.P.P. já possuía uma força de trabalho constituída por 700 operários, uma oficina de electrónica e outra de niquelagem, e ocupava um total de 40mil m2. Apesar do seu sucesso, a revolução de 25 de Abril de 1974 veio apressar o declínio subsequente da empresa,

chegando mesmo a ser extinta na década seguinte.

Parte das ruínas dos edifícios pertencentes à Companhia, deram vida ao actual Museu Naval (em 1991). Este museu, que contou com o apoio e a doação de alguns elementos da C.P.P e de outras indústrias de grande importância da zona (Lisnave), tinha como premissa dar a conhecer a História da Construção Naval no Concelho de Almada, baseada em duas épocas bastante distintas no que diz respeito às técnicas de construção e aos materiais utilizados – madeira e ferro. Visto a construção naval ser uma actividade característica da zona ribeirinha de Almada, foi fundada em 2011, e em colaboração com a Câmara, uma associação que visa a recolha e a divulgação de todo o tipo de material (e em diversos suportes) sobre a Industria Naval em Almada.

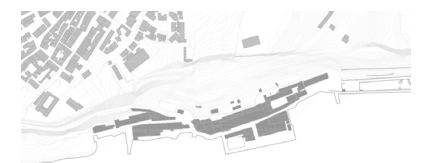
A ambição de divulgação deste projecto – preservar e promover as memórias e a história do local – fez com que fosse necessário ampliar as suas instalações. Deste modo, foi ocupado e reabilitado mais um armazém pertencente à CPP, que aumentou por quatro vezes a área de exposição do Museu, oferecendo uma maior polivalência do espaço e, consequentemente, uma maior diversidade da oferta educativa ⁹. Não obstante, outros programas similares como a Divisão de Museus e Património Cultural da Autarquia e o Museu de Arqueologia e História foram ocupando mais edifícios da antiga CPP.

Já no lado mais a poente da Companhia Portuguesa de Pesca, encontra-se a Quinta da Arealva. Pensa-se que a Quinta terá sido edificada sobre a construção de um Forno que fornecia tijolo e telha à região, e foi habitada inicialmente por um nobre irlandês exilado. Foi-nos conhecido, a partir de registos elaborados em 1760 por José Barretti, que João O’Neill, proprietário da Quinta da Arealva na época, desenvolveu a produção e o armazenamento de vinhos ¹⁰.

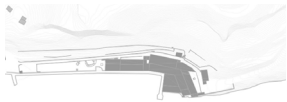
O crescimento deste negócio contribuiu para que o proprietário e a sua família se estabelecessem em Portugal por mais uns anos. As suas fortes crenças católicas, e a falta de acessibilidade da zona com a restante Almada (cotas distintas), foram factores decisivos para a construção de uma capela – Capela de João da Arealva (actualmente destruída) – nos terrenos da Quinta, destinada à sua família e a qualquer outra pessoa da região.

Após a construção de um pequeno conjunto de armazéns junto da casa principal, de modo a dar resposta ao crescimento emergente do negócio, a Quinta foi adquirida no início do século XX, pela Sociedade Vinícola do Sul de Portugal, Lda. Assistimos nesta altura a uma nova ampliação da propriedade em aterro para a construção das adegas da empresa Arealva, Lda. O vinho armazenado provinha, principalmente, das regiões do Douro, Dão e Minho, sendo estabilizado e envelhecido para comercialização em Inglaterra, e chegando mesmo a ter reconhecimento internacional (recebeu diversos prémios nacionais e internacionais).

No entanto, são encerradas nos anos 60 as actividades da empresa, última a laborar no ramo na frente ribeirinha de Almada, Ginjal. Nos dias de hoje, apesar de um enorme incêndio que destruiu grande parte da Quinta e do vandalismo que vai degradando aos poucos o que dela resta, é notória a presença de alguns elementos patrimoniais arquitectónicos que devem ser documentados e preservados para uma reabilitação futura (e.g. a estrutura da casa principal, composta por três corpos, e com traços pré-pombalinos).



Img 014 . Companhia Portuguesa de Pesca actualmente
Olho de Boi . Mariana Brederode . 2014



Img 015 . Quinta da Arealva actualmente
Arealva . Mariana Brederode . 2014





11 . Museu Naval e o Museu da Arqueologia e História; criação de um elevador que fizesse a ligação entre os dois pontos desconectados, tendo a dupla-função de miradouro (espaço de contemplação sobre o estuário do Tejo) e de acesso – Elevador da Boca do Vento (em 2000) –; concepção de um jardim como extensão do espaço público da cota mais alta; reabilitação de alguns elementos históricos – Fonte da Pipa –; Centro de Investigação da Paisagem e do Território Português proposto – Quinta da Arealva –; tudo estes programas formam um conjunto de reacções e respostas que visam combater a questão acima levantada.

Img 016 . O abandono industrial face a Lisboa . Olho de Boi . Mariana Brederode . 2013

REALIDADE

O crescimento gradual da zona de intervenção, bem como o seu declínio repentino, foram responsáveis por muitos problemas a nível urbanístico. Apesar da reabilitação de alguns elementos desta paisagem ribeirinha terem sofrido, como vimos anteriormente, ocupações para outros usos e reabilitações, as ruínas continuam a constitui-la e marcá-la profundamente. É desta maneira que imperam agora estados de obsolescência e desconforto, apesar de serem reconhecidos por todos os habitantes e entidades responsáveis o seu enorme valor histórico e o seu elevado potencial.

Uma das consequências desta obsolescência, foi a desconexão da zona ribeirinha com o núcleo histórico de Almada. Na tentativa de reinserir a zona ribeirinha na “malha urbana” e conectá-la com o resto da cidade, iniciou-se um processo de reabilitação arquitectónica em certos elementos da margem sul do Tejo e à introdução de novos programas atractivos (com o intuito de manter a memória da zona e promove-la)¹¹.

Há questões que persistem e que devem ser tidas em conta, de maneira a reconhecer as potencialidades do local e a proporcionar uma exploração máxima das mesmas. Pensamos que a questão acima levantada – desconexão entre a zona ribeirinha e a zona histórica – deve-se em grande parte à acessibilidade limitada existente. O único acesso que faz a ligação directa entre estes dois pontos (de largura limitada, onde apenas passa um carro) está, apesar de alcatroada, num estado inicial de degradação. Acresce que, devido à sua proximidade com a arriba, este acesso encontra-se sujeito á ocorrência de derrocadas. Consequentemente, tanto a acessibilidade condicionada, quanto a falta de zonas de estacionamento no corredor ribeirinho, contribuem para a situação actual – abandonada e subaproveitada – visto que, para construir são necessários veículos.

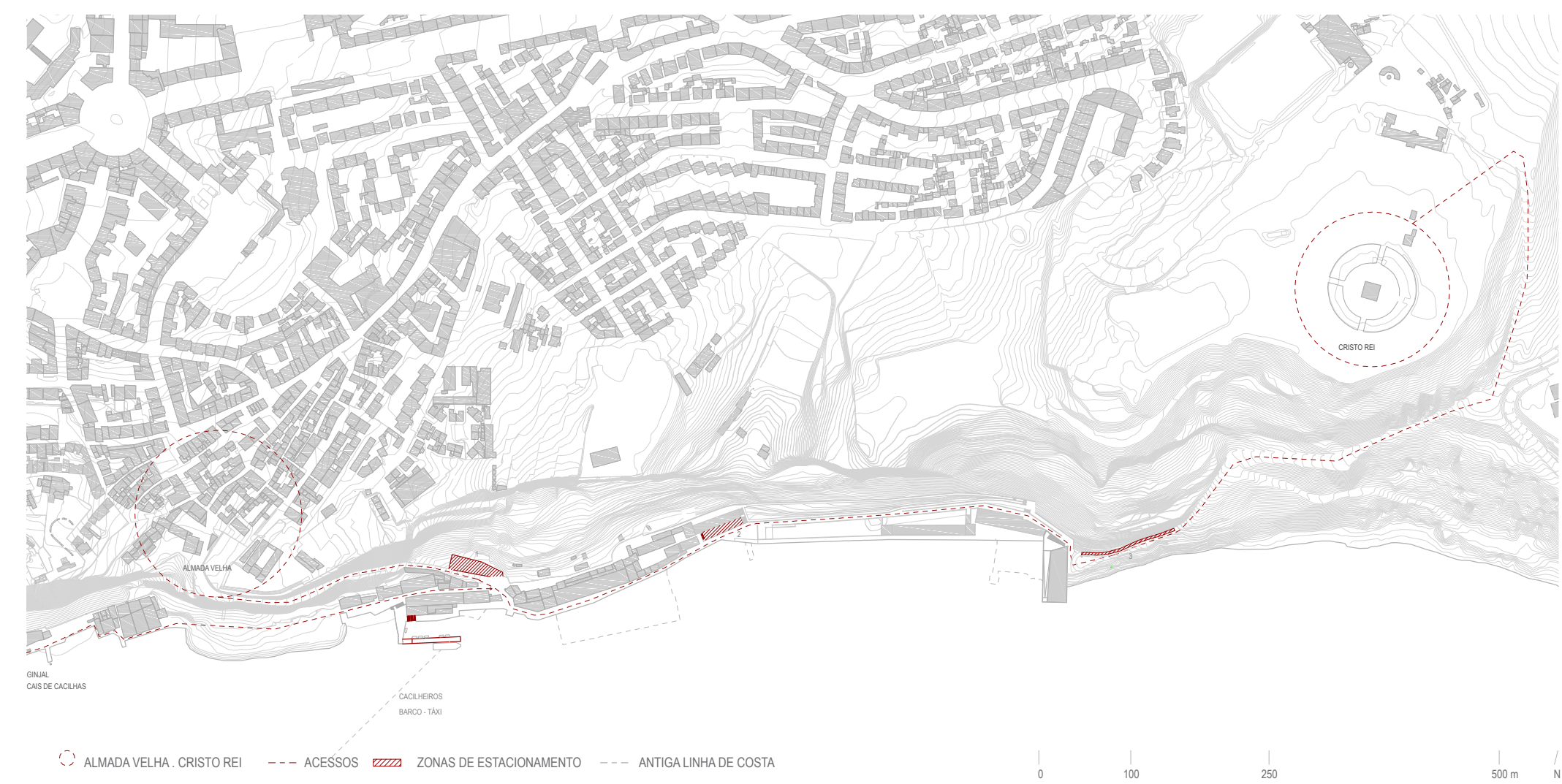
No que diz respeito ao corredor ribeirinho e à sua linha de costa, actualmente num estado de degradação elevado, outro tipo de questões são levantadas, tais como: o reconhecimento e análise do estado dos edifícios, dos pontões e cais, e do imobiliário urbano

existente. Actualmente, a linha de costa da margem sul do Tejo é constituída por vários pontões e cais de embarque (onde o tipo de estrutura e a materialidade diferem consoante a época histórica de construção) que, devido à falta de manutenção e ao facto de estarem sujeitos às mais diversas condições climáticas e marítimas, encontram-se em muitos dos casos num estado avançado de degradação. No corredor ribeirinho podemos encontrar ainda alguns elementos deixados pela indústria naval que, nos dias de hoje e apesar de não serem usados, são objectos que marcam a paisagem ribeirinha.

Seguindo a mesma lógica, as ruas que ligam a história dos vários edifícios abandonados (poluidores da paisagem ribeirinha) são constituídas por várias materialidades, padrões e cores, que contribuem no seu conjunto para uma leitura descontínua do território. É de salientar que, a falta de reabilitação e de iluminação destes espaços públicos, contribui para que estes não sejam vividos – ou, pelo menos, vividos no seu expoente máximo –, tornando-os até mesmo desconfortáveis e perigosos.

UMA NOVA REALIDADE

É fundamental apresentar uma proposta de intervenção que responda convenientemente às exigências impostas pela área em questão face às problemáticas acima identificadas. No entanto, importa frisar a pertinência da escolha do local referente ao Centro de Investigação proposto: Quinta da Arealva. Esta, sendo uma das maiores e mais importantes Quintas (tem uma história rica no mundo industrial), assumiu-se também como um ponto de excelência na observação e contemplação do estuário do Tejo e de Lisboa. Trata-se de uma autêntica “varanda sobre a capital”, verdadeiro marco na paisagem ribeirinha da margem sul, que possui deste modo todas as condições para albergar e alavancar um programa cultural como um Centro de Investigação da Paisagem e do Território Português. Este, se ligado à Almada Velha e ao Santuário do Cristo Rei, e em combinação com os outros programas culturais existentes na envolvente, procura inserir-se num núcleo cultural na margem sul do Rio Tejo.



Esquema das ligações de acesso actuais entre as duas margens da Estação Fluvial do Cais do Sodré à Quinta da Arealva:

Ligação fluvial . 2 KM . 15 min

Ligação terrestre . 15 KM . 25 min

Estação Fluvial Cacilhas à Quinta da Arealva . 2 KM . 20 min

Img 017 . Planta actual de acessos . zonas de estacionamento . estado do cais (potenciais para um novo desenho de linha de costa). Esc . 1 : 6 000

1 . Estacionamento ao ar livre . Sem restrições . 42 lugares

2 . Estacionamento coberto . Restrito a moradores . 18 lugares

3 . Estacionamento ao ar livre . Sem restrições . 20 lugares

ACESSOS

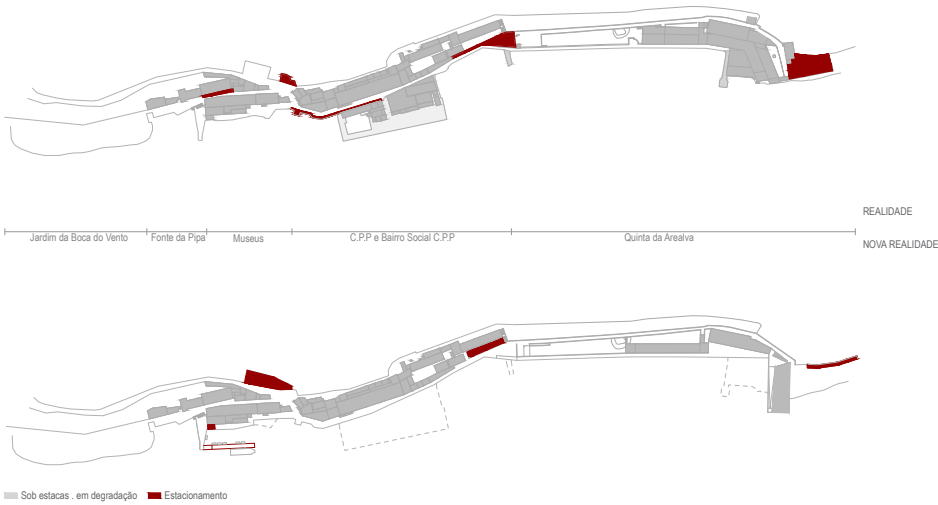
É essencial iniciarmos a discussão por uma proposta para um novo desenho da linha de costa antes de pensarmos as acessibilidades, pois, inevitavelmente, esta vai constituir uma condicionante na reestruturação das mesmas. Devido ao estado actual de degradação da zona ribeirinha, foi necessário proceder a uma limpeza de elementos degradados (pontões sob estacas com alto risco de queda e de manutenção elevada) e de outra natureza (como é o caso do pontão abandonado da antiga C.P.P.). Tal, vai contribuir consideravelmente para uma leitura clara do conjunto do edificado como um espaço linear em contacto directo com o Tejo, dando-nos uma percepção de unidade. Relativamente aos pontões, apenas um é mantido – Fonte da Pipa – devido ao seu óptimo estado e à sua forte identidade histórica.

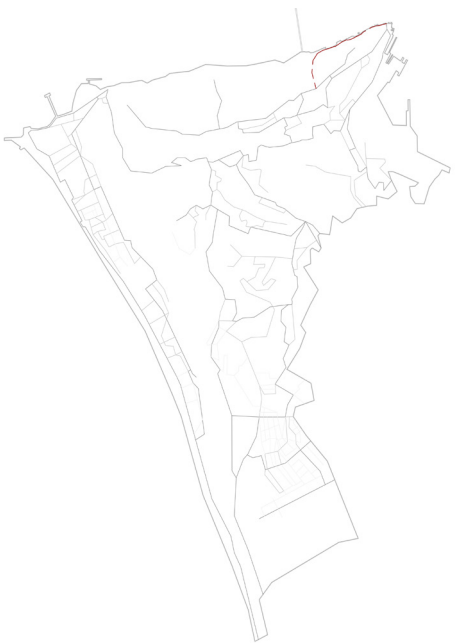
Deste modo, já nos é possível abordar com maior clareza o tema das acessibilidades, visto estas constituírem um dos maiores problemas da zona, juntamente com a falta de estacionamento. Actualmente, os habitantes e visitantes têm três opções no que diz respeito à acessibilidade ao local: ou vêm de barco – desembarcando no Cais do Ginjal – e tem de percorrer uma distância de 2km até ao Núcleo Cultural proposto; ou vêm de carro e deixam-no em Almada Velha, fazendo depois uso do Elevador da Boca do Vento – uso pago (1 euro por utilizador/viagem) –, sendo que o espaço dedicado ao estacionamento na zona histórica é bastante limitado; ou, em último caso, deixam o carro junto ao rio, obstruindo a passagem de viaturas de maiores dimensões.

Pensamos ser não só possível, como essencial, melhorar as condições de acesso ao local. Primeiramente, e a fim de tirar o devido proveito do Rio Tejo enquanto meio de transporte (com cacilheiros e táxis navegáveis), parece-nos essencial proceder à instalação de uma plataforma metálica flutuante (sobre flutuadores de betão ou fibra), após a limpeza da linha de costa. Ancorada ao pontão de pedra da Fonte da Pipa, esta plataforma permite o desembarque directo no início do Nucelo Cultural.

Por conseguinte, o crescimento do fluxo de travessias vai intensificar a relação entre as duas margens do Tejo.

Relativamente às pessoas que chegam ao local de viatura, é necessário pensar num espaço dedicado ao estacionamento dos veículos. Para tal, é necessário criar bolsas de estacionamento de uso restrito (trabalhadores, habitantes, cargas e descargas e veículos de emergência) na zona mais interior do corredor ribeirinho, de maneira a libertar para os peões o espaço junto ao rio (momento de contemplação e relação com o rio e Lisboa). Desta forma, a circulação pelo Núcleo Cultural – delimitada entre a zona histórica de Almada e o Santuário do Cristo Rei – é condicionada ao conjunto de pessoas acima referidas, contribuindo para uma desobstrução do espaço público a nível ribeirinho.





Esquema dos percursos actualmente cicláveis no Concelho de Almada . **Percurso ciclável proposto**

12 . Devido às questões de inundação, foi necessário levantar todo o cais e introduzir um elemento – um murete – para impedir a entrada de água neste espaço devido às ondulações. Consequentemente, perde-se a relação directa existente com o rio, e é necessário fazer um ajuste às fachadas dos edifícios existentes.

Img 019 . Planta da materialidade de pavimento proposto.

Esc . 1 : 6 000

PAVIMENTAÇÃO

No que diz respeito a outras questões do espaço público, como pavimentação e falta de iluminação, a estratégia de preservar a memória do local – reabilitando apenas o necessário para que haja qualidade de vida no local – mantém-se. A escolha do tipo de pavimento, tal como a nova linha de costa, tem por intuito clarificar e unir o espaço de intervenção. Deste modo, é essencial cingir o pavimento a dois dos existentes: basalto e calcário. A diferenciação de cores e materiais é usada para distinguir dois percursos de experiências bastante ímpares: o percurso Terra e o percurso Água.

Assumindo que o ponto de partida/chegada dos dois percursos acima referidos se encontra no momento de desembarque do Cais da Fonte da Pipa, e que ambos se encontram em três momentos distintos, parece-nos essencial definir a sua finalidade, a sua materialidade e descrever os vários ambientes que vão percorrendo.

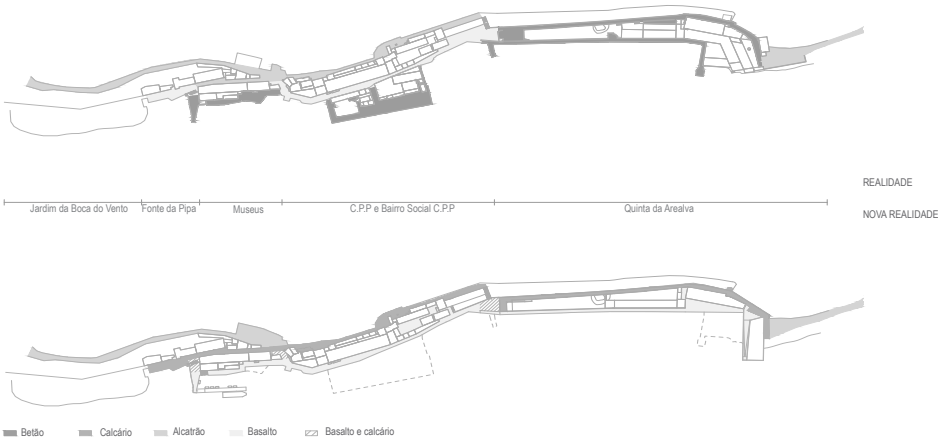
O percurso Terra, de pedra de calcário (de cor clara), procura relacionar-se mais com a zona interior do corredor ribeirinho e com a arriba. A passagem pelos dois museus existentes, pelo Bairro Social da C.P.P., e pelos jardins, museu e zona de trabalho da Quinta da Arealva, confere a este percurso uma enorme diversidade de experiências sensoriais – principalmente, visuais, sonoras e olfactivas – e uma relação directa com os elementos físicos que constituem e revelam a história do local, quebrada pontualmente pelo desafio do cenário que é o Rio Tejo e Lisboa.

O percurso Água, de pedra de basalto (material de cor escura e ideal para zonas sujeitas à presença da água), é naturalmente relacionado com o rio e oferece aos utilizadores um percurso claro, fresco e linear junto à margem. Como tal, havendo uma continuidade constante de ambientes, as suas experiências sensoriais são bastante distintas do outro percurso. Este permite, devido à sua relação directa com o rio, ser um espaço de contemplação de toda a zona estuarina. Deste modo, é necessário um espaço amplo com programas públicos de estadia (como uma biblioteca, um restaurante e ainda um

auditório) num dos três pontos de confluência dos dois percursos – limite mais a poente da Quinta da Arealva.

Importa destacar que, pelo facto de se situar junto do rio, este último percurso está, inevitavelmente, sobre a condição da presença da água, podendo em alturas climatéricas e marítimas mais críticas ser inundável em certos pontos. Visto que estes momentos representam uma situação incomum, a solução cinge-se a acentuar a inclinação da pendente do cais (à volta dos 2,5%) e inserir uma protecção nas portas do conjunto de edifícios que impeçam a entrada de água. Não consideramos ser necessária uma intervenção mais ampla, pois, além destas ocorrências serem pontuais, existe um outro percurso que se oferece como alternativa no caso da situação se verificar, ao conseguir manter a ligação aos mesmos programas – percurso Terra. Como tal, este tipo de intervenção é mais subtil, apesar de não deixar de ser transformador. Apesar de ser necessário haver uma linha de pensamento continua ao longo de todo o corredor ribeirinho, não nos parece que a proposta do arquitecto Samuel Torres de Carvalho represente a solução mais adequada à preservação da relação directa com o rio, e que permita ter uma visibilidade linear do plano ribeirinho urbano total ¹².

De acordo com a apreciação feita pelo arquitecto Samuel Torres de Carvalho – de num corredor ribeirinho existirem vários outros corredores que o constituem –, são formalizados vários percursos nesta intervenção: é estabelecido um diálogo entre o Núcleo Cultural e Lisboa por via marítima; uma ligação entre Almada Velha, Núcleo Cultural e Santuário do Cristo-Rei; os dois percursos definidos Terra e Água; e ainda, uma ciclovia. Entre estes, é certo, estarão muitos outros, que irão sendo (re)definidos por cada utilizador e por cada habitante. Tal contribuirá para um maior fluxo de pessoas, e para a maximização das dinâmicas sociais, territoriais e económicas.





Img 021 . Planta dos pontos de iluminação propostos. tipos de
iluminação . Esc . 1 : 6 000

ILUMINAÇÃO

Esta proposta só se torna possível com uma melhoria da acessibilidade e do espaço público. É então que a questão da iluminação assume um papel fundamental no que diz respeito à qualidade, leitura e segurança do espaço, e até mesmo ao reconhecimento do local a partir da margem norte – não há luz, não há vida.

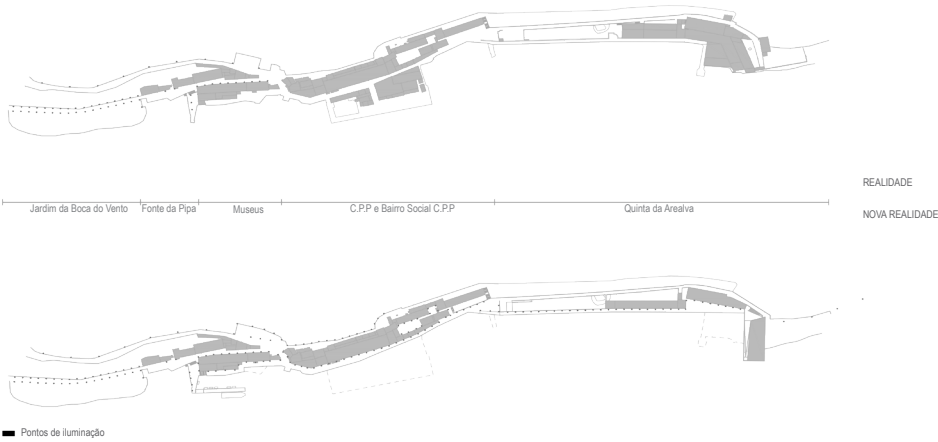
O acesso existente entre as duas cotas – estrada alcatroada que liga a cota mais alta do Elevador da Boca do Inferno ao início do Bairro Social – tem apenas 4 pontos de luz (postes de iluminação com 5,5m de altura) de cor amarelada. Já numa cota inferior, na zona do jardim do Elevador e na Fonte da Pipa – reabilitadas na última década – a iluminação é feita a partir de postes (com uma altura de quase 4 metros), com um espaçamento relativamente curto entre eles (cerca de 8 metros) e de cor azulada. Na zona dos museus – Museu de Arqueologia e História de Almada e Museu Naval de Almada – até ao início do Bairro Social, encontramos uma fraca iluminação, de cor amarelada, fixa nas fachadas. A partir deste ponto, até à Quinta da Arealva, existe este último tipo de iluminação, mais antiga, mas que não se encontra em funcionamento. Só voltamos a encontrar este conforto espacial – iluminação – no Santuário do Cristo-Rei.

Como tal, foi pensada uma estratégia de implantação de pontos de iluminação que consiste em atribuir uma leitura integral do território – desde o Elevador da Boca do Vento até ao Santuário do Cristo-Rei. A cor amarela foi assim a utilizada em todos os pontos de luz, pois uniformiza e cria um ambiente mais quente e confortável.

Relativamente à sua fixação no terreno, esta difere: será mantida a iluminação fixa às fachadas de todos os edifícios existentes (alterando apenas o tipo de candeeiro – semelhantes aos existentes no jardim da Boca do Vento – para que todos pertençam à mesma família, criando assim uma unidade); ao longo da marginal serão introduzidos balizadores (iluminação no pavimento que marca o limite do cais em relação ao rio) que visam impedir qualquer tipo de objecto obstrutor na leitura de um plano linear; em relação

às estradas de acesso à zona histórica e ao Santuário, a iluminação será mantida com postes de iluminação (como no jardim); por fim, a frente norte da Quinta da Arealva (Centro de Investigação da Paisagem e do Território Português) será iluminada a partir de pontos de luz no pavimento que ao reflectir a luz nas fachadas realçam o valor arquitectónico dos edifícios.

O espaçamento entre pontos de luz difere consoante a sua localização: os de acesso ao Núcleo Cultural estarão mais espaçados, ficando os restantes mais próximos, de maneira a tornar a zona mais segura e confortável.





MUSEUS PROGRAMA PÚBLICO PROGRAMA PRIVADO HABITAÇÃO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO

0 100 250 500 m N

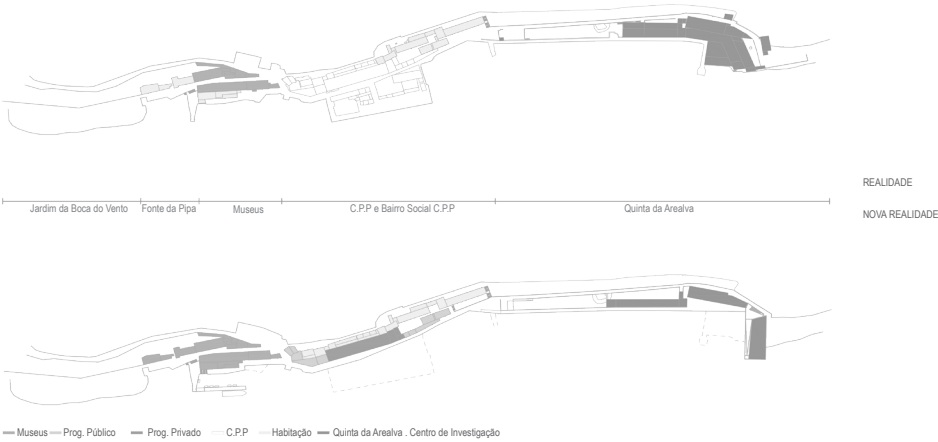
Img 022 . Planta dos programas propostos para o conjunto de edifícios . Esc . 1 : 6 000

PRÉ-EXISTÊNCIAS AMBIENTAIS

Por último, e de maneira a complementar a proposta na sua totalidade, é necessário pensar uma estratégia para o conjunto de edifícios abandonados que irão ser mantidos: parte da antiga Companhia Portuguesa da Pesca e algumas pequenas habitações. Após uma análise feita aos mesmos e ao seu estado, verificamos que a zona dos museus, o que resta da C.P.P. e habitações/Bairro Social, têm fachadas de carácter bastante distinto (tal como o seu uso requeria), e diferenciadas ao nível da cor.

O azul é a cor predominante no lambril e no contorno dos vãos dos edifícios dos museus existentes. Visto ter sido recentemente reabilitada, a ideia para este local passa apenas pela substituição da iluminação (actualmente fixa à fachada e não se encontra em funcionamento). Relativamente aos edifícios abandonados da antiga C.P.P., a estratégia de intervenção consiste na reabilitação das fachadas e da sua pintura – sendo que a cor predominante é, neste caso, o amarelo e cor-de-tijolo (ou ferro enferrujado), remetendo-nos aos objectos utilizados na indústria naval e ao seu estado de oxidação actual –, e na introdução de iluminação fixa às mesmas. Ainda assim, para podermos usufruir destes espaços e atribuir-lhes um novo uso (colectivo e público, que seria o mais apropriado devido às suas dimensões, ou até mesmo para pequenas empresas - espaço incubadoras), é necessária uma limpeza e uma reabilitação do interior, e a inserção de todos os telhados (que devido a condições climatéricas difíceis, desabaram). Já em relação às habitações, estas estão globalmente em boas condições, sendo o cinzento a cor predominante no lambril e no contorno dos vãos. Verificamos assim que é apenas necessária uma reabilitação das fachadas.

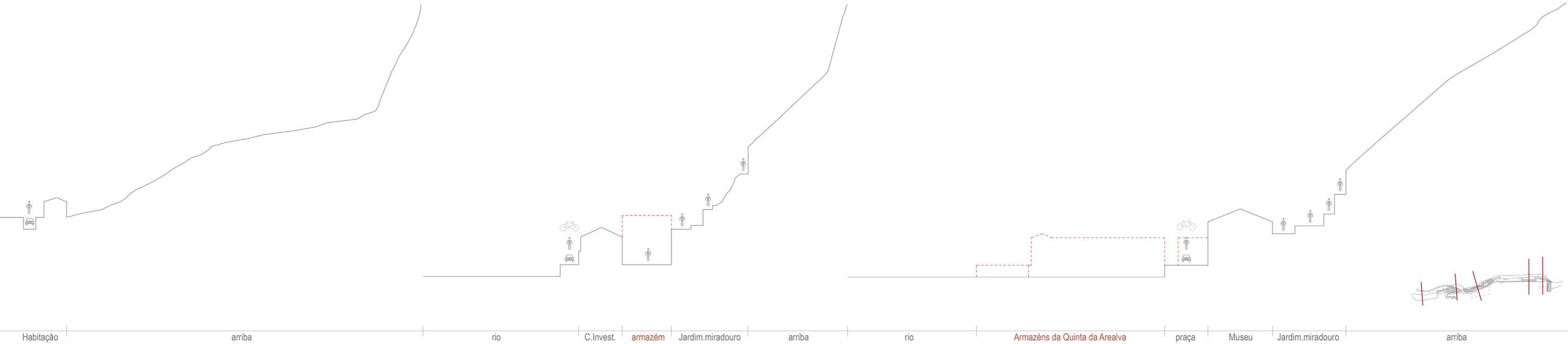
É importante enfatizar que toda a estratégia de intervenção foi pensada de maneira a preservar a memória do local, a reatribuir-lhe uma identidade, a conferir-lhe uma boa qualidade de vida, e principalmente, a revitalizá-lo. Sendo assim, um dos instrumentos de trabalho utilizados para garantir uma regeneração urbana deste troço do corredor ribeirinho foi, justamente, a reabilitação.



cota altimétrica 76.0 m

cota altimétrica 0.00 m

rio Jardim da Boca do Vento Elevador.Miradouro B.V. arriba rio Fonte da Pipa . novo cais Museu Arqueologia Habitação Novo estacionamento arriba rio armazéns C.P.P C.P.P



ACÇÃO



CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DA PAISAGEM E DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

É justamente nas pré-existências ambientais que se vai inserir o Centro de Investigação da Paisagem e do Território Português. Trata-se de um espaço que visa recolher o maior número de informação possível (e em diversos suportes) sobre o nosso país e sobre os vários constituintes da sua paisagem: a história, as gentes, o natural e o artificial.

Actualmente, existem alguns Centros de Interpretação ou Observatórios da Paisagem que, através de exposições e actividades variadas, proporcionam o conhecimento de uma paisagem específica sobre o nosso território. A título de exemplo, encontramos em Seia, o CISE (Centro de Interpretação da Serra da Estrela), parque natural constituído por um conjunto de equipamentos, tendo por objectivo “sintetizar e divulgar conhecimentos sobre os processos naturais, sociais e económicos que condicionam a vida nesta montanha, sendo um local privilegiado para partir à descoberta da serra da Estrela” (CISE, 2014). Temos ainda, espalhado pelo território português, o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas), que procura garantir a conservação, a valorização, o crescimento, a promoção e a utilização dos espaços naturais. Mais especificamente, as diversas actividades em parques naturais e paisagens protegidas – como o Parque Nacional da Peneda-Gerês (ICNF) – contribuem para a preservação e para o aumento do conhecimento e valoração destes territórios.

Contudo, e apesar destes centros/observatórios contribuírem para um maior entendimento territorial, eles encontram-se dispersos e sem ligação física e temática entre si, o que constitui um ajuntamento de informação desconexa. Surge assim a necessidade de criar um espaço que reúna todos estes elementos sobre o espaço português de uma forma coesa, tendo como raízes os vários territórios existentes. Este deve ser encarado como o centro nevralgico dos diversos centros, com o mesmo propósito de divulgação, mas à volta do qual são unidos e gravitam os diferentes observatórios, unindo-os num mesmo princípio orientador.

Considerando o Centro de Investigação Paisagem e do Território Português como um espaço em crescimento a partir da informação deixada/construída por todos os seus visitantes e utilizadores, é necessário que este esteja disponível ao maior número de pessoas possível. Tal implica que a escolha do local de implantação seja decisiva, uma vez que é absolutamente necessário encontrar um lugar que permita o bom funcionamento de todo este processo de (re)conhecimento do nosso território (sendo mesmo o elemento motor). A Quinta da Arealva, situada no corredor ribeirinho de Almada, reúne um conjunto de características que pensamos serem fundamentais para um projecto desta natureza: encontra-se num local central e acessível, e onde existe um equilíbrio entre o natural e o artificial.

A proximidade com Lisboa, mas simultaneamente o seu distanciamento, torna-se essencial. Um projecto desta índole requer um local de destaque e que possibilite a execução de diversas actividades relacionadas com a Natureza, sendo, para tal, necessário um afastamento do caos urbano. Não obstante, torna-se igualmente fundamental pensar no problema da actualidade que constitui a existência de inúmeros espaços abandonados e subaproveitados, partes integrantes do nosso território. Ora, a Quinta da Arealva é um destes territórios obsoletos que, além da sua excelente localização geográfica em relação a Lisboa, é constituída por um conjunto de edifícios com dimensões ideais para receber um programa da dimensão de um Centro de Investigação, tomando-se assim o local ideal para o desenvolvimento deste projecto.

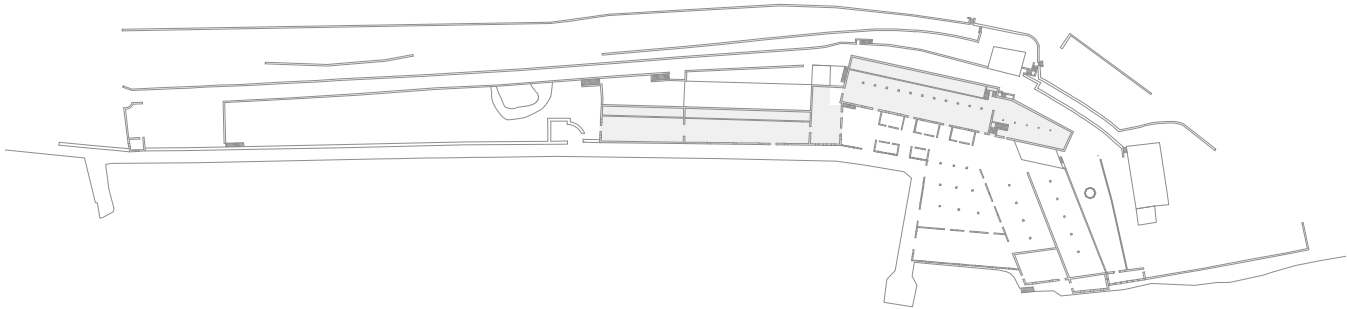
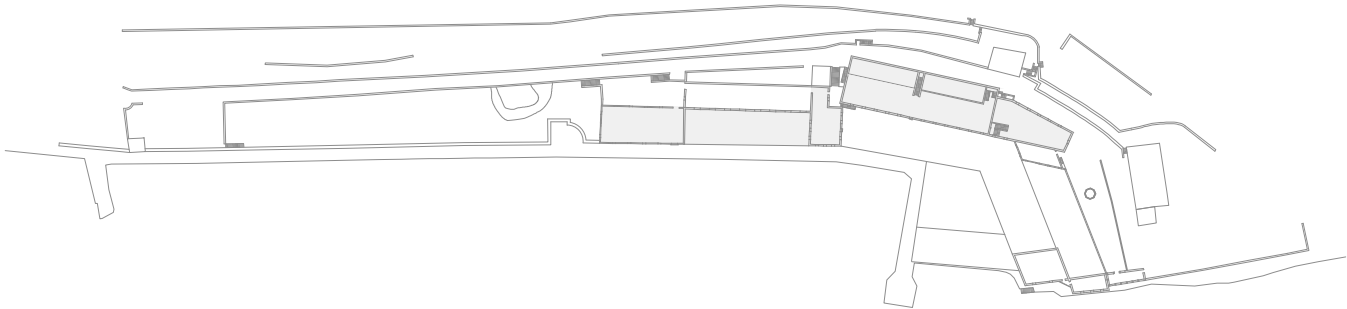
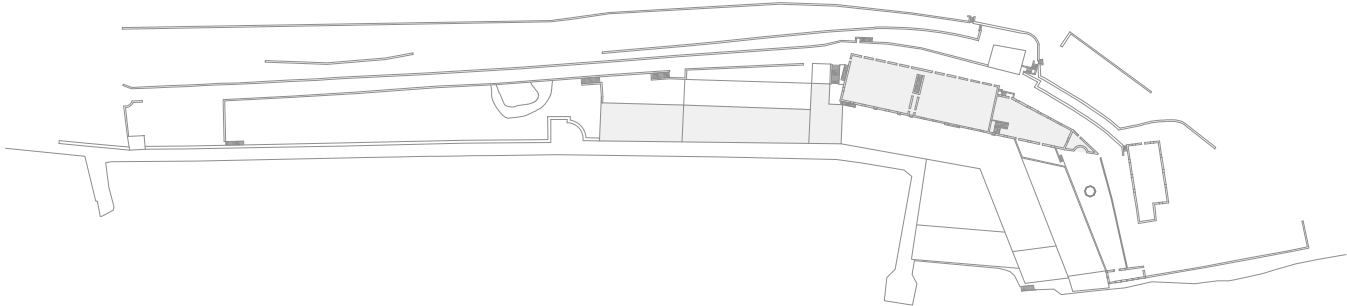
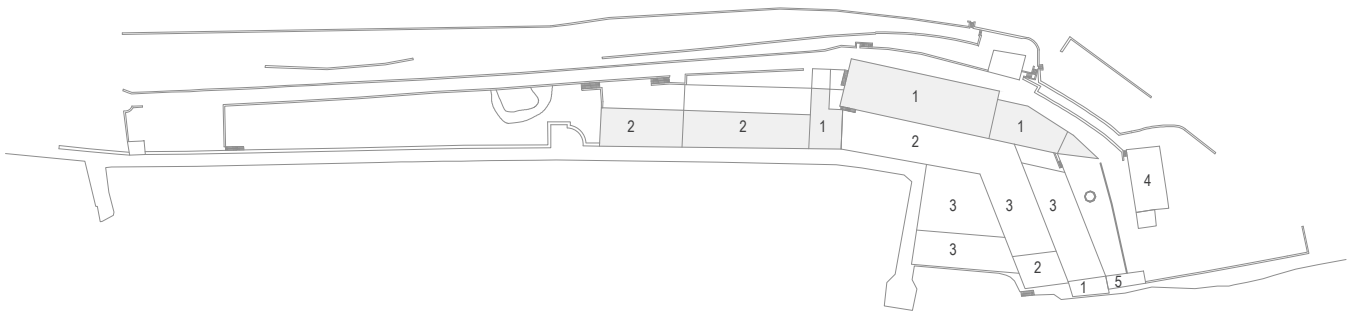
Como vimos no capítulo anterior, a Quinta da Arealva é composta por vários layers de tempos que deixaram as suas marcas no território. Tal traduziu-se num conjunto de edifícios de épocas notoriamente distintas, destinados a diversos usos, e de espaços que serviam o propósito máximo da Quinta: produção, armazenamento e distribuição de vinho.

Consoante os factores acima apresentados, e face ao enorme estado de degradação dos edifícios, emerge a necessidade de se realizar uma análise e uma selecção criteriosa do edificado. Deste modo, são definidos os elementos a manter, assim como o modo de intervenção nos mesmos e os seus usos futuros. A reabilitação dos três edifícios mais antigos da Quinta – dois edifícios de habitação, e um outro, que servia de armazém, de tempos pré-pombalinos e ainda com as paredes estruturais existentes – das acessibilidades, e dos jardins existentes, confere as condições necessárias para tal território receber um programa como o Centro de Investigação, e, simultaneamente, mantém a intemporalidade do local e da sua memória.

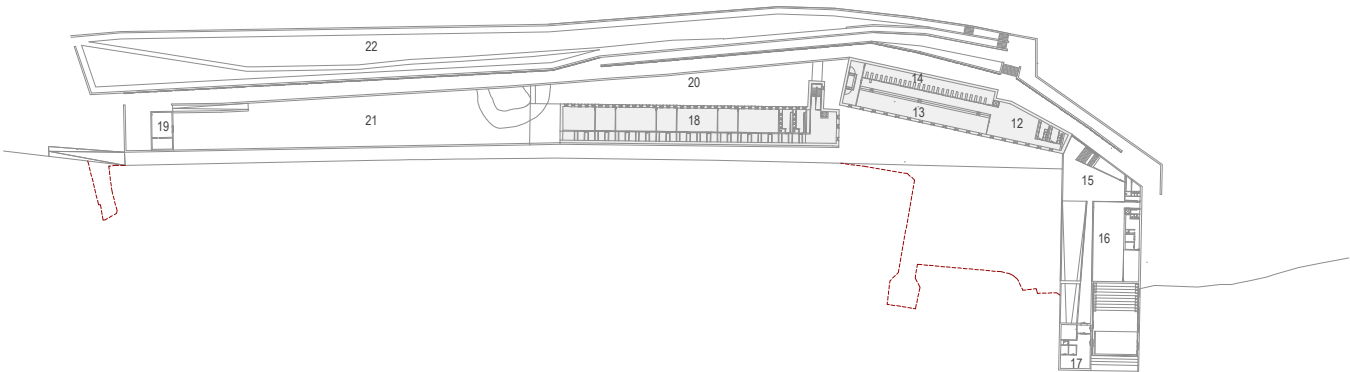
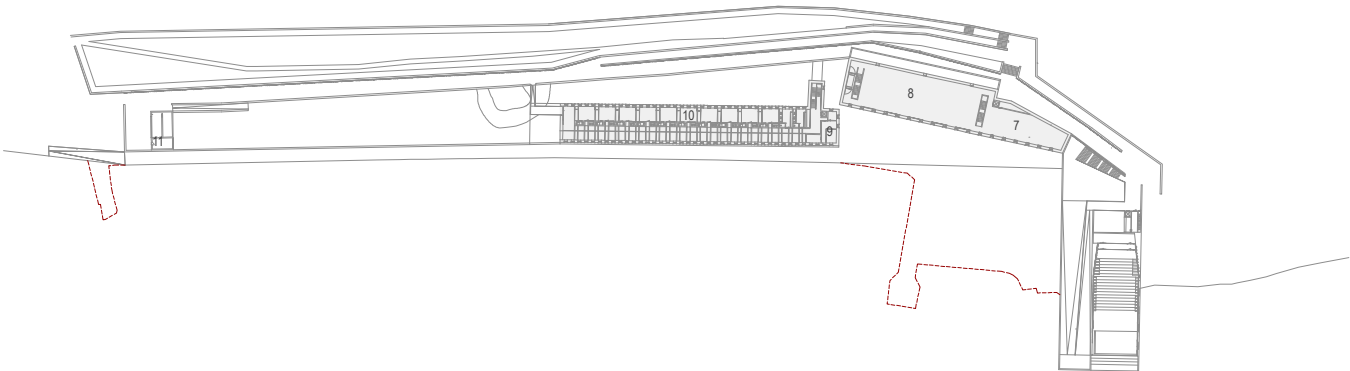
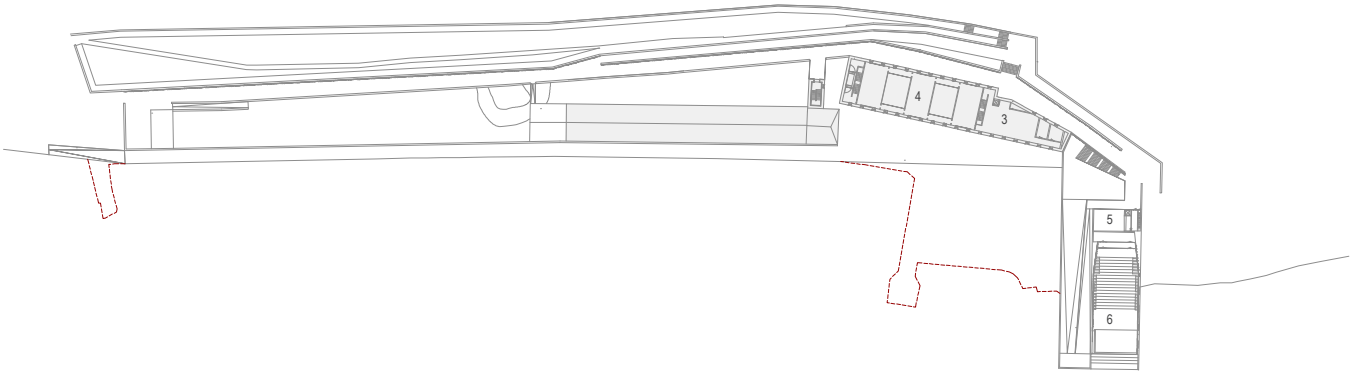
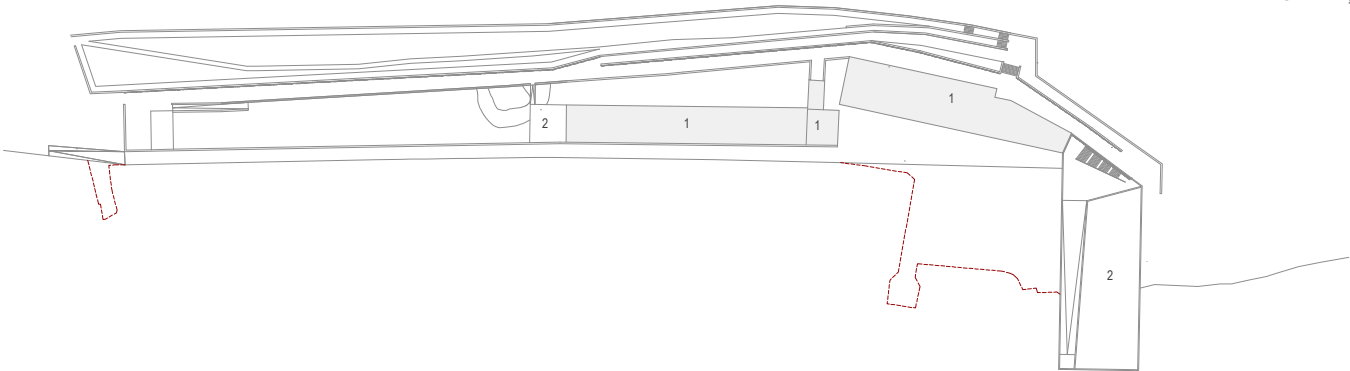
Os elementos acima referidos, juntamente com a introdução do novo, vão formar quatro espaços que se complementam a partir da sua distinção programática, e que oferecem um leque variado de experiências num mesmo território: um espaço de produção onde se insere a zona de trabalho do Centro de Investigação; um espaço de exposição onde encontramos o museu e a biblioteca; um espaço de contemplação que faz a transição entre os percursos Água/Terra, a partir de um miradouro, um auditório e um restaurante; e por último, os vários jardins que se encontram a cotas e em zonas diferentes da Quinta, possibilitando uma relação única com o território e oferecendo espaço para actividades lúdicas e educacionais ao ar livre.







- 1 . Habitação (3 pisos . Alvenaria bastarda)
- 2 . Armazém (2 pisos . Alvenaria bastarda)
- 3 . Fábrica (2 pisos . Betão ou tijolo)
- 4 . Lagar (1 piso . Alvenaria bastarda)
- 5 . Miradouro (1 piso . Alvenaria bastarda)



Linha de costa antiga

- 1 . Edifícios a manter e reabilitar
- 2 . Edifícios acrescentados

Cota 10.5

- 3 . Recepção/Loja do Museu
- 4 . Museu (Sala Horizonte Portugal)
- 5 . Bar/Foyer Auditório
- 6 . Auditório

Cota 07.0

- 7 . Museu (Gentes de Portugal)
- 8 . Museu (Sala Vale do Tejo)
- 9 . Administração
- 10 . Ateliers (Espaço incubadora)
- 11 . Recepção Quinta da Arealva

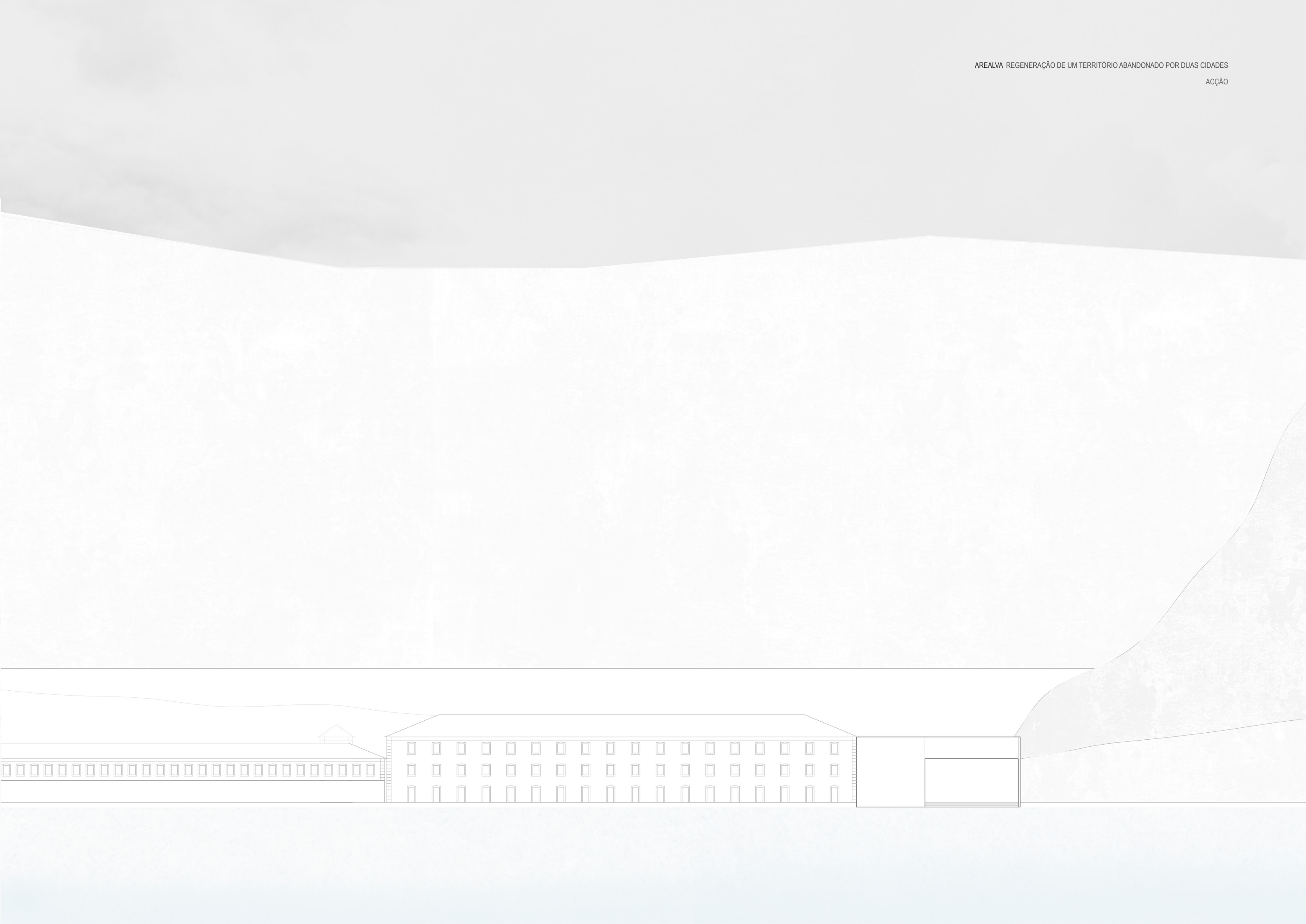
Cota 03.5

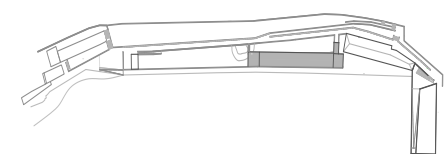
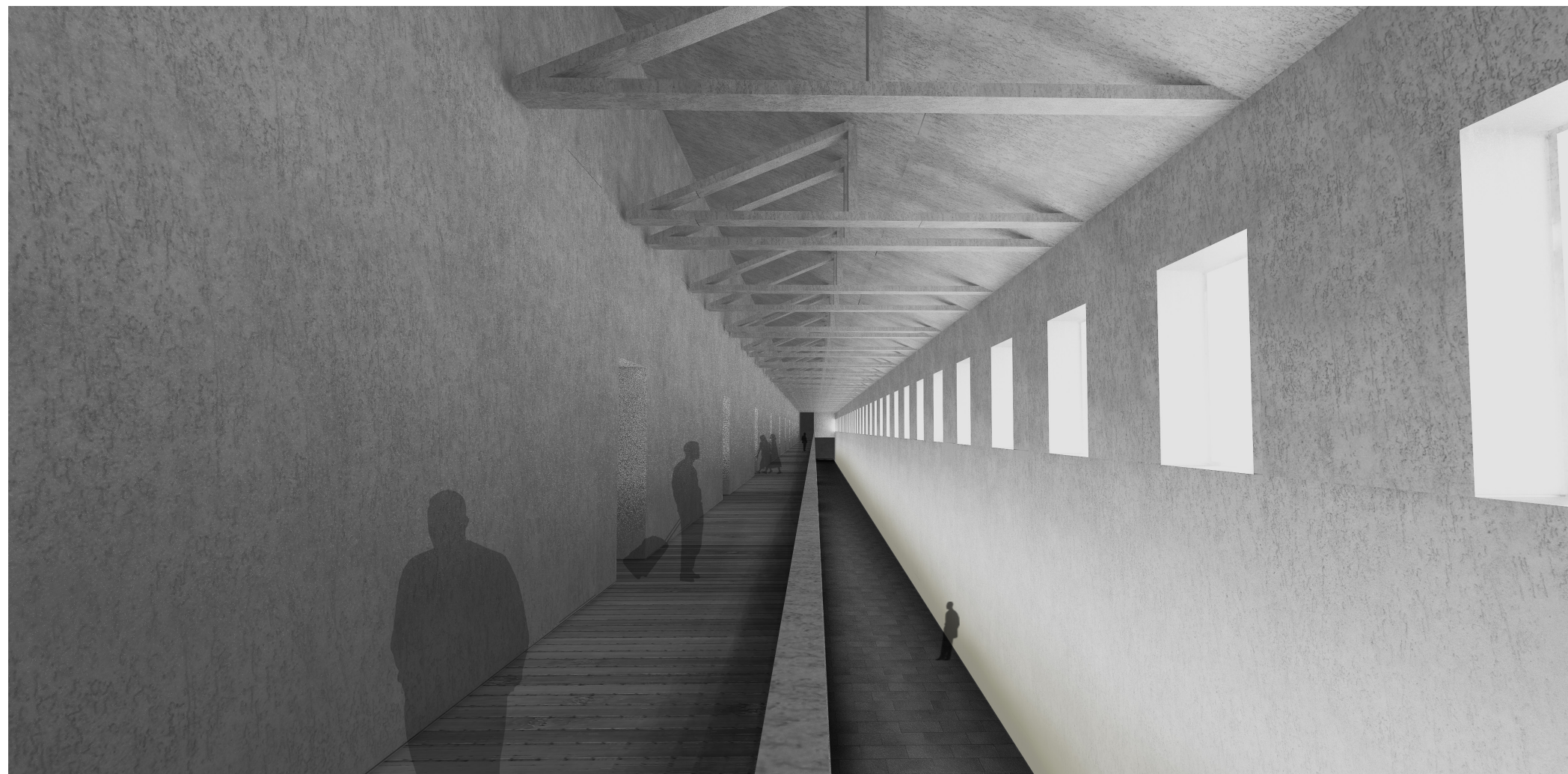
- 12 . Recepção/Zona de leitura da Biblioteca
- 13 . Zona de estudo da Biblioteca
- 14 . Arquivo
- 15 . Esplanada descoberta Restaurante
- 16 . Esplanada coberta Restaurante
- 17 . Bastidores
- 18 . Salas de trabalho
- 19 . Zona de arrumos dos jardins
- 20 . Jardim de lazer/trabalho
- 21 . Jardim de produção
- 22 . Jardim selvagem











Img 031 . Perspectiva do interior do elemento de Produção . Ga-
leria . Mariana Brederode . 2014

PRODUÇÃO

O elemento reservado para a zona de trabalho do Centro de Investigação surge do antigo armazém e da antiga casa de habitação, ambos de dois pisos, encontrando-se deste modo no edifício mais a nascente da Quinta da Arealva. Foi realizada a reabilitação das fachadas e reposta a sua cobertura de duas águas original, devido ao estado actual de ruína (mantendo apenas as suas fachadas pré-pombalinas e parte da cobertura) e com vista a manter o seu carácter pré-pombalino. A ausência actual de qualquer elemento estrutural no interior deste arquétipo, dá-nos a possibilidade de repensar o seu miolo de modo a fornecer a melhor resposta possível ao programa proposto.

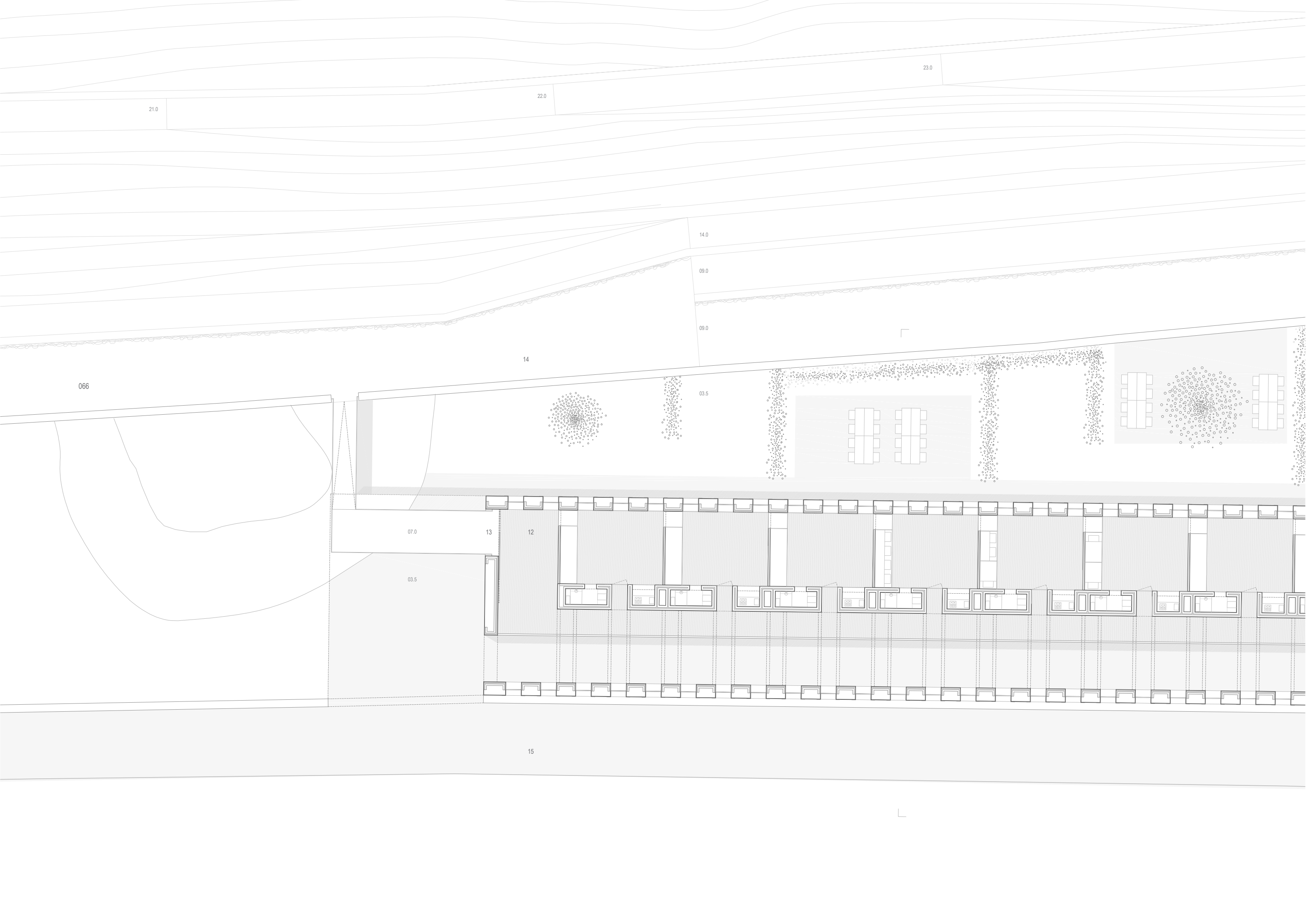
Fazendo parte do percurso Terra, este elemento foi pensado por forma a que todos os seus espaços de trabalho (à excepção da administração) estejam direccionados para a arriba e os jardins da Quinta (contrariamente ao elemento de Exposição que iremos ver de seguida, se relaciona com o rio). A Natureza envolvente, e a forte presença da arriba (imponente), contribuem, paradoxalmente, para um estado de extrema leveza e calma que deve pairar numa zona de trabalho.

O acesso ao elemento de produção é feito à cota 08.0 (a nascente) e à cota 10.5 (a ponte) através de passadiços exteriores (a sua estrutura metálica e a sua posição de não tocar em nenhuma parede do edifício, torna-os elementos leves em contraposição ao edifício pré-pombalino). É ainda possível aceder a este elemento através do piso térreo (à cota 03.5).

É de salientar que este é o único edifício que é envolvido pelos dois jardins térreos da Quinta: a nascente o jardim de produção, onde podemos encontrar uma grande área de cultivo; e, a norte, o jardim de lazer, que proporciona a extensão do programa, do interior para o exterior. A passagem de um jardim para o outro é feita num espaço ecótono que marca a entrada nascente do elemento de produção. Em contraponto com a forte presença da pedra existente no local, encontramos subitamente a única quebra do ex-

tenso muro que delimita a Quinta a norte, onde deixamos de estar entre muros artificiais para nos encontrarmos envolvidos pelos limites naturais: de um lado a sólida pedra, do outro a leveza do rio. Sendo este um dos pontos mais singulares deste território, e pela sua localização, parece-nos acertado acentuá-lo com a introdução de uma cobertura de betão.

Na reabilitação deste edifício a cobertura, actualmente inexistente, foi pensada de maneira a respeitar o tema industrial, tomando, deste modo, visíveis as asnas estruturais de madeira que, juntamente com a iluminação natural/artificial, marcam um ritmo nas galerias interiores. A consolidação e o reforço das paredes de alvenaria de pedra bastarda existentes são feitos utilizando uma capa esbelta de betão armado, para que as paredes possam receber a carga das novas lajes de betão armado (solução adequada para os novos vãos e usos). A iluminação artificial é feita a partir de uma linha de LEDs ao longo do pavimento das galerias. Por último, é de salientar que todos os pavimentos neste piso térreo são de pedra de basalto, devido à sua impermeabilidade, sendo assim, lido como uma extensão do espaço público: um percurso cheio de experiências e conhecimento.

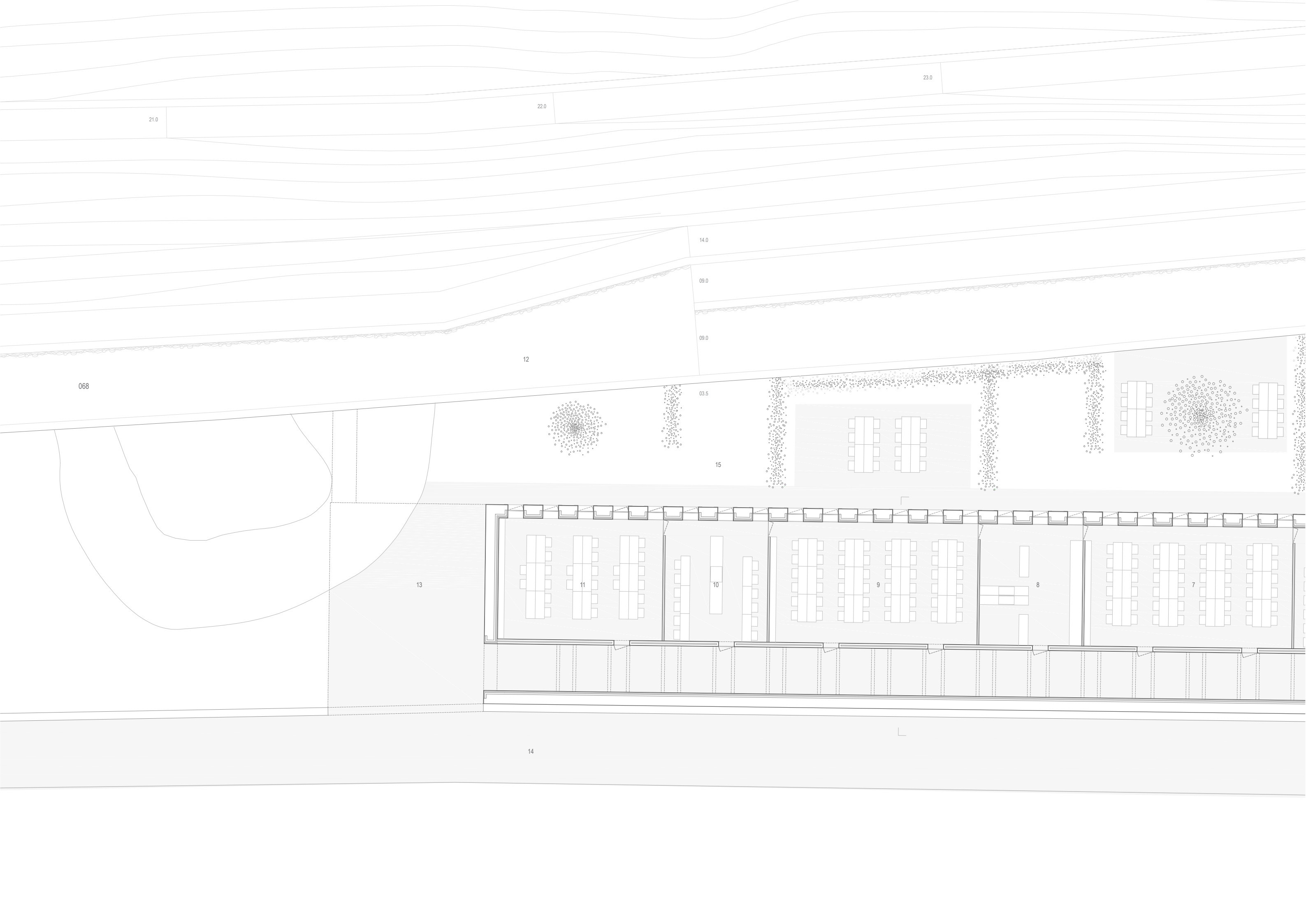


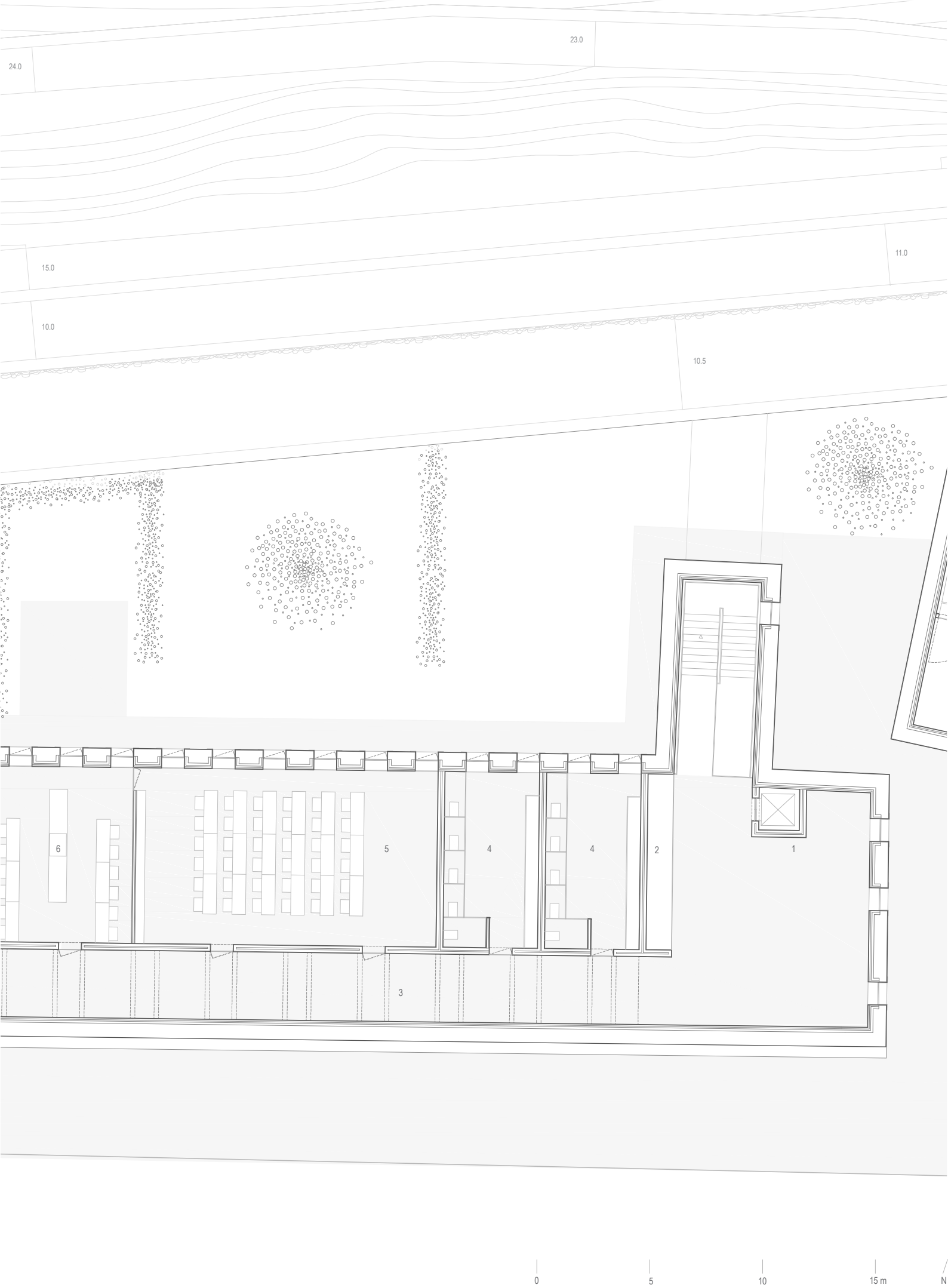


A poente, no piso 1 do elemento de produção (cota 07.0), encontramos a administração. Com três frentes, ocupa o espaço do antigo edifício de habitação. Devido ao programa, a parte administrativa do Centro de Investigação é composta por uma recepção, dois gabinetes e uma sala de reuniões. Esta ultima sala, devido à sua localização no espaço, é delimitada por painéis de vidro, oferecendo uma maior iluminação ao corredor de acesso, ao gabinete 2, e à recepção. Em caso de uso, o controlo de privacidade é feito a partir de uma cortina branca.

No mesmo piso, e fazendo a transição do espaço administrativo para o espaço de ateliers (que iremos ver de seguida), encontramos uma zona de acessos (escadas que acedem à cota 10.5 e elevador). Esta faz a distribuição para os ateliers e casas-de-banho através de uma galeria que se funde, a nascente, com o passadiço de acesso exterior.

Foi necessário reflectir sobre os espaços de trabalho (que se situam a nascente e que ocupam o antigo armazém da Quinta na sua totalidade), na sua finalidade, na gente que o ocuparia e na sua contribuição para o Centro de Investigação e para a Quinta da Arealva. Foi então pensado um conjunto de dez ateliers para este piso. Estes ateliers, para além de estarem ao dispor do Centro de Investigação, surgem também como resposta à problemática actual de falta de espaços com condições espaço-económicas que permitam iniciar um projecto de vida – espaços incubadoras. Para tal, foram desenhados espaços de 40m2 que incluem casa-de-banho, cozinha e ainda uma estrutura removível que pode conter camas, mesas e cadeiras (varia consoante a necessidade do utilizador). Estes espaços de apoio podem ser ocultados a partir de uma “cortina” de ripas de madeira de pinho, que se prolongam pelo pavimento até à parede dos vãos (a sul), por forma a ter um maior aproveitamento do espaço e um maior controlo da iluminação natural. Por fim, e tendo sempre em conta a sua versatilidade e a sua ocupação, uma unidade de trabalho (um atelier) pode-se agregar a outra(s), retirando apenas a estrutura removível que os divide. A sua espacialidade, organização, e materialidade são pensadas de maneira a alcançar uma maior diversidade de utilizações, utilizadores e tempo de ocupação.





Oficinas . Salas de Trabalho

069

As restantes salas de trabalho do elemento de produção, encontram-se no piso térreo (cota 03.5). Estas são acessíveis a norte, e no interior, por uma galeria de duplo pé direito que atravessa o edifício. Esta galeria devido à sua materialidade pode ser lida como uma extensão do espaço exterior, já que nos seus pontos extremos se confronta com o jardim (a nascente) – Percurso Terra –, e a praça (a poente) – Percurso Água –. Por se constituir como um espaço interior coberto, com a materialidade do exterior e pela presença de uma métrica de vãos pombalinos, este espaço é mais um momento único na Quinta, com as suas dimensões particulares.

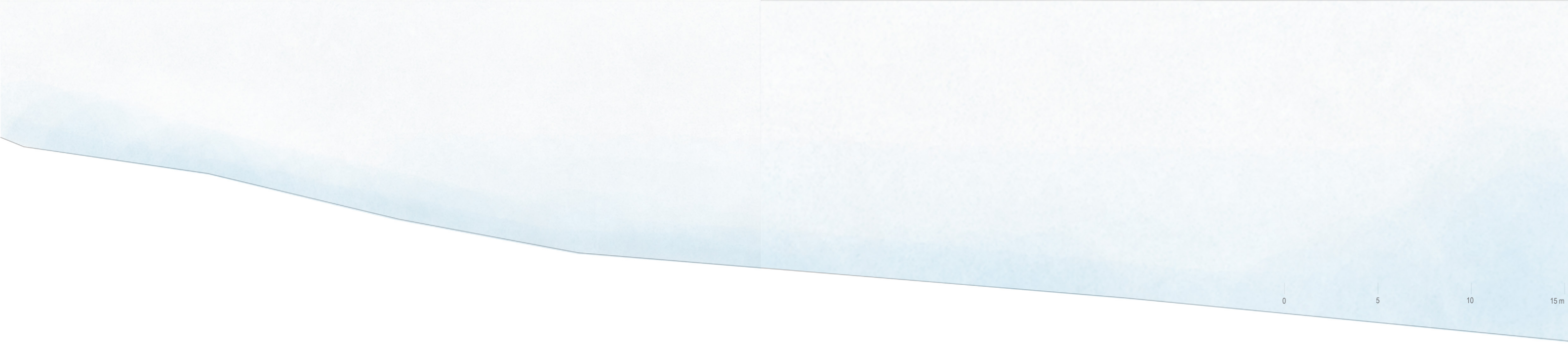
À semelhança das anteriores, estas foram pensadas tendo em conta a sua ocupação e a sua versatilidade. Como tal, foram desenhados sete espaços de trabalho que variam na sua dimensão, tendo também a possibilidade de se agregarem, e a particularidade de se estenderem para o exterior. No jardim que delimita o edifício a sul, podemos encontrar espaços compartimentados por grandes arbustos que oferecem oportunidade de existirem salas exteriores. É-nos importante pensar na oportunidade de se realizarem actividades para grupos quer no interior, quer no exterior, pois sendo o propósito deste Centro de Investigação o estudo da paisagem e do território, é necessário haver um contacto directo com estes temas.

A introdução de uma área de cultivo (de vinhas, frutos e legumes da região, chás, etc.) de uso próprio no jardim a nascente do edifício, vai permitir realizar actividades de interesse educativo e comercial. Por exemplo, tendo a Quinta outrora sido conhecida pela produção de vinho, poderiam ser feitos workshops de todo processo vinícola, sendo inclusive possível bebê-lo e apreciá-lo no final no Restaurante, com vista para o Tejo.

De maneira a contribuir para um maior desenvolvimento de produção de trabalho, pareceu-nos essencial pensar em espaços que alberguem e sejam apelativos a várias áreas (geologia, arqueologia, pintura, fotografia, arquitectura, etc.) e a uma multiplitude de pessoas. Consideramos que é no cruzamento de visitantes/trabalhadores, de espaços incubadoras/Centro de Investigação, de pessoas e temas, e de Terra e Água que se torna o nosso território maior.

Img 033 . Planta piso térreo do elemento de
Produção . cota 03.5 . Esc. 1 . 200 .









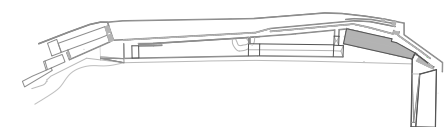
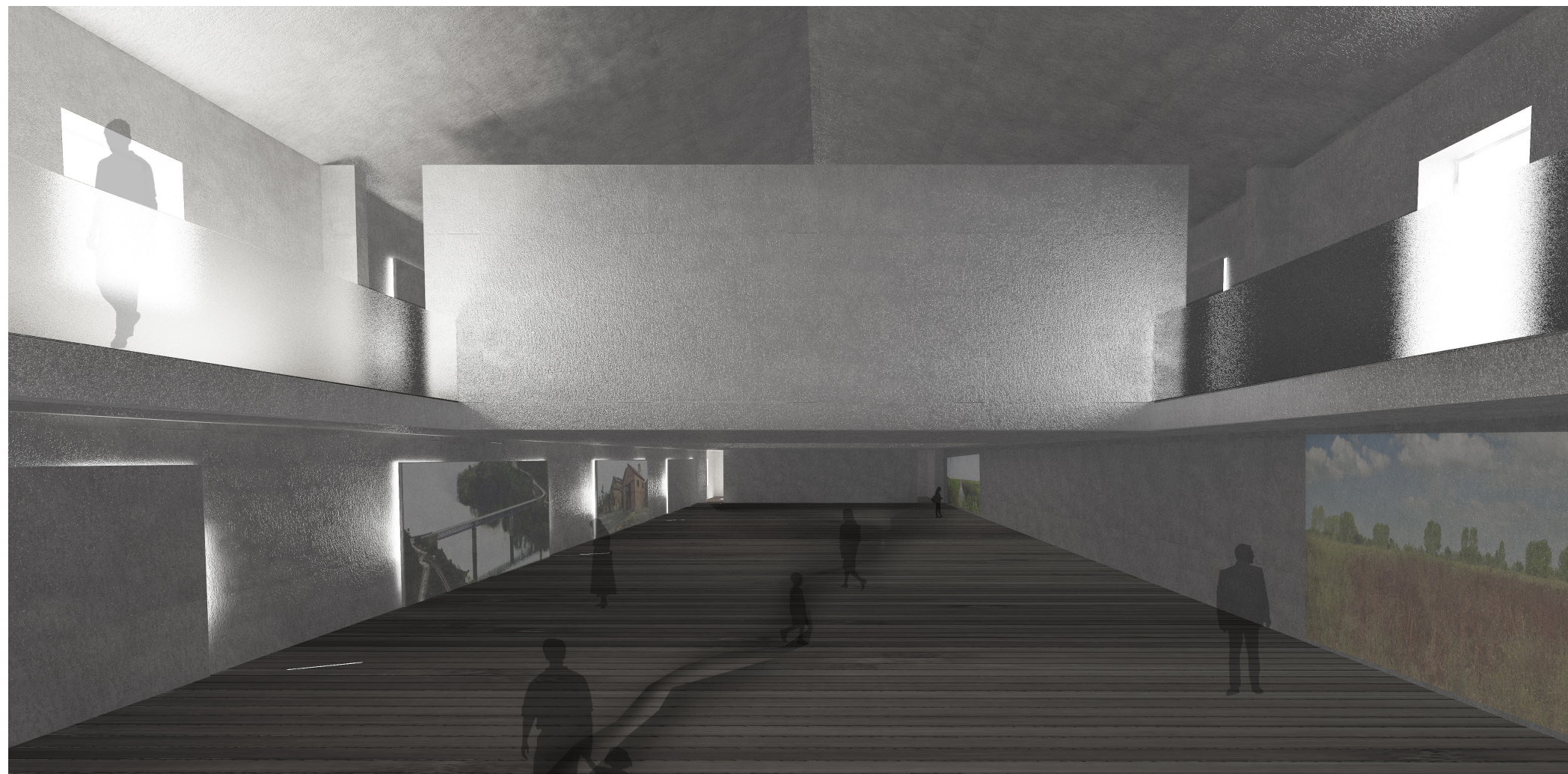


Img 036 . Corte construtivo do elemento de Produção

- 01 . Cobertura
- Telha marselha
- Ripado de madeira
- Isolamento térmico
- Estrado de madeira
- Vigas secundárias
- Tecto falso de gesso cartonado
- Asna de madeira
- 02 . Beirado
- Caleira de zinco
- Telha de beirado
- Pré-fabricado de betão
- 03 . Vãos
- Caixilho de madeira pintado de branco
- Vidro duplo
- Cantaria de pedra
- 04 . Parede exterior
- Reboco pintado de branco
- Parede de alvnaria bastarda de pedra
- Betão projectado de 10 cm
- Isolamento térmico XPS 08 cm
- Ar
- Gesso cartonado 2x1.25 cm pintado de branco

- 05 . Parede interior
- Guarda de betão 08 cm pintada de branco
- 06 . Parede interior
- Estuque
- Alvenaria de tijolo
- 07 . Parede interior
- Estuque
- Alvenaria de tijolo
- Caixa-de-ar
- 08 . Tecto
- Gesso cartonado 2x1.25 cm
- Estrutura metálica ligeira
- Gesso cartonado 1.25cm pintado de branco
- 09 . Pavimento interior
- Soalho de madeira
- Ripado de suporte
- Lâmina resilente de cortiça
- Laje de betão
- Absorção acústica
- Tecto falso acústico de gesso cartonado

- 10 . Pavimento interior
- Soalho de madeira
- Ripado de suporte
- Lâmina resilente de cortiça
- Laje de betão armado
- Caixa de brita
- Massame de betão armado
- 11 . Pavimento exterior
- Caleira de drenagem
- Basalto



Img 037 . Perspectiva do interior do elemento de Exposição .
Sala Vale do Tejo . Mariana Brederode . 2014

EXPOSIÇÃO

O primeiro edifício a ser construído na Quinta da Arealva (edifício de habitação com três pisos) renasce para dar lugar ao elemento de exposição. Parece-nos bastante acertado a introdução de programas como um museu e uma biblioteca (programas públicos) neste edifício da Quinta, devido ao seu valor histórico e arquitectónico. Após a limpeza da linha de costa, este edifício (até agora camuflado por outros), ganha notoriedade e passa a ser um elemento exposto aos olhares do Rio Tejo e Lisboa: um marco na paisagem ribeirinha. Apesar do seu estado actual de degradação, os únicos elementos que continuam erguidos e que contam a história do território são as paredes exteriores. Seguindo um discurso coerente relativamente à permanência da memória do local, é feita uma reabilitação ao nível das fachadas, mantendo o seu carácter pré-pombalino. A ausência de cobertura e de qualquer elemento estrutural no interior do edifício, permite-nos explorar e maximizar o espaço.

A consolidação e o reforço das paredes de alvenaria de pedra bastarda existentes são feitos utilizando uma capa esbelta de betão armado, para que as paredes possam receber a carga das novas lajes de betão armado (solução adequada para os novos vãos e usos). A estrutura metálica à base de pórticos realizados com perfis IPE 300, é adequada ao vão e mantém o peso da estrutura (carga da cobertura) tão baixo quanto possível.

A distribuição do programa neste elemento foi pensada de maneira a tirar partido deste ser composto por três pisos e de se relacionar com duas cotas diferentes (cota 10.5 e 03.5). Assim sendo, temos dois percursos distintos: Percurso Terra (cota 10.5) e Percurso Água (cota 03.5). Seguindo a lógica de que o Percurso Terra percorre um conjunto de museus a nascente (Museu Naval de Almada e Museu da Arqueologia e História de Almada), o Bairro Social da antiga C.P.P e outros elementos que contam a história deste território, parece-nos coerente que a entrada no museu pertença a Terra (devido à amplitude deste programa serão necessários dois pisos), e a biblioteca/arquivo ao percurso Água.



Museu . Sala Horizonte Portugal

079

Acessos	
1 . Recepção e loja do Museu . 165 m²	
2 . Arrumos . 8 m²	
3 . Acesso vertical . 8 m²	
4 . Acesso às Instalações Sanitárias . 17 m²	
5 . Instalações Sanitárias com acesso pelo ext . 20 m²	
10. Galerias de acesso às salas de exposição . 15 m²	
19 . Hall de acesso com monta cargas . 45 m²	
20 . Percurso Terra	
21 . Percurso Água . Praça	
Exposição Horizonte Portugal	
Sala de exposição 1 . 113 m²	
6 . Projecção sobre a história de Portugal	
7. Projecção sobre a diversidade da paisagem portuguesa	
8. Projecção sobre Duarte Belo e o seu trabalho	
9 . Projecção sobre o projecto Horizonte Portugal	
Sala de exposição 2 . 113 m²	
11 . Projecção Percurso Ponta da Erva . Miranda do Douro	
12 . Projecção Percurso Litoral	
13 . Projecção Percurso Guadiana. Douro	
14 . Projecção Percurso Norte Sul . Alentejo	
Sala de exposição 3 . 113 m²	
15 . Projecção Percurso Norte Sul . Algarve e Costa Alentejana	
16 . Projecção Percurso Cidades	
17 . Projecção Serras	
18 . Projecção Percurso Ilhas	
00.0 cota altimétrica	
Img 038 . Planta do elemento de Exposição . Piso 2 . cota 10.5	
Esc . 1 . 200 .	

O espaço onde é feita a entrada do Museu (cota 10.5) através dos vãos pré-pombalinos, é caracterizado pela sua amplitude e a sua relação com o Rio Tejo e Lisboa a norte. Este espaço é composto por uma recepção/loja (marcada apenas por balcões), casas-de-banho públicas (com acesso pelo exterior também) e uma zona de acessos (um elevador que percorre os três pisos do elemento de exposição) e arrumos.

As restantes zonas de exposição que se seguem, foram pensadas de maneira a tirar o maior partido da forma do edifício. A reentrância existente e a forma afunilada do edifício a poente, leva-nos a dividir o espaço em dois: um com uma forma rectangular a nascente e outro com uma forma peculiar a poente. Como tal, ambos são delimitados através de um bloco de acessos (escadas), o que nos permite fazer uma organização mais controlada e proveitosa do espaço. Outro factor que influenciou fortemente o desenho do interior foi a ausência actual do mesmo e da cobertura, o que nos permite ter uma maior liberdade na construção deste novo espaço.

De maneira a maximizar o espaço do Museu, da sua dimensão e do seu pé direito, são pensadas três salas de exposição, com as mesmas dimensões, a nível do piso 0. Delimitadas entre os acessos, estas são também intercaladas por vazios (ligadas apenas por galerias entre elas), o que permite a existência de espaços com duplo pé-direito e criar uma relação visual entre as várias salas e pisos do Museu.

Horizonte Portugal de Duarte Belo é a exposição instalada neste primeiro piso do Museu. O arquitecto e fotógrafo Duarte Belo, desde cedo se interessou pelo nosso território e a exploração da diversidade do mesmo. Tal, traduziu-se numa colecção de livros e de mais de um milhão de fotografias que retractam vários temas do nosso território: paisagem, arquitectura, gentes, etc. A contribuição do fotógrafo para um “Portugal maior” foi a criação da plataforma online Horizonte Portugal, onde dispõe muitas das suas fotografias tiradas pelo nosso território ao longo do tempo. A sua obra deixa-nos fascinados com os vários

lugares que existem ao nosso redor e ao nosso alcance, incentivando-nos a percorrê-los, descobri-los, e mais tarde partilhá-los com outras pessoas, à semelhança dos caminhos trilhados por Duarte Belo. Conhecer o nosso território e divulga-lo, é torna-lo maior.

De maneira a guiar as pessoas nesta aventura que é a descoberta de um território, o nosso, Duarte Belo desenha oito percursos por Portugal Continental e Ilhas. As três salas existentes foram divididas a meio por uma parede de gesso cartonado, de forma a receber estas viagens pelo nosso território. Sendo que ficamos com seis salas com uma dimensão mais reduzida, em cada uma temos dois percursos distintos, de maneira a sermos confrontados com realidades e vivências diferentes num só espaço, tal como no nosso território. O facto de estarmos sentados e rodeados por imagens projectadas tão ricas pela sua diversidade, e que ocupam a parede na sua totalidade, faz-nos ficar mais envolvidos na exposição tornando assim a experiência mais intensa. É de salientar que a primeira sala é reservada para a explicação do Horizonte Portugal e do trabalho de Duarte Belo.

Para esta exposição a relação com o exterior é quebrada, e a luz natural é controlada (os vãos são camuflados no seu interior por uma camada de gesso cartonado, afastada dos mesmos 5cm, marcando uma linha de luz à volta da camada), de maneira a dar primazia à experiência vivida no interior. Este piso é delimitado por uma linha de luz artificial continua ao longo de todo o espaço (sanca).



Museu . Sala Vale do Tejo

081

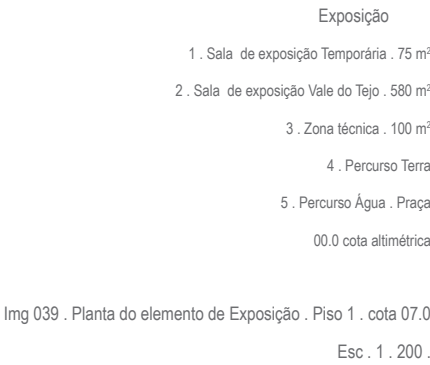
Relativamente ao piso -1 do Museu, é mais uma vez notória a demarcação de dois espaços distintos, a partir dos blocos de acesso (escadas). Na continuidade da defesa da ideia de que um museu deve ser um espaço amplo, claro, e desprovido de qualquer elemento que condicione o espaço, neste piso é mantido o espaço na sua totalidade: uma grande nave de exposição (delimitada pelos acessos) e uma outra sala de exposição a poente. O tema que foi apresentado na exposição do piso 0, Horizonte Portugal, suscitou-nos a vontade de contribuir para o conhecimento do nosso território. É assim lançado, ao visitante, o desafio de percorrer um novo percurso pelo nosso território, desta vez mais interactivo e parte dele até mesmo visível.

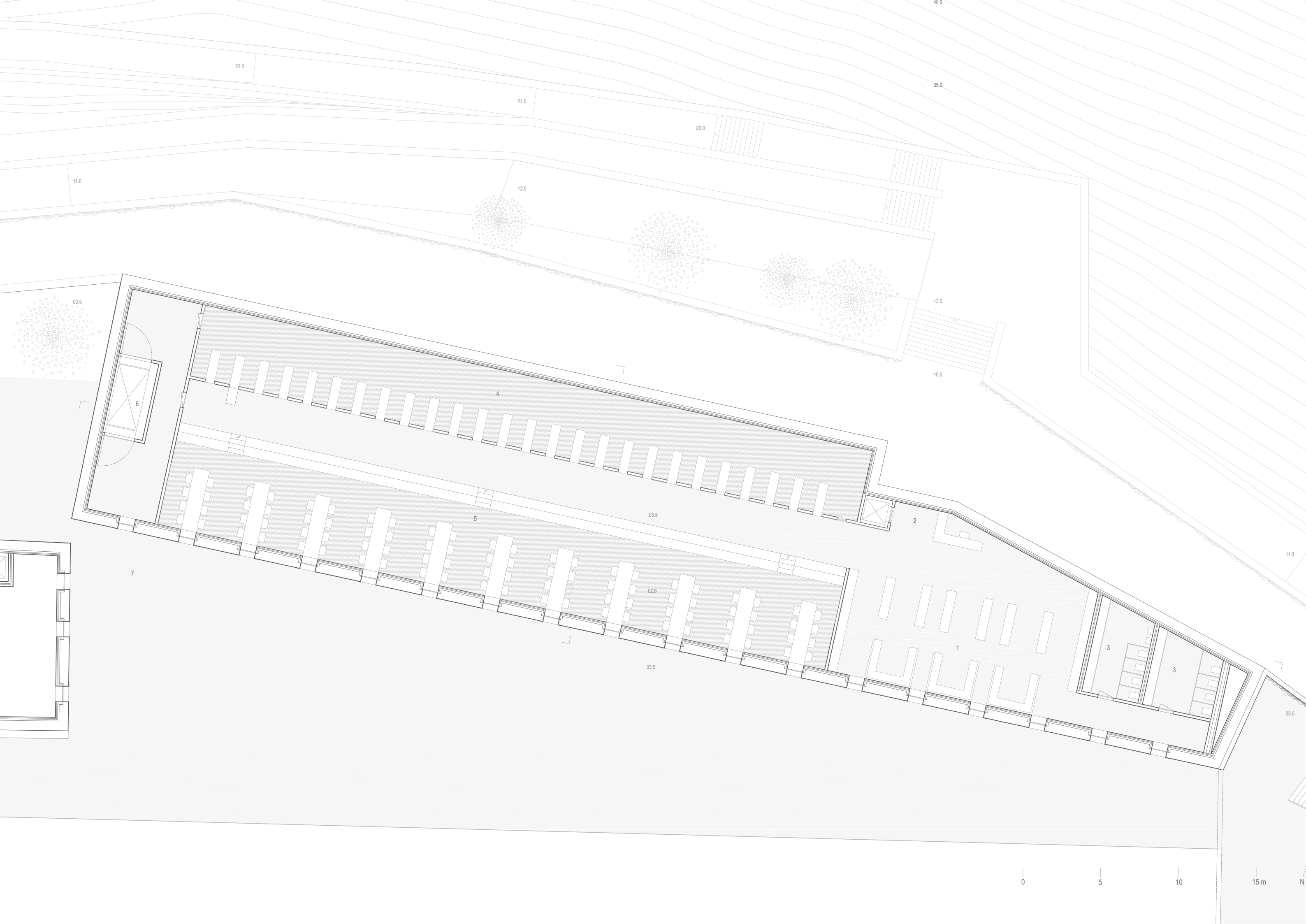
A exposição instalada na grande nave é o percurso do Vale do Tejo, com início no estuário e fim em Vila Velha de Rodão, devido à falta de um espaço que apresente todas as questões e temas que este território (Vale do Tejo) levanta e traz com ele, e, logicamente, pela proximidade com o museu. É assim marcado, este troço de território em estudo, no pavimento. A ideia é que seja percorrido apenas por duas pessoas de cada vez (uma começando no estuário e outra em Vila Velha de Rodão). À medida que vão avançando, vão sendo confrontadas com imagens projectadas no chão (tiradas por Duarte Belo) correspondentes ao sítio onde estão no percurso. Estas imagens são acompanhadas de sons característicos de cada lugar de maneira a intensificar a experiência e a torna-la mais interactiva. Se quisermos mais informações sobre o momento em que nos encontramos no percurso, basta-nos posicionarmos em cima da imagem e ela será transposta para a parede acompanhada por outras e curiosidades do território. No caso de nos encontrarmos a meio com outro visitante que esteja a fazer o caminho no sentido inverso, não será um problema, pelo contrário, este confronto de pessoas, informações, imagens, sons, corresponde à diversidade patente no nosso território, o que tornará o percurso bastante mais interessante.

Novamente neste espaço, a relação com o exterior é quebrada pela camuflagem dos vãos, e reduzindo exponencialmente a luz natural, contribuindo para um espaço sem distrações, e onde as imagens projectadas no pavimento sobressaíam.

Na sala de exposição a poente, somos confrontados com uma colecção exaustiva de fotografias tiradas por Duarte Belo às várias gentes do nosso território. Novamente, temos aqui um percurso entre os diversos rostos, que se encontram impressos em acrílico e pendurados a cotas diferentes por cabo metálico. No final do percurso deparamo-nos com o nosso rosto num ecrã que está embutido numa parede (por detrás desta temos uma câmara que está ligada ao ecrã).

É importante frisar que não é imposta uma ordem de visita das salas, pois todas contribuem para um maior entendimento e conhecimento do território, e cada uma conta-nos uma parte única do mesmo. Os dois pisos, repletos de percursos e experiências distintas, no final da visita, formam apenas um percurso e uma experiência rica sobre o nosso território.





Biblioteca

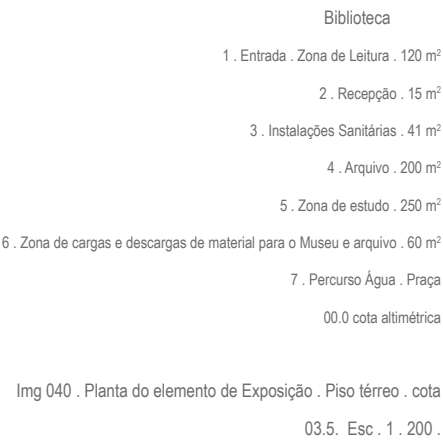
083

A Biblioteca da Quinta da Arealva ocupa o piso térreo do elemento de exposição (cota 03.5). Esta é composta por três espaços que se complementam: zona de leitura, zona de trabalho e arquivo.

A entrada na biblioteca é feita através dos vãos pré-pombalinos a poente, onde encontramos um espaço de leitura, uma recepção e casas-de-banho. A partir deste espaço, somos encaminhados para um outro que faz o acesso à zona de trabalho (norte) e ao arquivo (sul). A zona de trabalho está a 75cm abaixo dos restantes espaços, de modo a obtermos uma maior homogeneidade de iluminação natural (não havendo qualquer elemento obstrutivo). Esta ligeira diferença de cotas forma, a sul (e direccionadas para Lisboa), umas escadas/bancadas que podem ser usadas também como zona mais informais de leitura/estudo.

O arquivo, também a sul, armazena toda a informação produzida e disponível no Centro de Investigação (cartas, fotografias e livros) sobre o nosso território, e está acessível a todas as pessoas. Esta informação é dividida em várias estantes móveis. Estas têm a particularidade de serem acessíveis a 80%, com os restantes 20% reservados a documentação que só pode ser consultada sob vigilância de um trabalhador da biblioteca.

Por último, e não menos importante, encontramos a nascente a zona de cargas e descargas de material para o Museu.

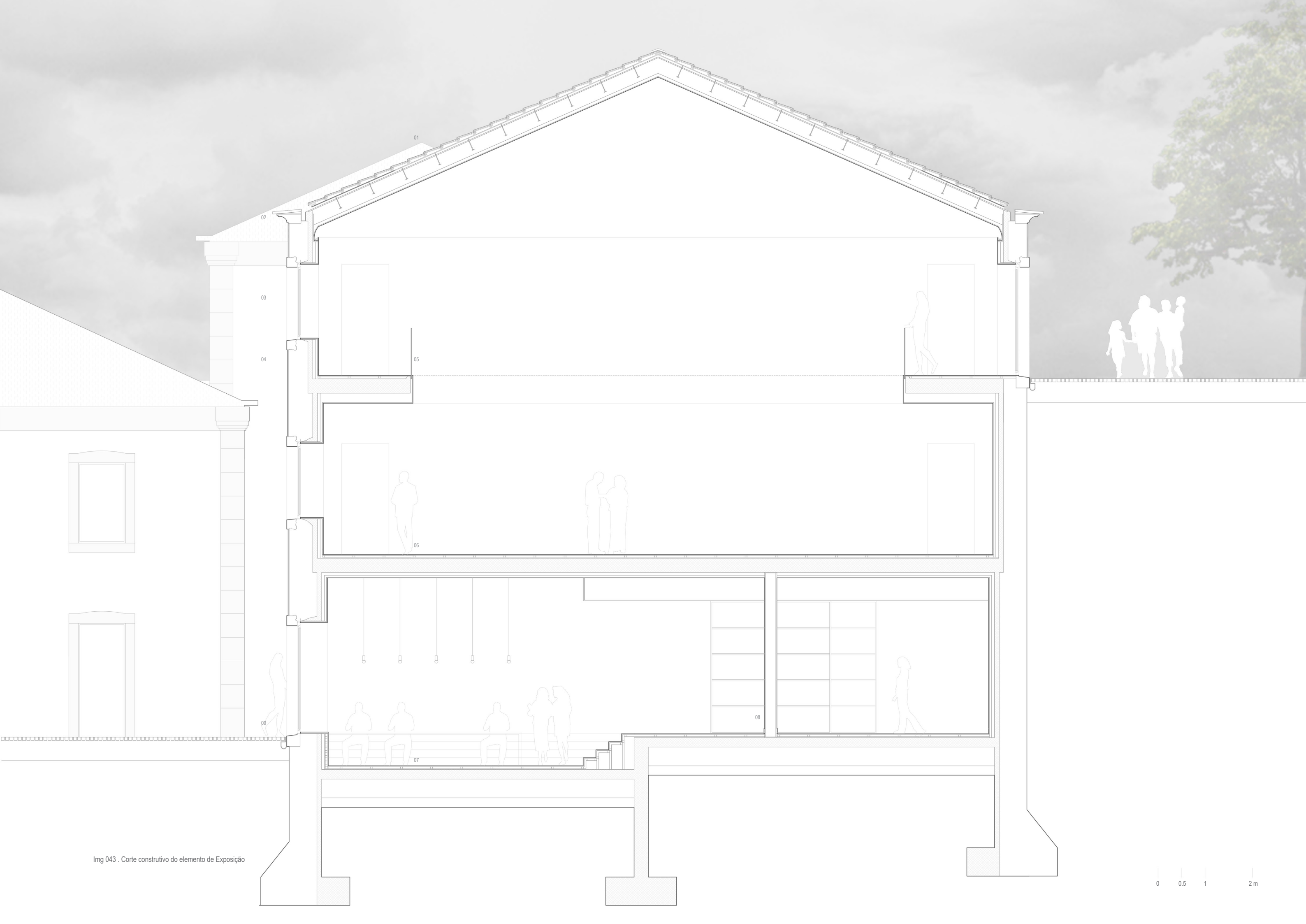








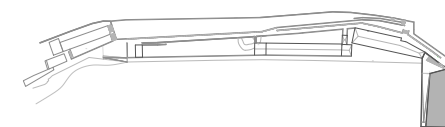




Img 043 . Corte construtivo do elemento de Exposição

- 01 . Cobertura
- Telha marselha
- Ripado de madeira
- Isolamento térmico
- Estrado de madeira
- Estrutura metálica
- Tecto falso de gesso cartonado pintado de branco
- 02 . Beirado
- Caleira de zinco
- Telha de beirado
- Pré-fabricado de betão
- 03 . Vãos
- Caixilho de madeira pintado de branco
- Vidro duplo
- Cantaria de pedra
- 04 . Parede exterior
- Reboco pintado de branco
- Parede de alvnaria bastarda de pedra
- Betão projectado de 10 cm
- Isolamento térmico XPS 08 cm
- Ar
- Gesso cartonado 2x1.25 cm pintado de branco

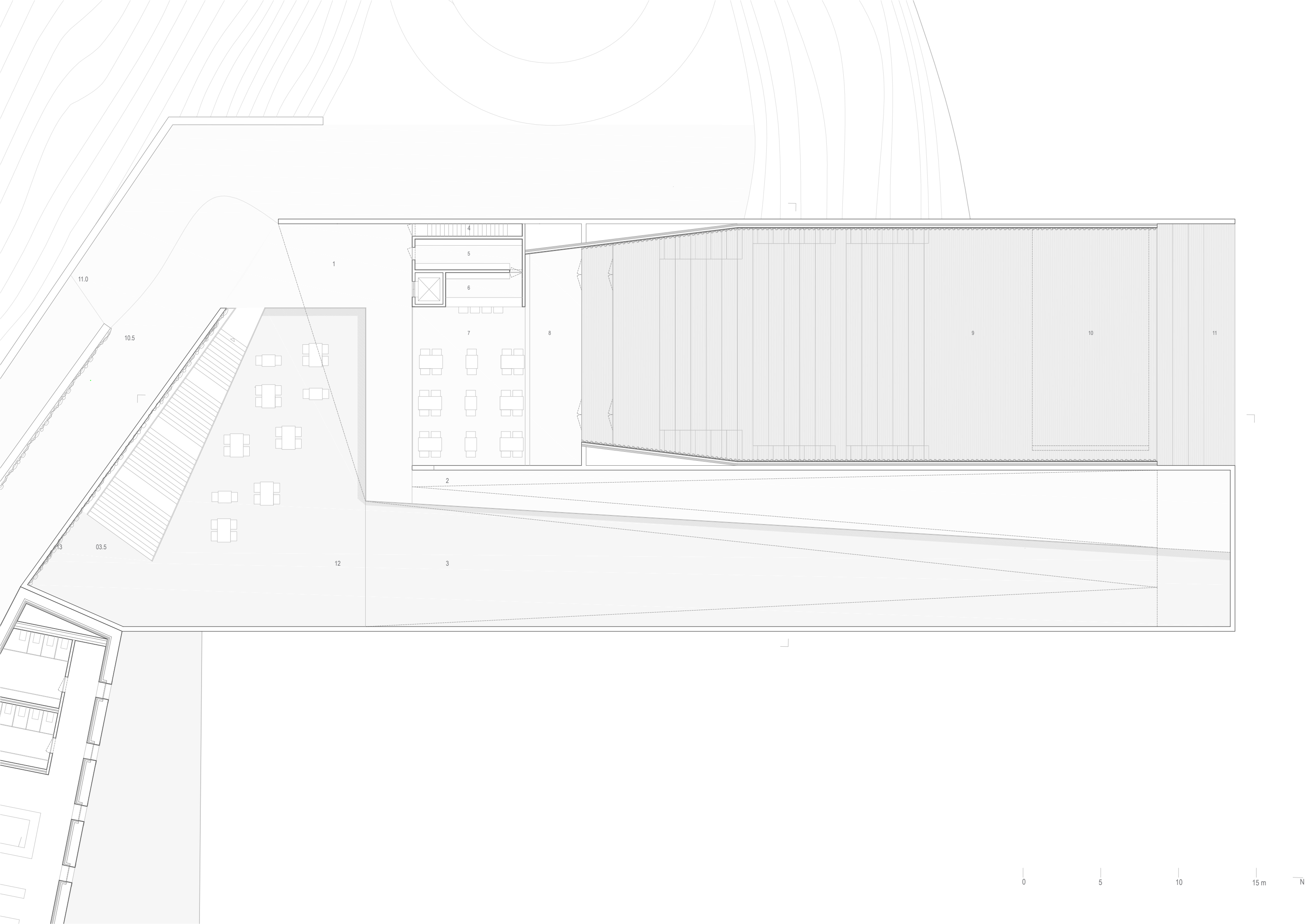
- 05 . Parede interior
- Guarda de vidro laminado 8.8.4
- Sanca luminosa
- 06 . Pavimento interior
- Soalho de madeira
- Ripado de suporte
- Lâmina resilente de cortiça
- Laje de betão
- Absorção acústica
- Tecto falso acústico de gesso cartonado
- 07 . Pavimento interior
- Soalho de madeira
- Ripado de suporte
- Lâmina resilente de cortiça
- Laje de betão armado
- Caixa de brita
- Massame de betão armado
- 08 . Parede interior
- Estuque
- Alvenaria de tijolo
- 09 . Pavimento exterior
- Caleira de drenagem
- Basalto



Img 044 . Perspectiva do interior do elemento de Contemplação.
Mariana Brederode . 2014

CONTEMPLAÇÃO

No ponto mais a poente da Quinta da Arealva, onde em tempos existia um mirante, foi criado de raiz um elemento que delimita este território e que se destina à contemplação do mesmo e de todo o estuário. É neste elemento que é feito um dos três pontos de contacto dos Percursos Terra/Água (cotas 10.5 e 03.5). Tal, traduz-se num edifício de betão branco de grandes dimensões, composto por vários espaços de contemplação da arriba e do rio, cobertos e descobertos. Tendo em conta a envolvente, a sua cor e materialidade, o betão branco dá espessura à cor utilizada nas cantarias dos edifícios existentes, ao pavimento de calcário existente e proposta, e às cores da arriba. Este elemento recebe e combina dois programas distintos: um auditório e um restaurante. A sua dimensão e a ausência de elementos nas fachadas nascente e poente, conferem-lhe uma monumentalidade necessária e, simultaneamente, uma serenidade que se conjuga com os restantes elementos constituintes deste território.



AUDITÓRIO

093

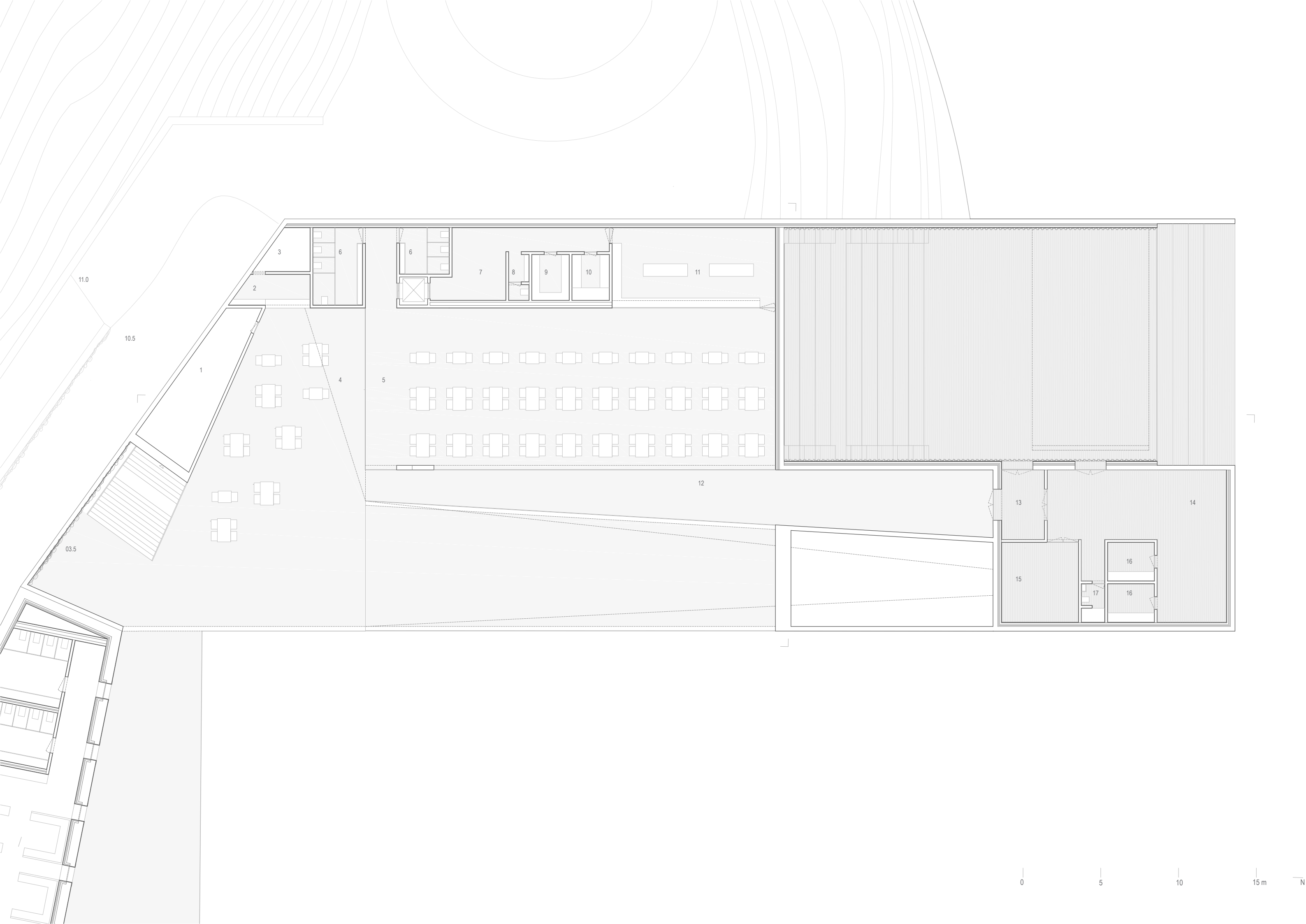
A entrada no elemento de Contemplação à cota 10.5 é marcada por um espaço de encontro entre os vários acessos à cota 03.5 (escadas, elevador, e rampas), e pertencente ao Percurso Terra. Este, parcialmente coberto, traduz-se numa galeria que se debruça sobre a esplanada descoberta do restaurante que se encontra no piso térreo. É por este espaço que acedemos também a cafetaria que se encontra a norte. Este espaço é marcado pela capacidade de se adaptar a várias funções devido à sua dimensão: para além de servir de cafetaria (com esplanada coberta), é uma antecâmara do auditório e um foyer. É de salientar que os degraus que fazem a transição do bar para o auditório, não são elementos de separação de dois espaços mas, inversamente, proporcionam a continuidade dos mesmos. Estes, permitem e salientam, a constante relação visual existente entre terra e água, que é a premissa deste elemento.

exposição, espaço esse que se pode estender para o exterior em dias com condições atmosféricas mais amenos.

Esta relação é reforçada no auditório. Os degraus que começaram no bar, e que no auditório traduzem-se em bancadas, aparecem no exterior novamente sob a forma de degraus que se desvanecem no Rio Tejo. De novo, no corte longitudinal que iremos ver de seguida, a ideia de haver uma linha imaginária que liga os dois mundos (água e terra) é evidenciada pela materialidade do interior do auditório, com painéis de madeira salientes que revestem as paredes laterais e as bancadas. A absorção/propagação do som que é feita por estes elementos de madeira, é reforçada pela forma interior do auditório (que afunila a sul). Tal, contribui para que a entrada para a regi (que podemos ver no corte), seja feita a partir da lateral a poente.

É de salientar que o auditório foi pensado para ser um espaço multifuncional, isto é, que receba tanto conferências, como concertos ou até mesmo exposições. No desenho, podemos ver a marcação de um palco removível (colocar um palco retráctil seria demasiado dispendioso para o uso previsto que este auditório terá) e um enorme vão a norte do mesmo. Ora, se retirarmos o palco e, se necessário, encerramos a zona das bancadas com uma cortina, teremos um espaço com dimensões suficientes para uma

Acessos	
1 . Átrio de acessos .	57 m²
2 . Rampa de acesso coberta . Percurso Terra .	195 m²
3 . Rampa de acesso . Percurso Água .	345 m²
4 . Acesso à regi	
Cafetaria	
5 . Cozinha .	13 m²
6 . Bar .	10 m²
7 . Zona da esplanada da Cafetaria .	74 m²
Auditório	
8 . Foyer .	50 m²
9 . Auditório com bancadas fixas .	540 m²
10 . Palco removível .	112 m²
11 . Zona exterior do auditório acessível .	77 m²
Restaurante	
12 . Esplanada descoberta .	240 m²
13 . Jardim Vertical	
00.0 cota altimétrica	
Img 045 . Planta do elemento de Contemplação . Piso 1 . cota	
10.5. Esc . 1 . 200 .	



11.0

10.5

03.5

0

5

10

15 m

N

RESTAURANTE

095

Antes de nos debruçarmos sobre o restaurante, é importante referir que nesta cota (03.5) existe uma extensão do auditório a nascente: os bastidores. Neste espaço, existe uma antecâmara por onde é feita a entrada para o mesmo e para o auditório (que é usada também como saída de emergência).

O restaurante, que se encontra no piso térreo (cota 03.5) é acessível a partir das rampas de ligação com o piso 1. Estas, para além de acessos, servem como miradouro, momento de contemplação de todo o território pertencente ao estuário do Rio Tejo, à semelhança do espaço em tempos existente no mesmo local. Este é composto por três espaços distintos: uma zona de refeições coberta, uma outra descoberta e uma zona de serviços. Todos eles adquirem a mesma materialidade (pedra de basalto) de maneira a ser lido como uma extensão do espaço público. Ainda na esplanada descoberta, encontramos um jardim vertical na parede a sul, dando-nos a percepção da continuação da arriba que se encontra atrás da mesma. No caso da esplanada se encontrar indisponível de uso devido a questões meteorológicas, é conferida a oportunidade de encerrar o espaço interior com vãos de vidro de janelas de correr.

Restaurante	
1 . Zona de arrumos da esplanada . 33 m²	
2 .Bar da esplanada . 9 m²	
3 . Zona de arrumos do bar da esplanada . 8 m²	
4 . Esplanada descoberta . 240 m²	
5 . Esplanada coberta . 268 m²	
6 . Instalações Sanitárias . 9 m²	
7 . Zona de cargas e descargas . 18 m²	
8 . Instalações sanitárias e vestuário para funcionários . 4 m²	
9 . Zona de arrumos de alimentos frescos com arcas frigoríficas . 7 m²	
10 . Zona de arrumos de alimentos secos . 7 m²	
11 . Cozinha . 46 m²	
Auditório	
12 . Acesso coberto aos bastidores e saída de emergência do auditório	
13 . Ante-câmara bastidores . 12 m²	
14 . Bastidores . 70 m²	
15 . Zona de arrumos . 26 m²	
16 . Camarim . 7 m²	
17 . Instalações sanitárias . 4 m²	

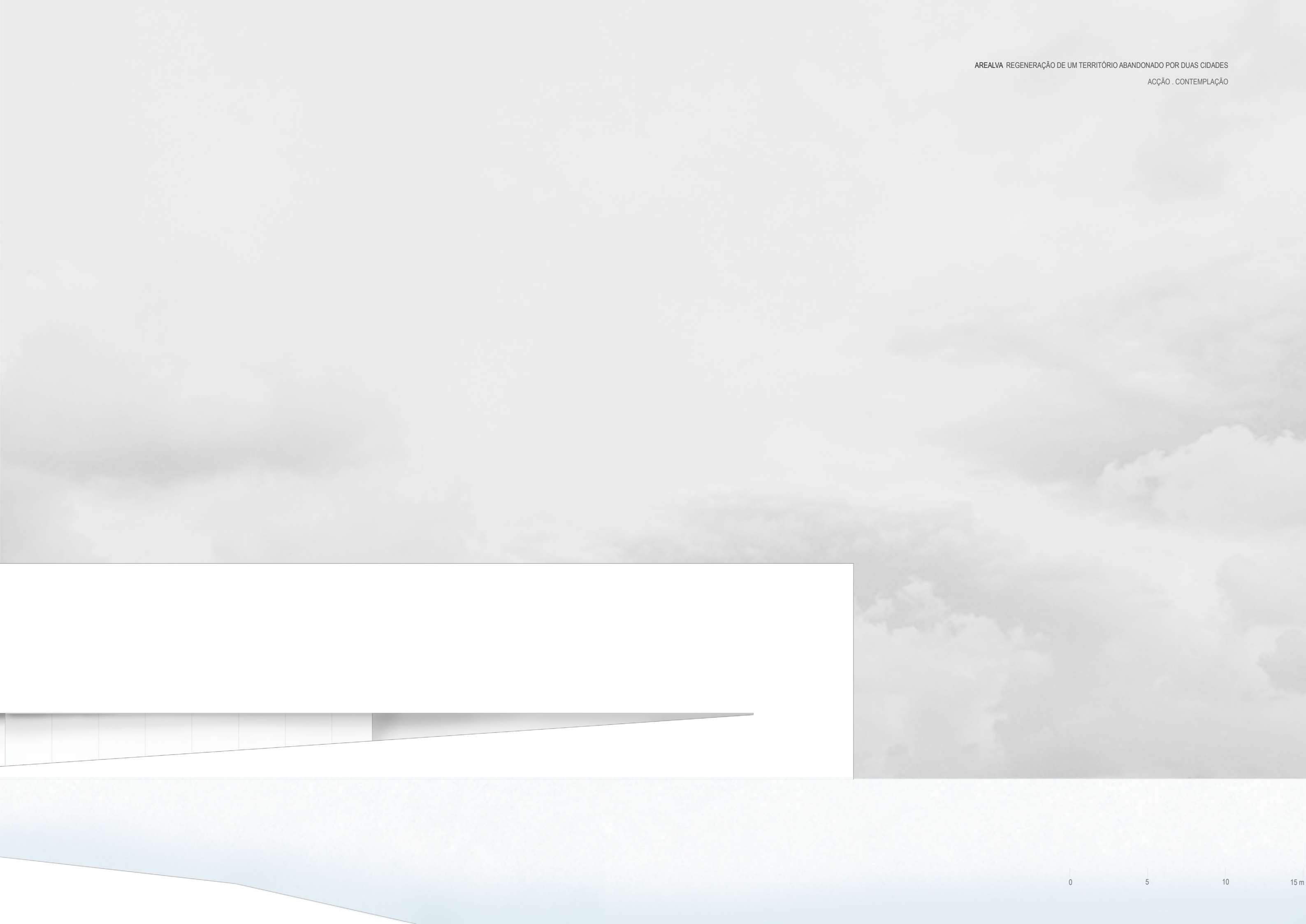
Img 046 . Planta do elemento de Contemplação . Piso térreo . cota 03.5. Esc . 1 . 200 .

QUEM FOI O ARQUITECTO

Quem foi o arquitecto
que fez este Café
tão longe da natureza
e tantos homens de pé?
Criado: põe esta gente na rua!
E abre um buraco no tecto
que eu quero ver a lua.

José Gomes Ferreira, Poesia III





0

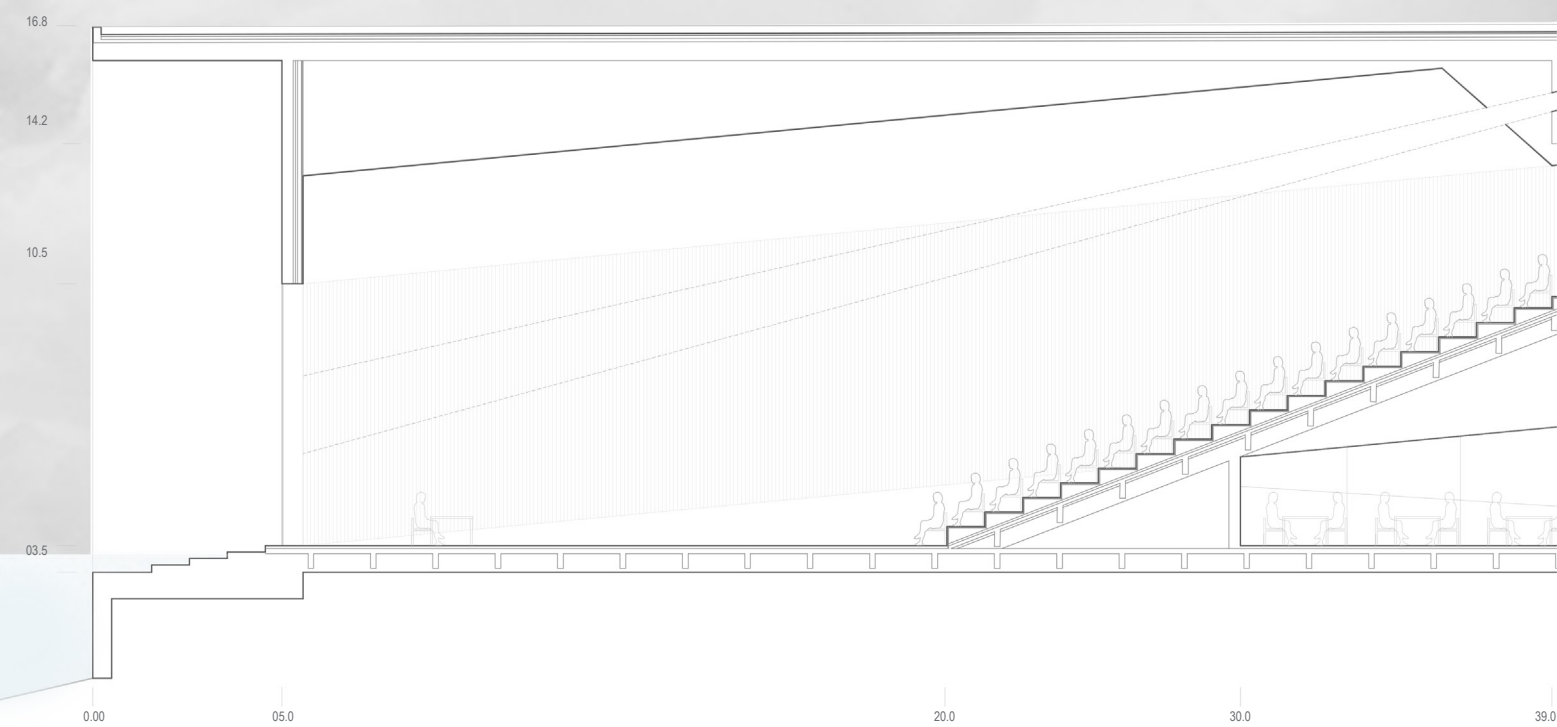
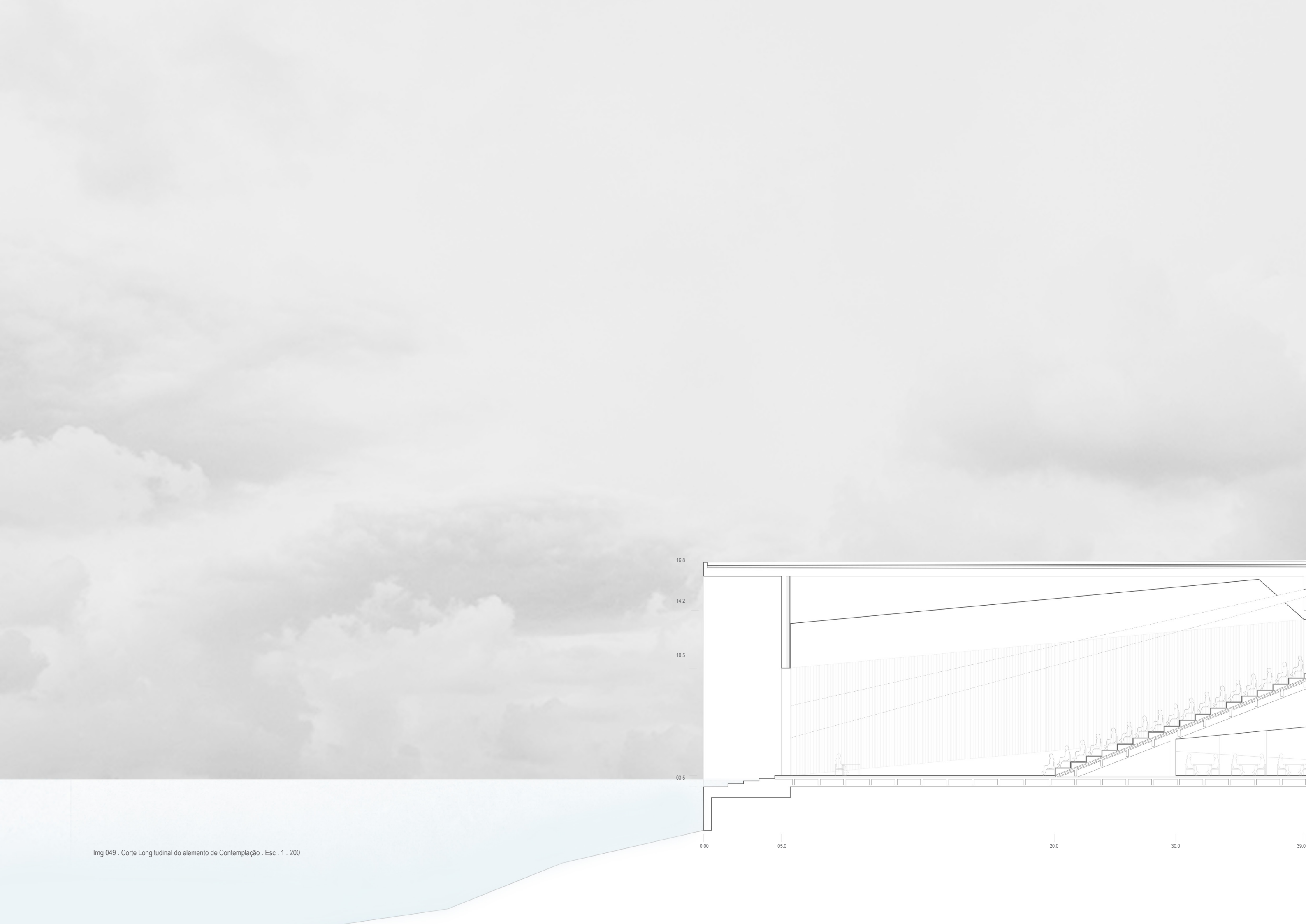
5

10

15 m







Img 049 . Corte Longitudinal do elemento de Contemplação . Esc . 1 . 200



44.5

58.0

73.0

25.0

11.0

0.00

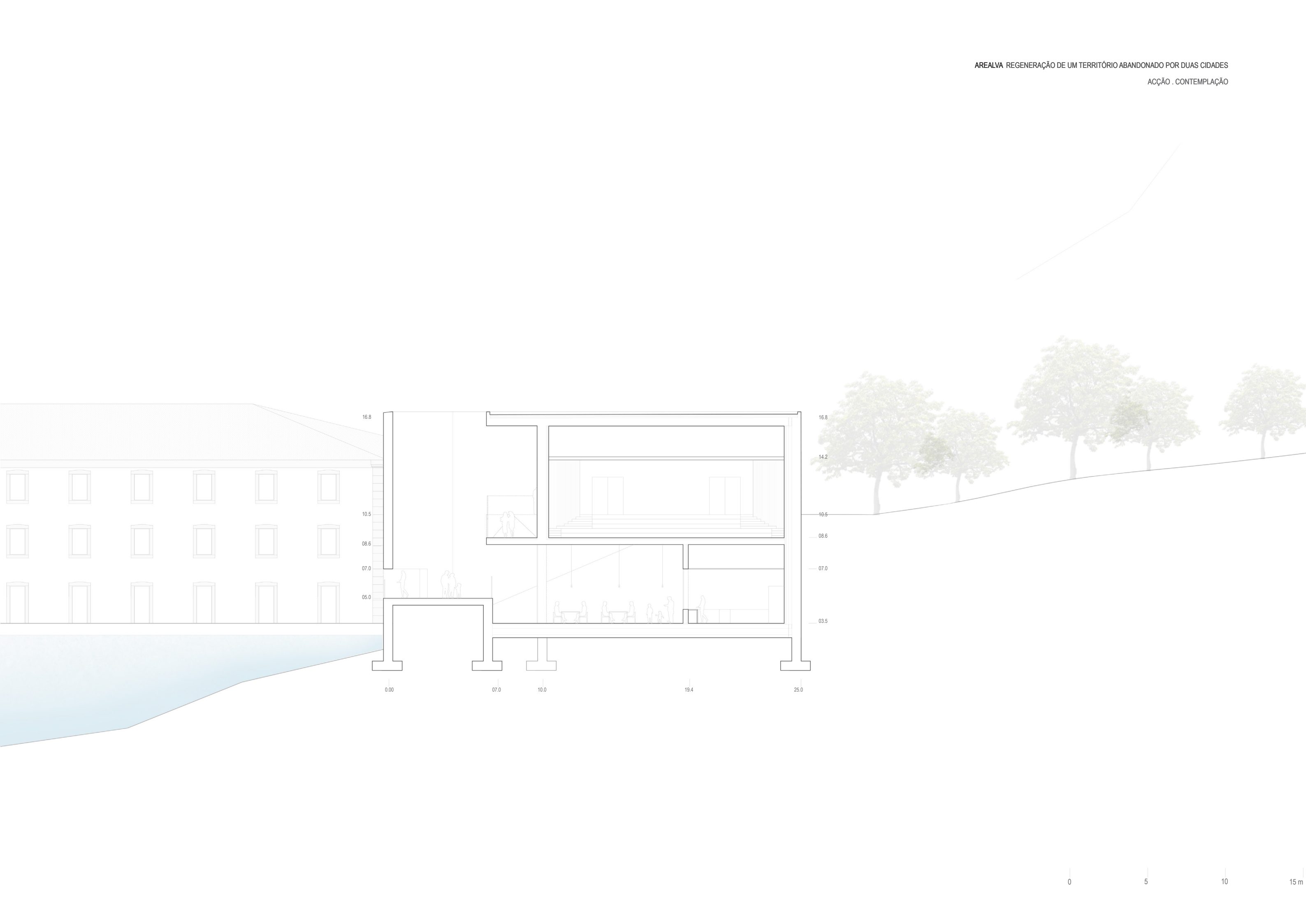
0

5

10

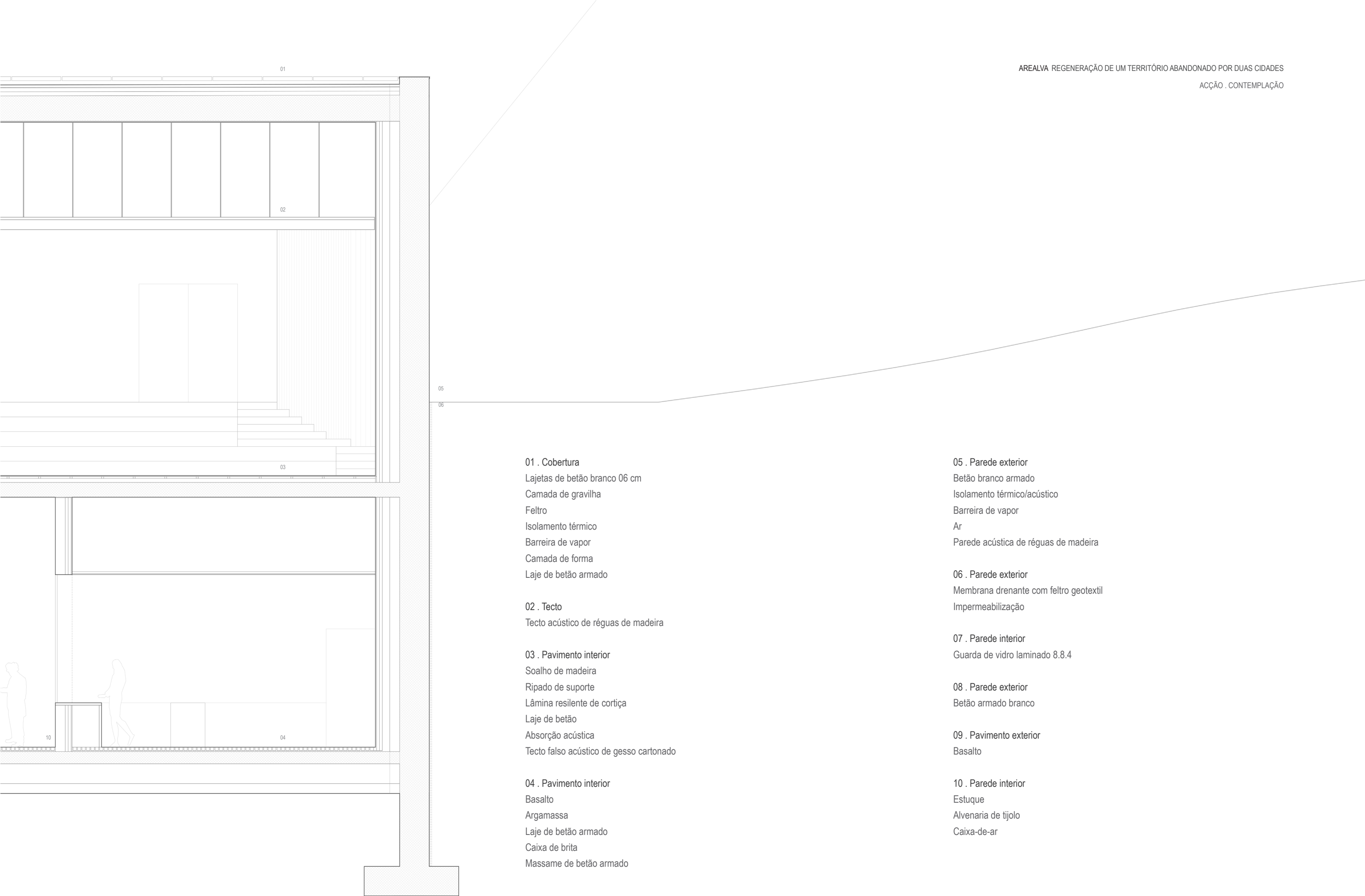
15 m







Img 051 . Corte construtivo do elemento de Contemplação



01 . Cobertura

- Lajetas de betão branco 06 cm
- Camada de gravilha
- Feltro
- Isolamento térmico
- Barreira de vapor
- Camada de forma
- Laje de betão armado

02 . Tecto

- Tecto acústico de réguas de madeira

03 . Pavimento interior

- Soalho de madeira
- Ripado de suporte
- Lâmina resilente de cortiça
- Laje de betão
- Absorção acústica
- Tecto falso acústico de gesso cartonado

04 . Pavimento interior

- Basalto
- Argamassa
- Laje de betão armado
- Caixa de brita
- Massame de betão armado

05 . Parede exterior

- Betão branco armado
- Isolamento térmico/acústico
- Barreira de vapor
- Ar
- Parede acústica de réguas de madeira

06 . Parede exterior

- Membrana drenante com feltro geotextil
- Impermeabilização

07 . Parede interior

- Guarda de vidro laminado 8.8.4

08 . Parede exterior

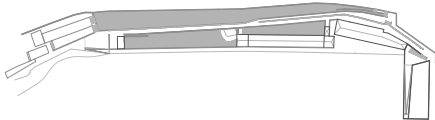
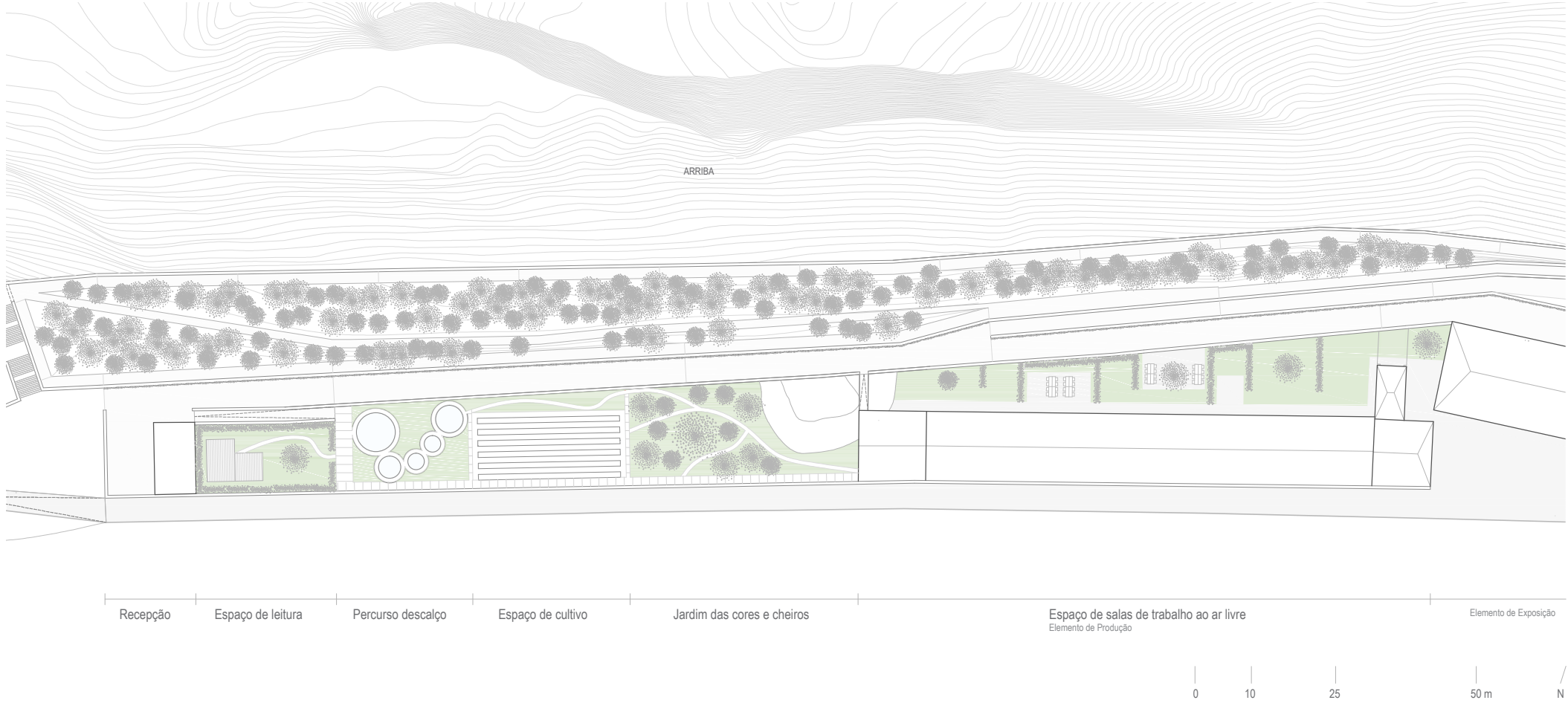
- Betão armado branco

09 . Pavimento exterior

- Basalto

10 . Parede interior

- Estuque
- Alvenaria de tijolo
- Caixa-de-ar



Img 052 . Planta da proposta para os diversos ambientes da paisagem . Esc . 1 : 1 000 . Mariana Brederode . 2014

ARRIBA

A regeneração do corredor ribeirinho de Almada passa também por uma análise a um dos seus aspectos mais notórios e fortes: a sua geografia – constituída pelas arribas, o Tejo, a flora e a fauna.

Antes de propor uma melhoria a este nível, é importante investiga-lo e entende-lo.

A frente ribeirinha norte de Almada – compreendida entre Cacilhas e Trafaria –, estando debruçada sobre o troço final do território estuarino e marcada pelos seus vales e os seus declives, é naturalmente, uma zona mais húmida e fresca comparativamente à frente litoral de Almada. As suas características geográficas e a sua apropriação humana (e abandono), contribuíram para uma forte (bio)diversidade da paisagem, entre mata-gais, sebes, terrenos agrícolas e núcleos urbanos.

As arribas da frente ribeirinha norte – que marcam a transição entre a cidade e o rio –, devido à sua forte presença visual e, até mesmo cénica, são um elemento estruturante na paisagem ribeirinha. A sua exposição às diversas condições atmosféricas e a sua constituição geológica (maioritariamente rochas brandas do miocénico), contribuíram para uma instabilidade, e até mesmo perigosidade, em alguns troços. Contudo, e havendo declives com inclinações superiores a 50%, existe pontualmente plataformas de dimensões reduzidas que são utilizadas, desde o século XVIII, para aproveitamento agrícola. Os contrastes entre o revestimento vegetal e ocupação urbana (bastante reduzida comparativamente) originam situações distintas na qualidade e diversidade da paisagem.

Segundo o Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário do Cristo-Rei (EEESC, 2011), a melhoria da estabilidade das arribas, a sua valorização ambiental e paisagística, e a sua articulação com o tecido urbano, são um dos pontos importantes na intervenção desta zona. Tal, defende a CMA, só é possível com um estudo técnico aprofundado e com uma intervenção de altíssimos propósitos eco-ambientalistas.

A proposta para a estratégia da área de intervenção do EEESC, passa por: estabilização da dinâmica erosiva das arribas; salvaguarda e recuperação dos ecossistemas existentes (zonas de habitats protegidos, de vegetação autóctone e não infestante, zonas de entulhos e aterros, etc.); recuperação de áreas degradadas visando a criação de um corredor verde que garanta o funcionamento eficaz dos ecossistemas naturais; e a definição de um percurso de recreio e interpretativo suportado pela observação do património natural e construído da zona.

QUINTA DA AREALVA

A Quinta da Arealva, comprimida entre muros e entre dois ecossistemas diferentes (a sul Rio Tejo, a norte arriba), é perfurada a meia cota por um longo percuso que une, e distribui para ambientes e espaços distintos.

Após uma longa pesquisa sobre os problemas existentes e as potencialidades do património natural e urbano da zona de intervenção, é-nos agora possível elaborar um plano de intervenção a nível da vegetação na Quinta da Arealva.

Tendo em conta a valorização das vivências deste lugar anteriores à proposta (horticultura e vitivinicultura), é mantido no mesmo local (à cota 03.5) um espaço dedicado à produção e à exploração de produtos que marcam a história da Quinta da Arealva. Sob a responsabilidade do novo Centro de Investigação da Paisagem e do Território Português, é criado um espaço onde impera o conhecimento e a diversidade sensorial, repleto de espécies autóctones (como vinha, jasmim, laranjeiras, campainhas brancas, etc.). Tendo em conta a redução dos custos de manutenção é usada a água do rio para rega. A criação deste espaço visa, não só, promover actividades lúdicas (como zona de leitura ao ar livre) e educacionais para vários tipos de pessoas (desde crianças, a pessoas das áreas em questão, a pessoas com deficiências físicas, etc.) – como por exemplo aprender a fazer vinho, chás, perfume, etc. ou até mesmo, a um percurso descalço onde se sentem vários pavimentos naturais –, como também, para consumo do próprio restaurante da Quinta da Arealva.

Na plataforma que se encontra à cota 03.5 são, deste modo, propostos cinco espaços distintos no seu conteúdo, mas complementares na experiência que proporciona ao visitante num dia neste território. Apesar de existir um caminho ortogonal que liga os vários espaços, também podemos encontrar percursos mais orgânicos que permitem uma outra exploração dos mesmos. A compartimação do espaço exterior, tal como no interior dos edifícios, permite uma maior versatilidade no seu uso.



Img 053 . Cortes esquemáticos e alçado tipológico da proposta para os diversos ambientes da paisagem . Esc . 1 . 1 000 . Mariana Brederode . 2014

É criado um primeiro espaço: leitura ao ar livre. É neste – delimitado por quatro paredes verdes (arbustos e vinhas virgens); tendo o céu como tecto; com duas plataformas de madeira elevadas do chão; uma árvore que nos dá a sombra necessária, e o som/cheiro do rio – que somos envolvidos num ambiente propício a desenvolver actividades que exigem alguma concentração.

O espaço que se segue ao anterior, é marcado por um percurso circular. Cada circunferência (com raios diferentes) é pavimentada segundo um tema (pedra, madeira, terra, etc.). A ideia é que as pessoas percorram-no descalças e sintam os vários componentes da paisagem portuguesa. As caixas circunferenciais (cada uma construída com uma madeira característica de cada zona do nosso território) contêm uma zona com água (caso seja necessário lavar os pés); são elevadas ligeiramente do chão de relva e tem apenas 1.20m de altura (tem a função de manter o equilíbrio da pessoa, mas permite sobretudo haver uma relação entre os vários utilizadores dos outros temas e as suas reacções).

Dedicado à produção de vários produtos que, em tempos, caracterizaram este território: espaço de cultivo.

Já o Jardim das cores e cheiros, constituído por inúmeras espécies autóctones (desde vegetação rasteira a arvoredos), oferece ao visitante uma experiência sensorial única.

A plataforma que se encontra à cota 06.0 e 10.5 – vai do ponto mais a nascente até ao ponto mais a poente da Quinta da Arealva –, pertencente ao Percurso Terra (pavimento de calcário), é delimitada por um muro de dimensões significativas a sul. Sendo um percurso que para além de atravessar a Quinta na sua totalidade, é também visível de Lisboa, pensamos em cobrir o muro de vinha virgem. Este tipo de vegetação conta não só a história deste lugar, como a sua alteração de cor ao longo do ano contribui para um maior dinamismo do percurso.

Entre esta última plataforma e a arriba, encontramos uma espécie de mata existente preenchido de espécies autóctones (rasteiras e de maiores dimensões). Apesar do seu estado de abandono e de infestação de espécies invasoras, a sua posição geográfica e a sua diversidade vegetal são os seus pontos mais fortes. Como tal, é mantido o jardim, é feita uma extinção das espécies invasoras e são criados três percursos a diferentes cotas (que servem de miradouros sobre Lisboa e o estuário do Tejo). Estes, pertencentes ao Percurso Terra, e apesar de delimitados pelos limites da Quinta da Arealva, podem um dia pertencer aos percursos de recreio que a CIMA tenciona criar pela arriba.

Resumidamente, percorrer a Quinta da Arealva, é percorrer uma pequena representação do nosso território.



Img 054 . "Arealva . Regeneração de um território abandonado
por duas cidades" . Mariana Brederode . 2010

CONCLUSÃO

Chegados ao final do presente projecto, importa agora voltar ao seu início. Mais concretamente, refirmo-nos à ideia seminal que possibilitou o germinar deste trabalho. Este nasceu da proposta decorrente do trabalho de Duarte Belo (“Horizonte Portugal”), que tem como premissa o de tornar Portugal maior a partir da exploração/conhecimento sobre o nosso território, onde nos propõem a implementação de Centros de Investigação da Paisagem e do Território Português por forma a cumprir este objectivo. Não existindo actualmente nenhuma instituição deste género em Portugal, foi a este o exercício que inicialmente nos propusemos e posteriormente executámos.

Confessamos que, observando-o da margem norte e experimentando-o da “outra banda”, sempre tivemos um certo fascínio pelo local de intervenção, nunca tendo entendido bem como este tinha chegado a tal estado de obsolescência. Muitas vezes, tranquilamente sentados à beira do rio que banha estas duas cidades, nos questionamos sobre o forte contraste de evolução, a falta de comunicação e o desligamento entre estas, assim como as razões do abandono de uma margem em detrimento da outra. Constatámos o abandono paradoxal de um cenário repleto de incontáveis potencialidades e inúmeras possibilidades. Contemplando a sua degradação, imaginámos a sua regeneração.

A escolha do local de intervenção foi também realizada consoante a sua localização geográfica absolutamente única e privilegiada, mas também ela paradoxal: perto de Lisboa, mas fora dela; no centro nevrálgico da capital, mas longe do mesmo. Consegue, por isso, chegar a muitas e diversas pessoas (habitantes locais, turistas nacionais e estrangeiros) e, pelas suas qualidades naturais, conjuga harmoniosamente o natural e o artificial, tanto por si mesma como no potencial diálogo que estabelece com Lisboa. Local outrora alavanca do desenvolvimento da capital (e, por extensão, de Portugal), este território é hoje possuidor de um património natural e artificial ímpar, que traduz bem a sua rica e longa história: este património merece pois ser preservado e divulgado.

Acresce que a margem norte tem uma utilização cada vez maior, tendo sido sujei-

ta a inúmeras intervenções após ter padecido de um mal semelhante. Esta é, aliás, uma problemática à escala mundial, cuja consciencialização e respostas correspondentes começaram a emergir no final do último século, pelas evidentes potencialidades económicas e sociais destes territórios ribeirinhos. Como se depreende, foram todas estas razões, conjugadas, que nos levaram à escolha deste local e ao tipo de intervenção a efectuar.

Para realizar a intervenção a que nos propusemos, foi necessário investigar mais sobre o tema cidade-porto, a sua fundação, desenvolvimento, declínio e regeneração. Sendo certo que Almada não é reconhecida como uma cidade-porto, foi essencial realizar dois tipos de estudos complementares: perceber como se intervém a uma escala maior (e.g. Liverpool – Inglaterra, ou até mesmo Duisburg –Alemanha), assim como numa escala menor (e.g. Le Panier – França, Tate Modern – Inglaterra, Lx Factory e Museu da Electricidade – Portugal). Ao realizarmos este estudo, percebemos que todos estes projectos têm como denominadores comuns a Cultura e o Lazer, aspectos primordiais a ter em conta em toda a regeneração. Focando-nos mais especificamente na zona de intervenção com estes pressupostos em mente, foi igualmente fundamental realizar um estudo sobre os projectos de intervenção propostos para a mesma (Arquitecto Samuel Torres de Carvalho – Europan 6 “In Between Cities” e projectos da Câmara Municipal de Almada).

Esta análise prévia permitiu igualmente perceber que não deveríamos limitar a intervenção exclusivamente à reabilitação da Quinta da Arealva com a introdução de um Centro de Investigação (tal não seria uma verdadeira regeneração, apenas uma reabilitação da Quinta que não conduziria ao objectivo máximo proposto). Antes, tivemos em conta e debruçámo-nos sobre uma problemática maior, i.e., a da Regeneração de um Território Abandonado por duas Cidades. A reconexão do corredor ribeirinho de Almada com o resto da malha urbana, feita a partir de uma intervenção a uma escala maior (masterplan) e respeitando sempre a memória do local, o seu património e suas necessidades, foi então

um dos objectivos major a ser perseguido no presente projecto, almejando o explorar permanente das suas potencialidades. Tal, veio resultar, primeiramente, num contraste interessante entre a mistura de antigos elementos arquitectónicos de carácter industrial, com novos edifícios e programas de uma era pós-moderna, tendo em conta o passado e pensando o futuro.

Nesta lógica de pensar e actuar, entendemos que o papel do Centro de Investigação não se pode, nem deve, sobrepor-se ou apropriar-se da Quinta da Arealva, mas antes fazer parte dela, integrando-se no seu projecto de memória futura. Um elemento importante tido em conta na construção deste Centro foi justamente o da sua versatilidade programática e espacial, que fornece instrumentos necessários para a estabilidade e continuação de uma futura regeneração, que se quer em permanente construção. Pela garantia da existência de espaços de liberdade para eventuais usos futuros diferentes, esta é portanto uma intervenção que se quer seminal, qual projecto que não se fecha em si mesmo, não se fechando por isso mesmo ao futuro. É a prática da consciência de um passado que nos ajuda a projectar o futuro, num presente aberto às possibilidades que emergem da dinâmica identitária de um local em perpétuo devir.

Por último e como referimos ao longo do trabalho, importa referir que este projecto ultrapassa necessariamente o local específico de intervenção. Com o presente exercício, não se trata de efectuar uma intervenção na “outra banda” análoga àquela presente na margem norte (desde o seu uso aos seus programas), mas antes o restabelecer de um diálogo esquecido entre as duas margens, numa lógica de complementaridade não-saturada (e, por isso, não fechada ela mesma, em si-mesma, e aberta à diferença, i.e, ao novo), tendo por ponto de junção um rio que liga e já não separa. Almada volta a ligar-se ao seu corredor ribeirinho abandonado, ligando-se por sua vez a Lisboa. Resumidamente e de forma lacónica, mas esperamos que suficiente, de cidade/rio e rio/cidade para cidade/rio/cidade.

ÍNDICE DE IMAGENS

010 . 001 Esquema . Evolução do território, formação dos aterros - territórios-barreira - e das suas consequências territoriais, sociais e economicas. Sem escala . Mariana Brederode . 2014

012 . 002 Fotografia . Vista panorâmica “cidade/rio/cidade” . Mariana Brederode . 2013

016 . 003 Pintura . Vista panorâmica do Castelo de Almada e da vista para Lisboa anterior ao terramoto de 1755, autor desconhecido, em: *Almada antiga e moderna*,1985. Alexandre M.Flores

018 . 004 Gravura . Vista panorâmica de Almada por volta do ano de 1830, da aut. Barbieri ds, em: *Almada antiga e moderna*,1958. Alexandre M.Flores

020 . 005 Postalfoto . Vista do Castelo de Almada e da sua zona ribeirinha no século XX, autor desconhecido, em: *Almada antiga e moderna*,1958. Alexandre M.Flores

020 . 006 Esquema do estado de abandono do corredor ribeirinho e cronologia do desenvolvimento industrial . Mariana Brederode . 2013

022 . 007 Fotografia . Vista panorâmica do estado de abandono de Cacilhas . Mariana Brederode . 2013

026 . 008 Fotografia . Estado de obsolescência do corredor ribeirinho da margem sul do Tejo - Ginjal. Mariana Brederode . 2013

027 . 009 Fotografia . Estado de degradação dos pontões e o seu uso actual - Ginjal. Mariana Brederode . 2013

028 . 010 Planta . Área total de intervenção da proposta do arquitecto Samuel Torres de Carvalho . Esc . 1 . 12 500 . Mariana Brederode . 2014

030 . 011 Esquiço . Primeiro esquiço da proposta do atelier Samuel Torres de Carvalho para o Cais do Ginjal . Sem escala . Em: *Plano Pormenor do Cais do Ginjal*, Dezembro 2012

032 . 012 Esquiço . Apontamento perspectivo das Praças do Ginjal. Sem escala . Em: *Estudo de Enquadramento Estratégico e Subsequente Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz - Conclusões* , Julho 2007

036 . 013 Planta . Área de intervenção da proposta do Núcleo Cultural . Esc . 1 . 12 500 . Mariana Brederode . 2014

038 . 014 Fotografia . Companhia Portuguesa de Pesca actualmente . Olho de Boi . Mariana Brederode . 2014

039 . 015 Fotografia . Quinta da Arealva actualmente . Arealva . Mariana Brederode . 2014

040 . 016 Fotografia . O abandono industrial face a Lisboa . Olho de Boi . Mariana Brederode . 2013

042 . 017 Planta . Planta proposta de acessos. novas ligações . zonas de estacionamento . novos pontões . Esc . 1 . 6 000 . Mariana Brederode . 2014

018 Esquema . Realidade e Nova realidade . Acessos . Mariana Brederode . 2014

044 . 019 Planta . Planta de material de pavimento proposto . Esc . 1 . 6 000 . Mariana Brederode . 2014

020 Esquema . Realidade e Nova realidade . Pavimentação . Mariana Brederode . 2014

046 . 021 Planta . Planta dos pontos de iluminação propostos. tipos de iluminação . Esc . 1 . 6 000 . Mariana Brederode . 2014

022 Esquema . Realidade e Nova realidade . Iluminação . Mariana Brederode . 2014

048 . 023 Planta . Planta dos programas propostos para o conjunto de edifícios . Esc . 1 . 6 000 . Mariana Brederode . 2014

024 Esquema . Realidade e Nova realidade . Pré-existências ambientais . Mariana Brederode . 2014

050 . 025 Cortes esquemáticos Realidade . Nova Realidade . Esc . 1 . 1 000 . Mariana Brederode . 2014

054 . 026 Fotografia . A zona de intervenção actualmente. Mariana Brederode . 2014

056 . 027 Fotografia . Quinta da Arealva actualmente . Mariana Brederode . 2010-14

058 . 028-029 Planta Realidade . Nova Realidade . Quinta da Arealva . Esc . 1 . 2 000 . Mariana Brederode . 2014

060 . 030 Alçado . Alçado Sul . Esc . 1 . 500 . Mariana Brederode . 2014

062 . 031 Alçado . Alçado Norte . Esc . 1 . 500 . Mariana Brederode . 2014

064 . 032 Perspectiva do interior do lemento de Produção . Mariana Brederode . 2015

066 . 033 Planta . Planta piso 1 do elemento de Produção . cota 07. 0 . Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

068 . 034 Planta . Planta piso térreo do elemento de Produção . cota 07. 0 . Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

070. 035 Alçado . Alçado nascente do elemento de Produção . Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

072. 036 Corte . Corte transversal do elemento de Produção . Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

074 . 037 Corte . Corte constructivo do elemento de Produção . Esc . 1 . 66 . Mariana Brederode . 2014

076 . 038 Perspectiva do interior do lemento de Exposição . Mariana Brederode . 2015

078 . 039 Planta . Planta piso 2 do elemento de Exposição . cota 10.5. Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

080 . 040 Planta . Planta piso 1 do elemento de Exposição . cota 07.0. Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

082 . 041 Planta . Planta piso térreo do elemento de Exposição . cota 03.5 Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

084 . 042 Corte . Corte longitudinal do elemento de Exposição . Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

086 . 043 Corte . Corte transversal do elemento de Exposição . Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

088 . 044 Corte . Corte constructivo do elemento de Exposição . Esc . 1 . 66 . Mariana Brederode . 2014

090 . 045 Perspectiva do interior do lemento de Contemplação . Mariana Brederode . 2015

092 . 046 Planta . Planta piso 2 do elemento de Contemplação . cota 10.5. Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

094 . 047 Planta . Planta piso térreo do elemento de Contemplação . cota 03.5. Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

096 . 048 Alçado . Alçado poente do elemento de Contemplação . Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

098 . 049 Alçado . Alçado nascente do elemento de Contemplação . Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

100 . 050 Corte . Corte longitudinal do elemento de Contemplação . Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

102 . 051 Corte . Corte transversal do elemento de Contemplação . Esc . 1 . 200 . Mariana Brederode . 2014

104 . 052 Corte . Corte constructivo do elemento de Contemplação . Esc . 1 . 66 . Mariana Brederode . 2014

106 . 053 Planta . Planta da proposta para os diversos ambientes da paisagem . Esc . 1 . 1 000 . Mariana Brederode . 2014

108 . 054 Corte e Alçado. Cortes esquemáticos e alçado tipológico da proposta para os diversos ambientes da paisagem . Esc . 1 . 1 000 . Mariana Brederode . 2014

110 . 055 Fotografia . “Arealva . Regeneração de um território abandonado por duas cidades” . Mariana Brederode . 2010

BIBLIOGRAFIA

HISTÓRIA DE ALMADA

Companhia Portuguesa de Pesca (CPP). Disponível em: <http://www.m-almada.pt/portal/page/portal/MUSEUS/DESTAQUES/DETALHE/?mus_destaqu...he=43367679&cboui=43367679> Consultado em: Novembro 2013.

GONÇALVES, Elisabete. Memórias do Ginjal. 1a ed. Almada : Centro de Arqueologia de Almada, 200. 84p.

José Baretti et Alberto Telles (trad. ital.), Portugal em 1760. Cartas Familiares (XV a XXX-VIII) de José Baretti, Lisboa : Typ. Barata & Sanches, 1896, págs. 35-40 – Cit. Abrantes Raposo et Victor Aparício, Os Palmeiros e os Gafos de Cacilhas, Cacilhas : J.F., pág. 57.

Lugares de Almada: Quinta da Arealva. Disponível em: <<http://lugaresdealmada.blogspot.pt/>> Consultado em: Novembro 2013.
M.FLORES, Alexandre. Almada antiga e moderna : roteiro iconográfico. 1a ed. Almada : Câmara Municipal, 1985-1990. 189 p . 3vols.

M.FLORES, Alexandre. Almada das origens à elevação a cidade. 1a ed. Almada : Câmara Municipal, 1994. 28 p.

Museu Naval de Almada. Disponível em: <http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=c-mav2&xpgid=genericPage&genericContentPage_qry=BOUI=5263990> Consultado em: Novembro 2013.

PEREIRA SOUSA, R.H. Almada: toponímia e histórias de freguesias urbanas. 1a ed. Almada : Câmara Municipal, 1985. 214p.

PEREIRA SOUSA, R.H. Cronologia da história de Almada: 1140-1974. 1a ed . Almada : Câmara Municipal, 1985. 26p.

EUROPAN 6 . “IN BETWEEN CITIES”

Documentos facultados pelo Atelier PPST Arquitectura Lda. em Dezembro de 2013: “Estudo de Enquadramento Estratégico e Subsequente Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz”; “Plano Pormenor do Cais do Ginjal - Proposta de Plano Dezembro 2012”.

Documentos facultados pela Câmara Municipal de Almada em Dezembro de 2013: “Estudo de Enquadramento Estratégico do Santuário Nacional do Cristo-Rei. Síntese do Diagnóstico/Estratégia/Intervenção. Relatório Final, Junho de 2011”.

Europan 6: In Between cities. Disponível em: < <http://www.europan-europe.eu/en/sessions-info/europan-6>> Consultado em: Novembro 2013.

CIDADE PORTO

DE ALMEIDA, Diana Neves. Planeamento e gestão de frentes de água - A frente ribeirinha norte de Almada, novos espaços, novos tempos. 2009. 172. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras ,Departamento de Geografia, Lisboa.

DO VALLE, Sandra Nunes. Cultura e Regeneração Urbana - Usos e Actividades Artísticas em zonas urbanas degradadas. 2008. 129. Dissertação (Mestrado em Arquitectura) - Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Lisboa.

ESTEVENS, Ana. Waterfront rehabilitation: a model of spetial interventation: The case of Lisbon Metropolitan Area. In: ISOCARP CRONGRESS, n. 41., 2005, Bilbao.

GOSPODINI, Aspa. European Cities in Competition and the New “Uses” of Urban Design. Journal of Urban Design. UK: Taylor & Francis Group, v.7, n. 1. 59-73, 2002.

HOYLE, B. S. ; PINDER, D. A. Cities and the sea: change and development in contemporary Europe. In: HOYLE, B. S.; Pinder, D. A. (Eds) European Port Cities in Transition. London: Belhaven Press, 1992.

KNAAP, G. A. van der; PINDER, D. Revitalizing the European waterfront: policy evolution and planning issues. In: HOYLE, B. S.; Pinder, D. A. (Eds) European Port Cities in Transition. London: Belhaven Press, 1992.

ON THE WATERFRONT. Barcelona: Centre de recerca POLIS.Universitat de Barcelona, v.12, Apr., 2009.

SUSTAINABLE BROWNFIELD REGENERATION: CABERNET NETWORK REPORT. Nottingham: UNIVERSITY OF NOTTINGHAM, 2006. ISBN 0-9547474-5-3.